



MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

ANGOLA - REEDIFICAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

AZEVEDO XAVIER FRANCISCO

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito
da Universidade Nova de Lisboa para obtenção
do Grau de Mestre em Direito e Segurança.

Orientador: Prof. Doutor Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia

LISBOA, 2018

ANGOLA – REEDIFICAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Autor: AZEVEDO XAVIER FRANCISCO

Orientador: Prof. Doutor Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia

Lisboa, 2018.

NOTA PRÉVIA

A presente Dissertação foi redigida de acordo à grafia até aqui utilizada em Angola, por este país não ter ratificado ainda o “novo” acordo ortográfico da língua portuguesa, vigente nos Estados membros da CPLP.

DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

Declaro que o texto desta Dissertação é de minha autoria e que toda a utilização de contribuições e textos alheios está devidamente referenciada, conforme o Regulamento em vigor.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para que este objectivo fosse alcançado e a sua conclusão fosse uma realidade, nomeadamente:

À minha amada esposa Tânia da Rocha, a todos os meus filhos, que com orgulho e paciência acompanharam esta luta.

Sem descurar, obviamente, todos os que fizeram com que chegasse até aqui, cujos nomes não cabem nesta pequena lauda de papel.

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR

O autor nasceu em Luanda, em 1957. É Advogado estagiário cédula nº 2.365, frequentou vários cursos Militar e outros no domínio da Gestão, Estratégia, Chefia e Liderança, no país e no estrangeiro. É licenciado em Direito pela Universidade Independente de Angola e estudante do Mestrado em Direito e Segurança, que é nesta qualidade que apresenta a presente Dissertação sob o tema *“Angola: A reestruturação das forças armadas”*.

Possui um curriculum militar que começou a ser traçado em 1974 ano que ingressou nas FAPLA, e hoje é titular do grau militar de Oficial General. Também possui curriculum diplomático, tendo passado nas representações diplomáticas de Angola na Alemanha e França. É actualmente Director-Geral Adjunto do Serviço de Inteligência Externa da República de Angola.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação apenas foi possível pelo envolvimento e impulso de várias pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a sua realização. Resta-me retribuir, em agradecimentos, aos meus colegas, companheiros e camaradas no caminho da aprendizagem, académica e profissional, a todos quantos comigo se cruzaram e possibilitaram a reflexão no âmbito das Forças Armadas Angolanas, a todos os que contribuíram e contribuem para a sua modernização e adaptação aos desafios do mundo globalizado e aos desafios desta África. À todos os que lutaram pela independência nacional e lutam pela unidade e desenvolvimento sustentável de Angola, a todos os que permitiram, com a sua reflexão e amadurecimento, a elaboração da Constituição da República de Angola, a todos os que permitem a existência de uma Angola independente, democrática e em desenvolvimento.

No âmbito da sua realização, várias foram as pessoas e instituições que tiveram influência no mesmo. A estas, manifesto o meu contentamento e agradecimento.

Em particular, gostaria de agradecer, ao Professor Doutor **Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia** pela orientação dispensada e pelo apoio e confiança transmitida, tornando possível a elaboração final deste trabalho.

À Universidade Nova de Lisboa, onde desenvolvo a minha aprendizagem e investigação e onde foi possível, pela qualidade do Corpo Docente, a sustentação e a evolução do meu trabalho de dissertação final para obtenção do Grau Mestre em Direito e Segurança.

Finalmente, os meus agradecimentos vão também ao Professor Doutor Hermenegildo M. Avelino que, pelo SINSE, coordenou esta empreitada. Aos meus irmãos, pelo apoio; ao Professor Doutor. André de Oliveira Sango, que cimentou em mim a veia académica, pelo apoio incondicional e amizade sincera. Ao Arlindo Salombongo, meu Camarada. O meu muito obrigado!

À todos os que não foram aqui mencionados, mas que os tenho no peito, igualmente

Muito obrigado.

“No século XXI, não mais se pode separar paz e democracia. A paz da ditadura não é paz, mas sim trégua. Só a democracia reconhece a verdadeira natureza da paz. Só a democracia viabiliza a liberdade civil, a igualdade política dos cidadãos e a legitimidade moral das autoridades”. (Manuel Vicente, Jornal de Angola de 23/08/2012).

“Vamos trabalhar juntos para o desenvolvimento. Todos somos necessários para erguer a nova Angola, moderna, próspera e democrática”. (Presidente José Eduardo dos Santos, Programa de Governo do MPLA para o ano 2012-2017).

SÍGLAS

ANGOP - Agência Angola Press

CEDN -Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEM - Conceito Estratégico-Militar

CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central

CGG - Comissão do Golfo da Guiné

COPAX - Conselho de Paz e Segurança da África Central

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRA – Constituição da República Angolana

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

FAA - Forças Armadas Angolanas

FALA - Forças Armadas de Libertação de Angola

FAPLA - Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FOMAC - Forças Multinacionais da África Central

MARAC - Mecanismo de Alerta Rápido da África Central

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da Unidade Africana

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

UA - União Africana

UDEAC- União Económica da África Central

UNITA - União Nacional para Independência Total de Angola

UPA - União dos Povos Angolanos

RESUMO

Esta Dissertação tem como objecto de estudo as Forças Armadas Angolanas e a sua reedificação, à luz da Constituição angolana de 2010, dos desafios próprios do mundo globalizado, da missão de estabilização geográfica e de defesa dos interesses de Angola.

O objectivo desta dissertação consiste numa reflexão bibliográfica, documental, constitucional e legislativa, seja quanto ao enquadramento das Forças Armadas Angolanas, seja quanto à criação do projecto da sua reedificação, nas diversas áreas, sobretudo estrutural, material e formativo, e a sua materialização em diversos projectos concretos, cuja soma, permitirão a existência de Forças Armadas Modernas, aptas para cumprir a sua missão constitucional e de reconstrução da sociedade angolana, de acordo com novos paradigmas e objectivos de desenvolvimento.

Esta reedificação das Forças Armadas tanto ajudou a definir o seu perfil institucional, o tipo de missões – internas e externas – que lhe podem ser incumbidas na defesa do Estado, a adaptação da política externa de Angola às missões de âmbito regional de Angola, e a sua consagração no texto constitucional de 2010 – o contributo das FAA para a definição do Estado-Nação; como é a própria Constituição de 2010 que dá às Forças Armadas o seu devido enquadramento – e define a sua quota-parte na política angolana – e, assim, lhe permitiu o desenvolvimento tecnológico, a formação de quadros e a aquisição de material, necessários para cumprir as funções e as missões estratégicas da política interna e externa do Estado.

A metodologia adoptada neste trabalho baseou-se em bibliografia temática e em documentos produzidos em Angola sobre o assunto a estudar. Pelo que, ao longo da investigação foi-se aferindo sobre a mudança de paradigma constitucional e de missão das forças armadas como instrumento de desenvolvimento interno da paz e da unidade Angolana, para passar a assumir os desafios das forças armadas modernas e a intervir no exterior em prol da defesa da paz regional e de

combate aos factores de desestabilização e de ameaça aos valores democráticos e aos direitos humanos.

Esta evolução trouxe à Angola, do ponto de vista externo, a afirmação como potência regional, e do ponto de vista interno, um desenvolvimento notável do ponto de vista estrutural, económico e financeiro, e a abertura da sociedade para factores de qualidade de vida, como a protecção do meio ambiente e o investimento na formação profissional e humana.

Palavras-Chave: Forças Armadas, Angola, paz, reedificação.

ABSTRACT

The present paper focus on Angola Army Forces and their refurbishing as its object of study, in accordance to the Constitution of Angola in 2010, before the challenges of a globalized world, geographical stabilization mission and the upholding of Angola interests.

The objective of this paperwork is a bibliographic, documental, constitutional and legislative reflection both about Angola Army Forces mobilization and the conception of their refurbishing Project in different areas, particularly their structure, material and training, as well as areas, particularly in several real projects and, the sum will allow the existence of Modern Army Forces, which are able to comply their constitutional mission and the reconstruction of Angolan society, in accordance to the new paradigms and objectives of development.

This refurbishing of the Army Forces helped define their institutional structure, their mission – indoors and outdoors . which could be empowered to defend the State, the adaptation of Angola external politics concerning to its regional missions, and its consecration in the constitutional text of 2010 – the contribute of FAA (Angola Army Forces) to define the State- Nation; once being the very Constitution of 2010 that entitles the Army Forces their right mobilization – and defines its share in Angola politics – thus, it allowed their development of technology, training of cadres and purchasing of material needed to fulfill the indoors and outdoors functions and strategic mission of the State.

The methodology in use in this paper is based on thematic bibliography as well as on documents produced in Angola about the surveyed subject. Throughout the research it was mentioned the changing of constitutional instrument for peace and Angolan unity, to uphold the challenges of modern army forces and to intervene outdoors in regional peace defense, destabilization factors fight, democratic value threats and human rights.

This evolution pointed out Angola, outdoors perspective, as a regional power affirmation, and from indoors perspective, the peace allowed a remarkable development in its structure, economy and finance, and it took the society to life quality factors such as environment protection and investment on people and Professional trainings.

Keywords: Army Forces, Angola, peace, rebuilding.

INTRODUÇÃO

O tema “*Angola: a reestruturação das forças armadas*” reveste-se de grande importância no contexto actual das Forças Armadas Angolanas, dado que se estas, encontram-se de facto numa fase de reestruturação, em face dos inúmeros desafios a que o país está chamado, quer internamente na consolidação da paz e da democracia, quer externamente com principal incidência no seio das organizações regionais a que faz parte e não só. A par disso, outros elementos motivacionais levaram a que o autor focasse a sua Dissertação nesta temática, tais como:

- A particularidade e exemplar organização e coesão das Forças Armadas Angolanas, tida como a principal referência no capítulo da integração democrática de forças anteriormente beligerantes em defesa de interesses partidários e hoje numa mesma organização e unidas pela mesma causa, com igualdade de oportunidades e sem diferenciação, o que lhes transformaram em forças republicanas;
- A longa trajectória militar do autor, lhe conferem um arcaboço mais do que suficiente para a abordagem do tema com o rigor e a objectividade que se requer.

Entretanto, importa sublinhar que, a temática em causa é aqui apresentada numa preponderância académica, o que ressalva desde já eventuais omissões por razões de várias ordens, das quais o respeito ao sigilo militar, o receio de uma eventual descontextualização do assunto e as cautelas que se impõem para que não se juntem elementos não pertinentes.

A escolha do tema “Reedificação das Forças Armadas de Angola” tem por objectivo conhecer as ideias e objectivos que presidiram à elaboração do projecto de reedificação das Forças Armadas Angolanas, e que passaram pela definição do seu perfil institucional, o tipo de missões – internas e externas – que lhe podem ser incumbidas na defesa do Estado, a adaptação da política externa de Angola às missões de âmbito regional e a sua consagração no texto constitucional de 2010 – o contributo das FAA para a definição do Estado-Nação; que lhe permitiu o

desenvolvimento tecnológico, a formação de quadros e a aquisição de equipamentos, necessários para cumprir as funções e as missões estratégicas da política interna e externa do Estado.

Com a transição da guerra para a paz, o Governo angolano sentiu a necessidade de redefinir a sua política externa, bem como os objectivos a alcançar no domínio externo. Nesta senda, a defesa da independência e a integridade territorial, deixaram de ser os objectivos principais da política externa angolana, dando lugar a novos objectivos, como a reconstrução nacional, a reedificação das forças armadas e a promoção da imagem de Angola de no sistema internacional.¹

O conceito, Forças Armadas Angolanas ou simplesmente FAA, apresenta-se como a designação atribuída à unificação de diferentes ramos da instituição militar de Angola, tais como Exército; as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), pertencente ao MPLA e as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), pertencente a UNITA.

As questões da defesa da integridade territorial e da soberania nacional, não podem, nos dias de hoje, ser analisadas somente com base nas ameaças e riscos tradicionais das quais ressaltam as missões convencionais das Forças Armadas, mas também de outras de maior complexidade dada à sua dimensão e consequências e imperativa globalização. Está-se a assistir à mudança de paradigma constitucional e de missão das forças armadas como instrumento de desenvolvimento interno da paz e da unidade angolana, para passar a assumir os desafios das forças armadas modernas e a intervir no exterior no que diz respeito à defesa da paz regional e ao combate à factores de desestabilização e de ameaça aos valores democráticos e aos direitos humanos.

Esta evolução trouxe à Angola, do ponto de vista externo, a afirmação como potência militar regional, e do ponto de vista interno, a um desenvolvimento estrutural, económico e financeiro notáveis, e a abertura da sociedade para factores de qualidade de vida, como a protecção do meio ambiente e o investimento na formação profissional e humana.

¹ Cf. Isaac Napoleão Simião, *Dissertação de Mestrado “Modelo de Inserção de Angola no Sistema Internacional*, Universidade de Évora, 2014

O presente trabalho está estruturado em IV capítulos, nos quais fazemos uma abordagem histórica, apresentando os factos disponíveis, embora sem esgotá-los (I Capítulo); trazemos o disposto legal fundamentalmente o que versa a Constituição da República de Angola (II capítulo); enquadramento de conceitos sobre o Estado e a necessidade de defesa (III capítulo); e finalmente, foca a substância temática deste assunto (IV capítulo).

Portanto, tratando-se de um trabalho académico é, de todo importante, sublinharmos que não é possível esgotar com o tema e admitir a possibilidade de eventual disparidade de algum elemento que outro autor tenha apresentado. Todavia, garantimos termos nos dedicado para respondermos com o rigor científico e método lógico que se impõe neste nível de ensino e a confrontação exhaustiva de todas as fontes que nos foram recomendadas.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi necessário o encontro de abordagens distintas, adoptadas para formular e resolver problemas que visem adquirir conhecimento de forma sistémica.

A metodologia seleccionada é descritiva com o objetivo de dar a conhecer a realidade angolana fazendo uma relação entre as ocorrências e as características da mesma realidade².

Torna-se premente a multidisciplinariedade que nos transporta para perspectivas mais alargadas das diferentes ciências como a história, política, sociologia, antropologia, etc. Desta forma, a recolha bibliográfica torna-se fundamental de forma a possibilitar a exploração do que esta explanada sobre o papel das Forças Armadas Angolanas de forma a atingir uma melhor compreensão do tema³.

Esta abordagem é claramente teórica tendo sido escolhido o método descritivo, usando o estudo exploratório e a análise documental, seleccionando

² MOREIRA, C. D. (1994). *Planeamento e Estratégia de Investigação Social*. Lisboa: ISCSP, p. 89.

³ RIBEIRO, A. S. (2010). *Apontamentos da Unidade Curricular da Avaliação do Potencial Estratégico*. Aulas. Lisboa, Portugal

informações, nomeadamente através de revistas científicas, relatos históricos, artigos, documentos oficiais, teses e dissertações⁴.

Urge fazer referência para a possibilidade de poder existir alguma fonte que possa não ser fidedigna, devido a escassez de documentos escritos, uma vez que, em Angola, apenas nos últimos anos tem havido uma demonstração de interesse na compilação de documentação e realizados estudos acerca da sua realidade na esfera da vida pública nacional.

Por conseguintes, a singular realidade das FAA, além de assinalar a sua particularidade insólita, de comparada com outros exércitos nacionais ou republicanos, nos desaconselhou a recorrer ao método comparativo muitas vezes utilizado em outras realizações para a confrontação de factos análogos.

⁴ Moreira C. D, 1994, p. 28.

CAPITULO I

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

1. BREVE HISTÓRIA DE ANGOLA

A designação do nome de Angola deriva da palavra bantu *N'gola*, que por sua vez deriva da palavra *Ngola*, que na língua quimbundo significa “força”⁵.

Ngola era a designação atribuída aos governantes do antigo reino do Ndongo nos séculos XIV a XVII. Foi esta designação que os portugueses inicialmente usaram nos documentos oficiais para designar os territórios como “terras do Ngola”, posteriormente como “terra d’Angola” até ao atual nome Angola.

Este país nasce da união dos reinos de Ndongo e Matamba, dois reinos independentes e prestavam vassalagem ao reino do Congo. No entanto, no século XVI, com o aparecimento dos portugueses naquele território, e dado o declínio do poder do reino do Congo, surge o conflito ganho pelos portugueses passando Angola a pertencer a Portugal em 1575.

Ao longo do seu crescimento e desenvolvimento Angola caracterizou-se pelos seus actos de violência e pelo abuso das liberdades e dos direitos dos cidadãos.

Toda a era colonial até ao culminar da guerra civil, Angola viveu diversas situações que interferiram prejudicialmente no seu desenvolvimento social bem como nas mentalidades, diminuindo e atrasando o seu potencial de crescimento.

Em 1482 deu-se a chegada dos portugueses, atracando na foz do rio Zaire à Norte de Angola, comandados pelo navegador Diogo Cão.

Os primeiros europeus a chegarem a Angola foram os portugueses, no final do século XV, ano de 1482, quando o navegador Diogo Cão, recebidos pelo rei do Mbanza Congo permitindo que os mesmos convertessem ao cristianismo o novo povo, criando a aliança entre os dois reinos⁶.

Após a segunda metade do séc. XVII, os reinos do Congo, Matamba e Angola quebraram a sua resistência e cederam ao domínio dos portugueses, iniciando-se o

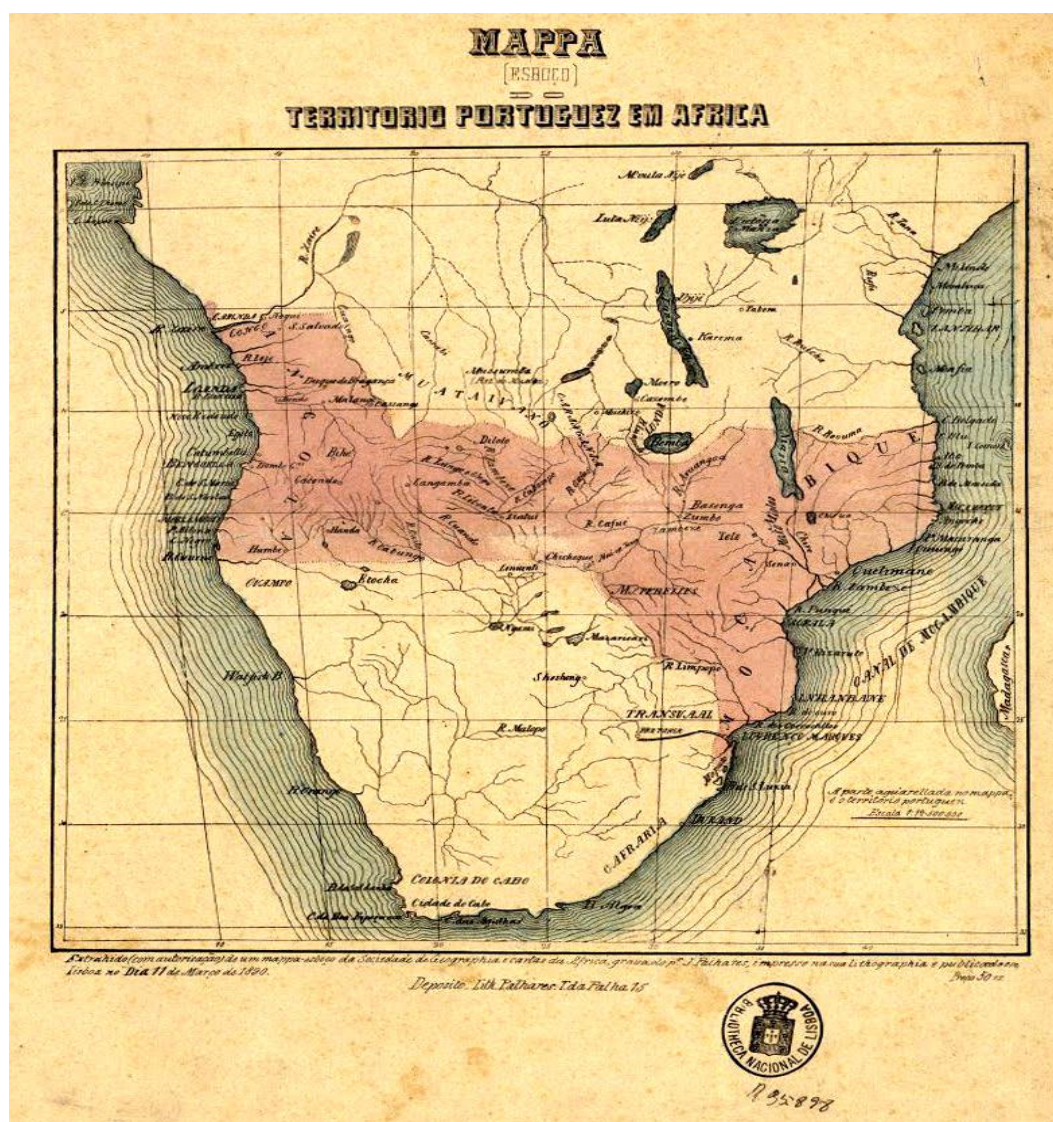
⁵ Jornal7letras.blogspot.com. Acessado aos 13.09.2015.

⁶ ABRANTES, J. M., *Angola em Paz: Novos Desafios*, Luanda, Edições Maianga, 2005, p. 18

tráfico de escravos angolanos para o exterior. Até ao séc. XVIII não houve qualquer mudança nessa situação, altura em que o Marquês de Pombal iniciou a exploração de recursos de Angola. No entanto, o interesse estava voltado para desenvolver o Brasil usando só escravos angolanos.

Posteriormente, no séc. XIX, na conferência de Berlim de 1885, as potências europeias envolvidas estabeleceram os limites das fronteiras dos estados africanos onde se efectuaram as limitações actuais de Angola⁷.

Figura 1 - Mapa cor de rosa (território)⁸



⁷ ABRANTES, *Op. Cit.*, p. 26

⁸ http://www.africafederation.net/Rose_map.htm. Acesso: 11.03.2016

Tabela 2 - Cronologia de acontecimentos marcantes em Angola:

Data	Ocorrência
1483	Chegada de Diogo Cão à foz do Rio Congo.
1491	Batismo de Nzinga Nkuvu e Nvemba Nzinga.
1575	Fundação de Luanda por Paulo Dias de Novais.
1842	O comércio de escravos sob bandeira portuguesa é considerado ilegal.
1872	Insurreição contra os portugueses nos Dembos.
1878	A escravatura é oficialmente abolida em Angola.
1884/85	Conferência de Berlim onde é traçado o mapa Cor-de-Rosa.
1903/29	Construção do caminho-de-ferro de Benguela.
1912	Descoberta dos primeiros diamantes
1921	Revolta de Catete.
1930	Fundação da Liga Nacional Africana (LNA), em Luanda
1931	Fundação da ANANGOLA.
1954	Mário Pinto de Andrade fixa-se em Paris, em Agosto.
1955	Prisão de Agostinho Neto pela PIDE, em Lisboa.
1944	Abertura, em Lisboa, da Casa dos Estudantes do Império.
1951	As Colónias passam a chamar-se «Províncias do Ultramar».
1955	Criação do Partido Comunista Angolano (PCA) em Luanda.
1956	Criação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) em Luanda.
1956	Publicação do Manifesto para um Amplo Movimento Popular de Libertação de Angola.
1957	Fundação da União das Populações do Norte de Angola (UPNA), em Leopoldville (Kinshasa).
1956/57	Instalação oficial da PIDE em Angola.
1957	Criação do Exército de Libertação de Angola (ELA).
1957	Fuga de Viriato da Cruz, de Luanda para Paris, em Outubro.
1957	Criação do Movimento Anti-colonialista (MAC), em Lisboa.
1957/58	Criação do Movimento para a Independência de Angola (MLA).
1958	Fuga de Matias Migueis para o Congo.
1958	Fundação da União das Populações de Angola (UPA), em Leopoldville (Kinshasa).
1958	Participação de Holden Roberto na I Conferência Pan-Africana, em Accra.
1959	Fuga de Lúcio Lara para Alemanha.
1959	Primeira grande vaga de prisões efectuada pela PIDE que dá início ao famoso processo dos 50.
1959	Criação do Movimento de Independência Nacional de Angola (MINA).
1959	Viagem de Holden Roberto aos EUA, Abril
1959	Hugo de Menezes fixa-se na Guiné – Conacri e aí, como membro do MAC, prepara a instalação dos camaradas de Paris e da Alemanha, Julho.
1959	Agostinho Neto regressa a Angola, Dezembro.
1960	Segunda Conferência dos Povos Africanos em Tunis. Participação do MPLA, do PAI do FRAIN e da UPA. Holden Roberto é eleito para a Direcção da Conferência, 25 a 30 de Janeiro, Tunis.
1960	Participação do MPLA e da UPA na II Conferência dos Povos Afro-Asiáticos, Abril.
1960	Criação da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN) em 1960, em substituição do MAC.

1960	Prisões de Agostinho Neto, do padre Joaquim Pinto de Andrade assim como de numerosos nacionalistas, Junho.
1960	Reestruturação do MPLA em Conacri. Constituição do primeiro Comité Director do MPLA, Conacri.
1960	Independência do Congo Leopoldville, a 30 de Junho.
1960	Publicação dos Estatutos da UPA, Julho, Leopoldville.
1960	Constituição do bureau político provisório da UPA, Julho, Leopoldville.
1960	Independência do Congo Brazzaville, 15 de Agosto, Fulbert Youlou assume a presidência.
1960	Patrice Lumumba afastado do cargo de primeiro-ministro do Congo Leopoldville, Setembro
1960	Reunião da UPA por iniciativa de Barros Nekaka de modo a definir uma nova orientação político e afastar Holden Roberto da direção da UPA, Setembro, Leopoldville.
1960	A UPA participa em Novembro de 1960 numa Conferência realizada com outros Movimentos de Libertação de Angola, sem o conhecimento prévio de Holden Roberto, no quadro da criação de uma frente comum que englobava para além da UPA, o ALIAZO, o MPLA e a AREC, Leopoldville
1960	Uma delegação da UPA participa como observadora na Conferência dos Chefes de Estados Africanos no Congo Brazzaville. Holden Roberto não está presente.
1960	Regresso de Holden Roberto a Leopoldville para reassumir a liderança da UPA.
1961	Assassinato de Patrice Lumumba, Janeiro.
1961	Um dissidente da UPA, Jean Pierre Mbala cria o Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), que preconiza a independência de Angola mediante o diálogo com as autoridades coloniais, Janeiro (Leopoldville).
1961	Criação da Frente de Unidade Angolana, Janeiro (FUA).
1961	Revolta dos trabalhadores da COTONANG na baixa de Cassange, violentamente reprimida pelas autoridades coloniais.
1961	Um grupo de nacionalistas, a 4 de Fevereiro, assalta as prisões de Luanda. O MPLA reivindica posteriormente o feito.
1961	A UPA constitui um Comité Central Definitivo. Holden Roberto assume oficialmente a presidência da organização, 11 de Março, Leopoldville.
1961	Prisão do cônego Manuel das Neves, Março.
1961	Revolta armada, nativos criaram a União dos Povos Angolanos (UPA) no norte do país para se rebelarem contra a opressão colonialista, dando assim início à ressurreição angolana (Agadjanian & Prata, 2001)
1961	Guerra Colonial, onde os povos de diferentes etnias se juntaram para conquistar a autodeterminação e a independência relativamente ao domínio dos Portugueses que ocupavam o território desde o século XV. Lutaram pela independência três movimentos principais, nomeadamente a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) liderada por Holden Roberto, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que teve como líder Agostinho Neto até 1979, data da sua morte, sendo substituído por José Eduardo dos Santos, e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) que tinha como líder Jonas Savimbi. Estes movimentos travaram uma luta sangrenta contra o colono, obtendo a independência nacional a 11 de novembro de 1975 (Wheeler & Pélissier, 2009).
1961	A Assembleia Geral da ONU aprova uma moção a favor da autodeterminação de Angola, Abril, Nova Iorque.
1961	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

	(CONCP), Abril, Casablanca.
1961	Debate no Conselho de Segurança da ONU sobre a situação em Angola, Junho, Nova Iorque.
1961	Congresso constitutivo da União Geral dos Estudantes da África Negra sob Domínio Colonial Português (UGEAN), Junho.
1961	O MPLA transfere a sua direcção de Conacri para Leopoldville.
1961	Cyrille Adoula é indigitado como primeiro-ministro do Congo Leopoldville com apoio da ONU, Agosto.
1961	A UPA constitui um novo Comité Director mais adequado à realidade sociológica de Angola. Jonas Savimbi faz parte do mesmo, Novembro, Leopoldville.
1961	Criação do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), Novembro, Leopoldville.
1961	Condenação da política colonial portuguesa pela Comissão da Tutela das Nações Unidas, Novembro, Nova Iorque.
1962	O MPLA acusa Holden Roberto de proclamar uma política com base racial, Fevereiro, Nova Iorque.
1962	Marcos Kassanga, um dissidente da UPA, em conferência de imprensa tece violentas críticas a Holden Roberto, questionando a sua liderança, Março, Leopoldville.
1962	Constituição da FNLA, Março.
1962	Fuga de Agostinho Neto de Portugal, Junho.
1962	Chegada de Agostinho Neto a Leopoldville, Junho.
1962	A UPA e o PDA constituem o Governo Revolucionário de Angola no Exílio, presidido por Holden Roberto, Abril, Leopoldville.
1962	Agostinho Neto assume a liderança do MPLA, Agosto.
1962	Conferência de imprensa de Agostinho Neto, na qualidade de Presidente de Honra do MPLA, Agosto, Leopoldville.
1962	Constituição do Exército de Libertação Nacional de Angola, cuja base central se situará em Kinkuzo. José Kalundulo foi designado como chefe do Estado-maior, Agosto, Leopoldville.
1962	Carta de Viriato da Cruz ao MPLA onde constam as razões do seu afastamento do Congo Leopoldville, Outubro.
1962	Carta aberta de Viriato da Cruz aos militantes do MPLA, onde denuncia a teoria da inevitabilidade do neocolonialismo, e apela para a realização de um Congresso Nacional, Novembro, Leopoldville.
1962	Primeira Conferência do MPLA que elege Agostinho Neto para presidente e um novo Comité Director, Dezembro, Leopoldville
1963	Expulsão de Viriato da Cruz e de Matias Migueis e de outros dissidentes pela Direcção do MPLA, Julho, Leopoldville.
1963	Mário Pinto de Andrade e Gentil Viana afastam-se do MPLA, tendo o primeiro feito uma declaração pública na Conferência de Cairo. Exílio de Mário Pinto de Andrade e Gentil Viana na China
1963	Viriato da Cruz e Matias Migueis integram a FNLA.
1963	Constituição da Frente Democrática para a Libertação de Angola, constituída pelo MPLA, MNA, NGUIZAKO – NGWIZANI a Kongo e UNTA, em 8 de Julho.
1963	O governo congolês reconhece de jure o GRAE em 29 de Junho.
1963	Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da OUA reunidos em Dakar reconhecem a FNLA/GRAE
1963	As autoridades governamentais congolêsas decidem encerrar as delegações do MPLA no Congo Leopoldville, como alternativa o MPLA fixa-se no Congo

	Brazzaville
1963	Massamba- Debat eleito presidente do Congo Brazzaville, em 19 de Dezembro.
1963	Fim da secessão do Katanga liderada por Moisés Tshombé.
1964	Tshombé substitui Adoula, no lugar de primeiro-ministro, que havia apresentado a sua demissão, 30 de Junho.
1964	Jonas Savimbi, Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE anuncia a sua demissão da Organização, 15 de Julho, Cairo.
1964	Reconhecimento do MPLA pela OUA, 25 de Novembro.
1965	Alexandre Taty, ex-vice-presidente da UPA e antigo ministro da defesa do GRAE, entrega-se às autoridades portuguesas
1965	Joseph Desiré Mobutu assume a liderança do Congo Leopoldville através de um golpe de Estado
1966	Criação da UNITA no Moxico, Jonas Savimbi eleito presidente do movimento, 13 de Março.
1966	Início das actividades militares do MPLA no Leste de Angola, 18 de Março.
1966	Ataque da UNITA à vila de Teixeira de Sousa, 25 de Dezembro.
1967	Expulsão de Jonas Savimbi da Zâmbia, Junho.
1968	A FNLA dá início as suas actividades militares no Leste de Angola.
1968	Eleição de Richard Nixon para presidente dos Estados Unidos da América, Novembro
1969	Exército português dá início a operação Robusta com deportações de populações no Norte de Angola, 2 de Abril.
1969	Início da operação do agrupamento Siroco no Leste de Angola, 1 de Setembro.
1969	Manifestação de descontentamento no seio do MPLA na Frente Leste: a revolta da Jiboia, Dezembro.
1970	Costa Gomes assume o cargo de Comandante em Chefe das Forças Armadas em Angola, 14 de Abril.
1971	Criação da Zona Militar Leste (ZML). O general José Manuel Bettencourt Rodrigues assume o comando da ZML, 31 de Março.
1971	Intensificação das operações do agrupamento Siroco a Leste, 16 de Junho. 1971 – Início da Operação Madeira, 1 de Setembro
1972	Soldados do ELNA, incluindo o seu Estado-Maior, amotinaram-se na base de Kinkuzu, contra a direção da FNLA. A revolta foi contida pelo exército zairense.
1972	Manifestação Político-Militar dos militantes do MPLA da II RPM, Março
1972	Acordo entre o MPLA e a FNLA. O mesmo não teria aplicabilidade 1972/73 – Revolta do Leste contra a direção do MPLA.
1973	A UNITA volta a dar início às actividades militares contra o exército português, Setembro.
1974	Início da operação castor no Leste de Angola, 19 de Janeiro.
1974	Golpe de Estado revolucionário que provoca a queda do regime vigente em Portugal, 25 de Abril.
1974	Contestação e rutura, protagonizada por um grupo de militantes do MPLA, contra a direção do MPLA. Surge assim oficialmente a denominada «Revolta Ativa», 11 de Maio.
1974	Acordo de cessar-fogo entre UNITA e Portugal, 14 de Junho.
1974	Congresso de Lusaka organizado pelo MPLA, 12 a 28 de Agosto.
1974	Acordo de cessar-fogo entre a FNLA e as autoridades militares portuguesas, 15 de Outubro.

1974	Acordo de cessar-fogo entre o MPLA e as autoridades militares portuguesas, 21 de Outubro
1974	Chegada dos três Movimentos de Libertação (MPLA, FNLA e UNITA) a Luanda, Novembro,
1975	Assinatura do acordo de Alvor, entre Portugal, a FNLA, o MPLA, e a UNITA, 15 de Janeiro.
1975	Governo de transição com ministros dos três Movimentos, 31 de Janeiro.
1975	Início, em Luanda e no Norte, da luta armada entre MPLA e FNLA (Abril).
1975	MPLA expulsa FNLA e UNITA de Luanda, 15 Julho.
1975	Início da ponte aérea para Lisboa. Milhares de retornados chegam a Portugal, Julho.
1975	Suspensão do Acordo de Alvor.
1975	Exército sul-africano entra em Angola para apoiar UNITA e FNLA. Tropas cubanas entram em Luanda para apoiar MPLA (Outubro).
1975	A 11 de Novembro o MPLA declara a independência da República Popular de Angola em Luanda. A FNLA e a UNITA proclamam, no Huambo, a República Democrática de Angola.
1975	Guerra Civil Angolana, além de razões étnicas e tribais, foi atizada pela guerra fria, em que os EUA e a União Soviética disputaram durante 40 anos a hegemonia mundial nas suas áreas de influência no resto do mundo. Apesar das divergências entre os três movimentos, juntaram-se em 1975 após a independência para assinarem o Acordo de Alvor, a fim de criarem condições para o desarmamento e a desmobilização da população e formarem um governo em conjunto, contudo as partes envolvidas não cumpriram, começando deste modo a guerra civil, que durou quase três decénios (Centro de Estudos Estratégicos de Angola, 2006). O MPLA, que controlava Luanda, contava com a Rússia e Cuba como aliados, a UNITA contava com o apoio dos EUA e da África do Sul e a FNLA tinha como aliados o Zaire e a China. A FNLA e a UNITA juntaram-se para derrubarem o MPLA, mas a FNLA não conseguiu aguentar a pressão e o desgaste da guerra e “rendeu-se” ao governo em 1984.
1989	Guerra fratricida continuou com os outros dois movimentos, e em 1989 os movimentos tentaram um acordo para cessar-fogo no Zaire, mas meses depois as hostilidades recomeçaram.
1991	Foram assinados em Lisboa os Acordos de Bicesse, constava a desmobilização das FAPLA - tropas do MPLA/governo e das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA) - tropas da UNITA, criando as Forças Armadas de Angola, com os efetivos das duas tropas unificadas, 31 de Maio.
1992	Primeiras eleições gerais angolanas com a mediação das Nações Unidas, tendo ganho o MPLA embora Jonas Savimbi não tenha aceite os resultados eleitorais, começando uma nova ofensiva e dando continuidade à guerra.
1994	Tentaram mais um cessar-fogo com o Protocolo de Lusaka, criando um governo de unidade e reconciliação nacional, o que veio demonstrar-se inviável não resultando na paz esperada em todo o território, iniciou uma nova ofensiva, que só veio a terminar com a morte do líder Jonas Savimbi a 22 de fevereiro de 2002
2006	Governo angolano assinou um cessar-fogo com a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), terminando com todos os conflitos armados no interior de Angola.

Durante a guerra-fria decorreu a guerra civil angolana que consistiu na luta entre os dois grandes blocos na conquista de interesses geopolíticos de forma a redefinirem zonas de influência. O MPLA possuía o poder desde sempre com o apoio do bloco socialista, por seu lado, a FNLA e a UNITA tinham o apoio do bloco ocidental.

Após a independência, a política externa angolana provisionou o regime de forma a vencerem a guerra civil, mantendo relações próximas com os restantes estados africanos, de forma a impulsionar um maior apoio e aliados para estabilizar a reacção interna. Decidiu, contudo, proibir a instalação de bases militares estrangeiras no território de Angola, de forma a garantir a sua independência. Com a revolta em Portugal e acontecendo o 25 de Abril de 1974, a concretização da independência angolana ganhava assim o grande folego e o grande passo para a sua concretização. Assim, com a assinatura do acordo de Alvor, em 1975, dá-se a independência entre Portugal e os movimentos MPLA, UNITA, FNLA. (Wheeler & Péliissier, 2009).

TABELA 2 – Acordos assinados entre movimento libertação de Angola e forças portuguesas

ACORDO	DATA	LOCAL	TEMÁTICA	RESULTADO
Portugal / UNITA	14-Jul-1974	Moxico (Angola)	Suspensão de hostilidades entre a UNITA e as Forças Portuguesas	UNITA reconhecida como parte e direito a exercer actividade política
Portugal / MPLA	13-Set-1974	Moxico (Angola)	Suspensão de hostilidades entre o MPLA e as Forças Portuguesas	MPLA reconhecida como parte e direito a exercer actividade política
Portugal / FNLA	15-Out-1974	Kinshasa (R.D.Congo)	Suspensão de hostilidades entre a FNLA e as Forças Portuguesas	FNLA reconhecida como parte e direito a exercer actividade política
Mombaça	5-Jan-1975	Mombaça (Quénia)	Acordos de Paz entre os três Movimentos de Libertação de Angola.	Auto reconhecimento dos três Movimentos como interlocutores face às autoridades portuguesas. A UNITA é reconhecida

				pela OUA
Alvor	11-Jan-2005	Alvor (Portugal)	Acordo entre Portugal e os três Movimentos de Libertação de Angola visando a descolonização	Definiu-se como data de independência de Angola o dia 11 de Novembro de 1975
Nakuru	21-Jun-1975	Nakuru (Quênia)	Acordo de Paz entre os três Movimentos de Libertação de Angola, organizado pelo chefe de Estado do Quênia	Reconhecimento de Paz entre os três Movimentos de Libertação antes da Independência que acabou por fracassar

Segundo **René Pelissier**:

“Aquilo que aconteceu no dia da independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, foi algo sem precedentes na história de África contemporânea. A potência colonial entregou o poder, não a um governo ou partido específico, mas sim ao «povo de Angola» (...) Quando a guerra civil estava prestes a entrar numa fase nova e desesperada, aconteceu algo nunca visto: o alto-comissário e as guarnições militares portuguesas embarcaram em vários navios com destino a Portugal. Portugal recusou-se a entregar o poder a qualquer dos movimentos africanos em conflito, oferecendo, em vez disso, a liberdade ao «povo de Angola”⁹.

Em 1988, foi assinado em Londres um acordo entre o MPLA, Cuba e a África do Sul, de forma a ser mais uma tentativa de alcance de paz em Angola e proporcionar a independência da Namíbia, dando lugar a retirada das tropas aliadas de Angola. Embora as tentativas de cessar-fogo tivessem sido inúmeras, no final dos anos 80, com o fim do bloco socialista, houve o regresso de repressões e hostilidades que não permitiram uma definição efectiva.

Em 1991, novas reformas democráticas foram introduzidas permitindo a criação de outros partidos políticos, após o MPLA ter criado um governo socialista com o sistema de partido único desde o alcance da independência. Foram assinados os Acordos de Bicesse com o acompanhamento de Portugal, EUA, União Soviética e a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objectivo do fim da guerra civil, a criação de um exército único e a marcação das eleições para 1992.

⁹ PÉLISSIER, D. W. (2009). *História de Angola*. Lisboa: Tintas da China, 2009, pp. 361-362

Em Setembro de 1992, realizaram-se as primeiras eleições gerais no país, com a vitória do MPLA, rejeitada pela UNITA o que resultou em novos confrontos. Posteriormente visou-se novo acordo, desta feita em 1994, o Protocolo de Lusaka, na Zâmbia, onde foi assinado o compromisso de cessar-fogo. As actividades de confronto apaziguaram-se, a UNITA perdeu o apoio do ocidente.

Em 1998 teve início novamente a guerra civil, que durou até 2002, ano da morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi levando ao fim do movimento armado tornando-se uma força política¹⁰.

Após 27 anos de Guerra Civil (1975-2002), o país realizou as primeiras eleições legislativas em 2008, mantendo o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) com 81% de votos. Foi este o momento de aplicação da nova constituição mais adequada à realidade do país, alterando o sistema de governo e valorizando o papel do Presidente da República.

Os estragos que inevitavelmente provocaram atrasos a vários níveis ainda não foram recuperados por Angola devido aos períodos conturbados da guerra civil levando à estagnação do desenvolvimento socioeconómico e ao elevado número de deslocados de guerra.

Foram cerca de 40 anos de guerra: 27 anos de Guerra Civil e 12 anos de guerra anticolonial (1962-1974) que levam a uma necessidade premente de recuperar toda a devastação causada pelos conflitos.

O facto de possuir uma vasta concentração de recursos é crucial para o crescimento económico, o que permite a edificação das infra-estruturas básicas necessárias ao País. Não obstante, a riqueza que Angola apresenta mantém ainda um índice de extrema pobreza¹¹.

¹⁰ WHEELER, D., & Pélissier, R. (2009). *História de Angola. Lisboa: Tinta-da-China*, 2009, p.30.

¹¹ RITA, E., & Vieira, C. (2008). *Angola: Missão Empresarial, Províncias de Luanda, Benguela e Huambo*. Lisboa: Gabinete de Relações Exteriores, 2008.

Figura 2 – Delimitação das fronteiras de Angola



Quanto às suas fronteiras e a sua extensão, Angola é o quinto maior País da África Subsaariana, possui uma área compreendida em 1.246,700 km².

CAPITULO II

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ANGOLANA

1. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ANGOLANA

“A Constituição é a lei fundamental proclamada pela nação, na qual baseia-se a organização do Direito público do país”¹². De posse desse conceito jurídico da Constituição como “Lei Fundamental”, Lassalle defende que: “no espírito unânime dos povos, uma Constituição deve ser qualquer coisa de mais sagrado, de mais firme e de mais imóvel que uma lei comum”

Por isso, continua Lassalle: a “Constituição não é uma lei como as outras, é uma lei fundamental da nação”. Mas o que diferencia a lei fundamental das demais leis não-fundamentais?

Para responder a essa pergunta Lassalle fornece três pistas:

1º Que a lei fundamental seja uma lei “básica”, mais do que as outras comuns, como indica seu próprio nome “fundamental”;

2º Que constitua – pois de outra forma não poderíamos chamá-la de fundamental – o verdadeiro fundamento das outras leis, isto é, a lei fundamental, se realmente pretende ser merecedora desse nome, deverá informar e engendrar as outras leis comuns originárias da mesma. A lei fundamental, para sê-lo, deverá, pois, actuar e irradiar-se através das leis comuns do país;

3º Mas as coisas que têm um fundamento não o são por um capricho; existem por que necessariamente devem existir. O fundamento a que respondem não permite serem de outro modo. Somente as coisas que carecem de fundamento, que não as casuais e as fortuitas, podem ser como são ou mesmo de qualquer forma; as que possuem um fundamento, não. Elas se regem pela necessidade.

A ideia de fundamento traz, implicitamente, a noção de uma necessidade activa, de uma força eficaz e determinante que actua sobre tudo que nela se baseia, fazendo-a assim e não de outro modo.

¹² LASSALLE, Ferdinand. *A Essência da Constituição*. Rio de Janeiro: Editora LumenJuris, 6. ed., 2001, p. 6

A Constituição resulta dos factores reais de poder de uma determinada sociedade.

Só em 2010, a Assembleia Nacional, eleita em 2008, concluiu a feitura da Constituição Angolana definitiva, representando “o culminar (como se lê no preâmbulo desta), do processo de transição constitucional iniciado em 1991 com a aprovação pela Assembleia do Povo da Lei nº 12/91, que consagrou a democracia multipartidária, as garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o sistema económico de mercado, mudanças aprofundadas, mais tarde, pela Lei de Revisão Constitucional nº 23/92.

Cuide-se que o que merece ser realçado em qualquer análise do sistema jurídico-constitucional consiste em verificar se as normas (regras, princípios e postulados) são instrumentos eficazes de ordenação e de organização da vida em sociedade. Ou seja, o sistema constitucional em si, visto isoladamente, não tem qualquer importância. O sistema constitucional deve estar conectado com a realidade social e a Constituição, para ser levada a sério, deve ser norma jurídica com força suficiente para conformar os padrões comportamentais das pessoas e das instituições, especialmente dos governos e dos governantes.¹³

Esta Constituição, na linha do que vários especialistas têm defendido, é consequência de uma longa reflexão (na versão do anteprojecto constitucional de 2004, foi em grande parte a base essencial de trabalho para a elaboração desta Constituição, especialmente na parte relativa aos princípios gerais, direitos, liberdades e garantias), vai-se sustentar na reflexão e projecto da reedificação das Forças Armadas e sustentar formalmente a sua implementação ao nível de objectivos, meios e formação... “*apela a reflectir sobre os desafios da Constituição, pareceu-me que uma abordagem mais virada para a lei em acção, seria a mais adequada. O que quero dizer é que é preferível propor aqui uma abordagem da Constituição de 2010 como “programa”, uma visão mais adequada do que a contemplação da Constituição como um “monumento” legislativo*”¹⁴. Sendo um programa, faz convergir todos os elementos ou áreas no objectivo comum do desenvolvimento de Angola.

¹³Alves, Luís, *O Sistema Constitucional dos Países Lusófonos*, Conferência, 2010, p. 2

¹⁴Onofre dos Santos, *Conferências Lei com Força*, p. 5

“Gostaria, entretanto, nesta visão dinâmica da Constituição, trazer à colação dois outros fenómenos que associo ao momento constitucional que vivemos em 2010. Tenho dito que este ano é o ano dos três Cs: do CAN, da Constituição e da Construção nacional (designação que prefiro a reconstrução nacional).

Na verdade cada um destes três Cs pode e deve ser encarado não só como uma realidade já conseguida e estatuída (que também são) mas igualmente como verdadeiros programas de acção...Podem criar as condições para, mais cedo ou mais tarde, os angolanos gozem dos benefícios do desenvolvimento.

... O que é que isto tem a ver com a nossa nova Constituição? Tem precisamente a ver com aquela distinção entre a “law in book” e a “law in action”. Com efeito, a prática constitucional, a sua interpretação e aplicação, é tão ou mais importante que o próprio texto aprovado, promulgado e publicado. É o “day after”.¹⁵

1.1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Em matéria de direitos e deveres fundamentais, a CRA coloca-se na matriz dos grandes textos, acolhendo e ampliando o legado recebido da Lei Constitucional de 1992, o que é bem visível, designadamente: no lugar e no papel reconhecidos ao princípio da dignidade da pessoa humana; na precedência da dignidade da pessoa humana sobre a vontade popular, da pessoa sobre o Estado e dos direitos fundamentais sobre a organização do poder político e sobre a organização económica; no estatuto concedido aos instrumentos internacionais de direitos humanos, determinando que os tribunais os devem aplicar oficiosamente (art. 26.º, n.º 3); enfim, num bem estruturado catálogo de direitos fundamentais, aberto a articulações entre os direitos de liberdade e os direitos sociais (art. 27.º)¹⁶.

E, apesar da proximidade a outras Constituições, como a Portuguesa, há especificidades que tornam a CRA única:

- A extensão do elenco de deveres fundamentais expressos, sejam eles deveres gerais (artigos 22.º, n.º 3, e 52.º, n.º 2) ou particulares (artigo 11.º, n.º 1, 76.º, n.º 1, in fine, e 88.º da CRA);

¹⁵ Onofre dos Santos, *Conferências Lei com Força*, pp. 8-9

¹⁶ Cf. ALEXANDRINO, José Melo, *O Novo Constitucionalismo Angolano*. Lisboa, ICJP e FDUL, 2013, p.

- A existência de um conjunto significativo de reservas de lei restritiva e de limites directos 29 previstos relativamente a algumas das principais liberdades (artigos 40.º, n.º 3, 44.º, n.º 4, 46.º, n.º 1, 48.º, n.º 1, e 52.º, n.º 1);
 - A determinação expressa de um regime específico dos direitos económicos, sociais e culturais (envolvendo a progressividade da respectiva realização, a reserva de recursos disponíveis e a subsidiariedade);
 - A autonomização, em termos da sistemática adoptada, da matéria relativa à garantia dos direitos e liberdades fundamentais;
 - A existência, na ordem constitucional angolana, de um mecanismo específico de protecção dos direitos, liberdades e garantias junto do Tribunal Constitucional: o recurso extraordinário de inconstitucionalidade”.¹⁷
- “Angola é uma república soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano ...” (art.1º);
- “A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e a interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização políticas e a democracia representativa e participativa” (art. 2º, nº 1);
- “A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do Homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efectivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e colectivas” (art. 2º, nº 2);
- “O poder político é exercido por quem obtenha legitimidade por processo eleitoral livre e democraticamente exercido, nos termos da Constituição e da lei” (art. 4º, nº 1);

¹⁷ ALEXANDRINO. *Op. Cit.*, p. 17

“São ilegítimos e criminalmente puníveis a tomada e o exercício do poder político com base em meios violentos ou por outras formas não previstas, nem conformes com a Constituição” (art. 4º, nº 2);

– “O território angolano é indivisível e inalienável, sendo energicamente combatida qualquer acção de desmembramento ou de separação de suas parcelas, não podendo nenhuma parte do território nacional ou dos direitos de soberania que sobre ele o Estado exerce ser alienado” (art. 5º, nº 6);

– “Angola é um Estado unitário, que respeita na sua organização os princípios da autonomia dos órgãos de poder local e de desconcentração e descentralização administrativa, nos termos da Constituição e da lei” (art. 8º);

– “A segurança nacional é baseada no primado do Direito e da lei, na valorização do sistema integrado de segurança e no fortalecimento da vontade nacional, visando a garantia de salvaguarda do Estado e o asseguração da estabilidade e do desenvolvimento contra quaisquer ameaças e riscos” (art. 11º, nº 3 e cfr. arts. 211º e 212º);

– “A República de Angola é um Estado laico, havendo separação entre o Estado e as igrejas, nos termos da lei” (art. 10º, nº 1);

– “O Estado respeita e protege a propriedade privada das pessoas singulares ou colectivas e a livre iniciativa empresarial exercida nos termos da Constituição e da lei” (art. 14º);

– “A terra constitui propriedade originária do Estado que a gere e administra em nome do povo angolano” e “pode ser transmitida às pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional e efectivo aproveitamento, nos termos da Constituição e da lei” (art. 15º, nºs 1 e 2, completado pelo art. 98º);

– “Os partidos políticos, no quadro da presente Constituição e da lei, concorrem, em torno de um projecto de sociedade e de programa político, para a organização e a expressão da vontade dos cidadãos, participando na vida política e na expressão do sufrágio universal, com respeito pelos princípios da

independência nacional, da unidade nacional e da democracia política” (art. 17º, nº 1).¹⁸

1.2. LIMITES MATERIAIS DA REVISÃO CONSTITUCIONAL

As suas alterações, revisão constitucional, representa um meio de alterar o texto da Lei Constitucional de forma a adaptá-la representando uma vontade da maioria dos cidadãos alterando o seu conteúdo. Os limites existem para delimitar os valores que são maleáveis e os não maleáveis. Os não maleáveis representam a segurança e estabilidade política em que a sua ausência causaria a quebra do vínculo da colectividade política.

A dignidade da pessoa humana revela-se um valor importante a ser analisado e salvaguardado uma vez que é indissociável do ser humano e sendo entendida como constitucional deve integrar o núcleo dos limites materiais aos olhos da legislação.

Na reforma da constituição, dada a sua rigidez constitucional, tem-se demonstrado difícil aplicar os limites materiais, formais, temporais e circunstanciais. Os limites materiais, podem ser expressos e implícitos, transcendentais ou imanentes, podem ser igualmente implícitos, transcendentais ou imanentes¹⁹.

A CRA tem de afirmar a garantia da sua Constitucionalidade, sendo comum a fiscalização da Constitucionalidade onde são estabelecidos princípios gerais. Refere-se a Constitucionalidade quando se pretende designar a validade das leis.

“A validade das leis e dos demais actos do Estado, da administração pública e do poder local depende da sua conformidade com a Constituição; 2. São

¹⁸ Cf. Miranda, Jorge (2010), «*A Constituição de Angola de 2010*», in *O Direito*, ano 142.º I, pp. 1-33 [Systemas – Revista de Ciências Jurídicas e Económicas, vol. 2, n.º 1 (2010), pp.119-146], disponível em :<http://www.ionline.pt/conteudo/43204-jorge-miranda-nova-constituicao-em-angola-e-recuo-democratico-no-plano-juridico>.

¹⁹ - CANOTILHO, J. J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª edição, Almedina, Coimbra - Portugal, 2003.

inconstitucionais as leis e os actos que violem os princípios e normas consagrados na presente Constituição”²⁰.

O Artigo 227.º Objecto da fiscalização, define que são passíveis de fiscalização da constitucionalidade todos os actos que consubstanciem violações de princípios e normas constitucionais, onde se destaca a revisão constitucional. Essa iniciativa da Constituição compete ao Presidente da República ou a um terço dos Deputados à Assembleia Nacional em efectividade de funções.

Quanto aos limites materiais as revisões constitucionais têm de respeitar as alíneas indicadas no Art. 236º. Limites materiais:

- Dignidade da pessoa humana;
- A independência, integridade territorial e unidade nacional;
- A forma republicana de governo;
- A natureza unitária do Estado;
- O núcleo essencial dos direitos, liberdades e garantias;
- O Estado de direito e a democracia pluralista;
- A laicidade do Estado e o princípio da separação entre o Estado e as igrejas;
- O sufrágio universal, directo, secreto e periódico para a designação dos titulares electivos dos órgãos de soberania e das autarquias locais;
- A independência dos Tribunais;
- A separação e interdependência dos órgãos de soberania;
- A autonomia local.

²⁰ - CRA, Art. 226.º, nº1

1.3. FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE

O modelo de fiscalização da constitucionalidade, na ordem constitucional angolana, caracteriza-se pelos seguintes elementos:

- “Um sistema inteiramente jurisdicionalizado;
- Um sistema misto, com fiscalização abstracta (preventiva, sucessiva e de inconstitucionalidade por omissão) e fiscalização concreta (com manutenção do acesso directo do juiz comum à Constituição);
- A inequívoca centralidade do Tribunal Constitucional;
- O predomínio do controlo exercido sobre normas, apesar de uma abertura (puramente textual) à fiscalização de todos os actos e da possibilidade da fiscalização de actos administrativos e de sentenças (no recurso extraordinário de inconstitucionalidade);
- Um sistema que tem a Constituição como parâmetro de controlo (com inexistência de fiscalização da legalidade das leis reforçadas);
- A existência de um mecanismo específico para a reparação de violações a princípios constitucionais e a direitos, liberdades e garantias (o já referido recurso extraordinário de inconstitucionalidade, que pressupõe, desde a reforma promovida em Dezembro de 2010, o prévio esgotamento dos recursos existentes)”.²¹

Na CRA consigna-se o princípio da constitucionalidade (art. 226º) e são passíveis de fiscalização todos os actos que consubstanciem violações de princípios e normas constitucionais, nomeadamente os actos normativos, os tratados, convenções e acordos internacionais, a revisão constitucional e o referendo (art. 227º).

²¹ ALEXANDRINO. *Op. Cit.*, p. 18

Embora os tribunais garantam e assegurem a observância da Constituição (art. 177º, nº 1), não parece ter-se contemplado uma fiscalização difusa, concreta e incidental.

O sistema é, antes, de fiscalização concentrada no Tribunal Constitucional, com três vias: fiscalização preventiva, fiscalização sucessiva abstracta de inconstitucionalidade por acção e fiscalização da inconstitucionalidade por omissão (arts. 228º a 232º)²².

Compete ao Tribunal Constitucional (art. 180º):

- Apreciar a constitucionalidade de quaisquer normas e demais actos do Estado;
- Apreciar preventivamente a constitucionalidade das leis do Parlamento;
- Exercer jurisdição sobre outras questões de natureza jurídico-constitucional, eleitoral e político-partidária, nos termos da Constituição e da lei.

1.4. DIGNIDADE HUMANA

Por considerar-se algo indissociável ao ser humana, a sua dignidade carece de uma especial atenção quanta à revisão constitucional pelo que passamos a referir.

A superioridade da dignidade humana pode ser aperfeiçoada a partir do grande número de declarações, tratados, pactos e convenções internacionais, na maioria das vezes multilaterais e celebrados internacionalmente, o que bem demonstra o esforço na sedimentação de determinados direitos inerentes ao ser humano. Ainda que se denote, no sistema, algumas fragilidades, uma vez que só vinculariam aos Estados-Partes, é possível aferir a vontade de alcançar a universalidade, permitindo o reconhecimento de alguns direitos como fundamentais.

²² Cf. MIRANDA, Jorge, *op. cit.*, p. 34

Actualmente a importância reportada à dignidade humana, assumida como um princípio fundamental, auspicia uma forte posição jurídica do indivíduo face ao Estado, podendo determinar limites quanto à soberania do Estado.

“A integridade moral, intelectual e física das pessoas é inviolável. 2. O Estado respeita e protege a pessoa e a dignidade humanas.” (CRA, Art. 31.º, nº 1)

Caso o Estado angolano não assuma esse valor, poderá ter de responder internacionalmente dada a sua responsabilidade constitucional e a adesão aos tratados internacionais, podendo sofrer sanções internacionais como nos caso de violação dos direitos humanos, o que hoje é considerado uma ameaça à paz internacional e podendo mesmo ser julgado pelos tribunais internacionais.

As funções dos limites materiais de revisão constitucional podem ter carácter declarativo, explicitando os limites implícitos na Constituição (princípios fundamentais), como apenas uma função declarativo-constitutiva.

“A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, à capacidade civil, à nacionalidade, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra e à reserva de intimidade da vida privada e familiar. 2. A lei estabelece as garantias efectivas contra a obtenção e a utilização, abusivas ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e às famílias.” (CRA, Art. 32.º, nº1)

A manutenção e preservação da dignidade humana é um limite de revisão inseparável da ordem constitucional, sendo meramente declarativos os princípios que o reconhecem.

1.5. INDEPENDÊNCIA, INTEGRIDADE TERRITORIAL E UNIDADE NACIONAL

Quanto à independência, integridade territorial e unidade nacional são valores que o estado prevê representando a visão de um povo marcado pela guerra e luta constante, numa primeira fase para resistir à ocupação colonizadora, posteriormente para conquistarem a sua independência e a dignidade do estado soberanos e, finalmente, com a intenção de instaurar em Angola um estado democrático de direito e socialmente justo.

“O território da República de Angola é o historicamente definido pelos limites geográficos de Angola tais como existentes a 11 de Novembro de 1975, data da Independência Nacional.” (CRA, Art. 5.º, nº1)

“A República de Angola respeita e aplica os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da União Africana e estabelece 7 relações de amizade e cooperação com todos os Estados e povos, na base dos princípios estipulados pela Constituição.

“Os partidos políticos, no quadro da presente Constituição e da lei, concorrem, em torno de um projecto de sociedade e de programa político, para a organização e para a expressão da vontade dos cidadãos, participando na vida política e na expressão do sufrágio universal, por meios democráticos e pacíficos, com respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade nacional e da democracia política.” (CRA, Art. 17.º, nº 1)

“São símbolos nacionais da República de Angola a Bandeira Nacional, a Insígnia Nacional e o Hino Nacional. A Bandeira Nacional, a Insígnia Nacional e o Hino Nacional, símbolos da soberania e da independência nacionais, da unidade e da integridade da República de Angola, são os adoptados aquando da proclamação da independência nacional, a 11 de Novembro de 1975 e tal como constam da Lei Constitucional de 1992 e dos anexos I, II e III da presente Constituição”(CRA, Art. 18.º, nº1 e 2)

“Constituem tarefas fundamentais do Estado angolano: a) Garantir a independência nacional, a integridade territorial e a soberania nacional”(CRA, Art. 21.º)

“O Presidente da República promove e assegura a unidade nacional, a independência e a integridade territorial do País e representa a Nação no plano interno e internacional.”(CRA, Art. 108.º)

A segurança nacional destaca-se indiscutivelmente como uma preocupação de relevo (arts. 11º, 202º e 203º), identificada com a segurança do Estado (arts. 211º e 212º).

É baseada no primado do direito e da lei, na valorização do sistema integrado de segurança e no fortalecimento da vontade nacional, tem como premissa a salvaguarda do Estado e o asseguramento da estabilidade e do desenvolvimento, contra quaisquer ameaças, riscos ou opressões. Tem como objetivo a salvaguarda do Estado democrático de direito contra a criminalidade violenta ou organizada, no cumprimento da Constituição e das leis, bem como das convenções internacionais de que Angola seja parte integrante e cooperante. A

organização e o funcionamento da preservação da segurança do Estado estão assegurados por lei. Os órgãos de inteligência e de segurança do Estado são órgãos os responsáveis por reunirem as informações e análises, bem como a adoção de medidas de inteligência e de segurança do Estado necessárias à preservação do Estado democrático de direito.

“A segurança nacional tem por objectivo a garantia da salvaguarda da independência e soberania nacionais e da integridade territorial, do Estado democrático de direito, da liberdade e da defesa do território contra quaisquer ameaças e riscos, assim como a realização da cooperação para o desenvolvimento nacional e a contribuição para a paz e segurança internacionais.”(CRA, Art. 202.º)

CAPITULO III

ESTADO E DEFESA

1. SEGURANÇA NACIONAL E CONSTITUIÇÃO

A segurança nacional é uma das principais missões do Estado Angolano, acometida à Polícia Nacional e às Forças Armadas, e assume uma grande complexidade, face aos desafios próprios da evolução da sociedade e da globalização. Do ponto de vista jurídico, pode dizer-se, sem medo de contradição, que alguns conceitos são também de igual complexidade, embora individualmente, no nosso contexto cultural e história política, essa complexidade esteja associada à importância crítica das definições, com implicações práticas significativas, e ainda carecem de uma reflexão aprofundada e maturação político-constitucional.

De fato, a definição constitucional da segurança nacional não corresponde apenas a um conceito legal, mas o seu perfil parece ser essencial para encontrar aplicação, seja na esfera do exercício do poder político, seja na esfera das competências do Presidente ou do Parlamento. Por essa razão, o significado da “segurança nacional” tem variado de acordo com os contextos variáveis e prioridades históricas de Angola como Estado democrático.

Se pode dizer-se que em países com uma longa tradição democrática - com uma forte coesão social, caracterizados por um intenso sentimento de pertença dos cidadãos às instituições - o conceito mantém a sua estabilidade ao longo do tempo (por isso é mais fácil o trabalho dos intérpretes dos princípios e limites e aplicação). Noutros, perante situações em que surgem conflitos entre os poderes legítimos, fragilidades, vulnerabilidades e condições históricas de separação entre os cidadãos e as instituições políticas, permitem-se diversas e divergentes interpretações (e, o mais importante ainda, a aplicação) algumas das quais abusivas.

Scholars, especialmente para o mundo anglo-saxónico, propôs uma análise detalhada do conceito de segurança nacional, sustentada numa base comum, aceitando a premissa da definição moral e ideológica de substrato, e a aplicação na esfera política. A partir deste ponto de vista, são assumidos dois elementos chave na pesquisa: um, ligado aos valores fundadores da comunidade, o que na maioria dos casos correspondem aos princípios e declarações formalizadas num texto

constitucional; o outro, de carácter mais empírico, por assim dizer, que tem em vista definir o conceito de segurança nacional, através do estudo do impacto real da sua implementação, a forma como as pessoas percebem o princípio, face aos procedimentos praticados no exercício de tais poderes, dentro de que limites legislativos e com que controles.

Quanto à primeira configuração, ele move-se num contexto estritamente legal, mas não insignificante quanto às suas consequências. Neste sentido, coexistem pontos de vista divergentes. De um lado, há o Estado, considerando apenas por questões de brevidade o diferente conceito de nação, do outro, a segurança. O ponto de discórdia das diversas teorias é a tutela da segurança nacional enquanto garantia; quanto à finalidade do Estado como guardião da ordem constitucional, conflitua, mesmo que de forma justificada, com os direitos dos indivíduos.

Alguns defendem que, de fato, os direitos civis e políticos dos cidadãos devem ser considerados parte integrante do conceito de segurança nacional. A questão que está enraizada na tradição filosófica e na história da teoria política, reflecte-se numa importante diferença de pensamento. Por um lado, a referência a um Estado-Fortaleza, potencialmente autoritário, em contraste com a visão, considerada mais compatível com a democracia parlamentar, em que as liberdades civis e os direitos humanos estão na base do conceito de segurança, com base na legitimidade moral do Estado, definido como Estado-Comunidade. Assumindo-se que em nome do interesse colectivo pode ser determinado, ainda que temporariamente, o sacrifício do direito de o indivíduo alcançar o bem comum. Isto tem implicações teóricas complexas, pelo que em vez de se definir um conceito de segurança nacional válido para todas as circunstâncias, parece mais convincente procurar-se a sua relevância em cada situação concreta, no contexto das normas constitucionais vigentes, assumindo a afirmação dos critérios de proporcionalidade e de controlo democrático, porque não é possível excluir que uma crise acarrete temporariamente a possibilidade de excepções. O conceito de estado de necessidade, em tais casos, é o mais evocado, principalmente em situações de guerra ou de terrorismo, sobretudo depois do 11 de Setembro.

O conceito de segurança nacional tem um reconhecimento único nas fontes internacionais, em claro domínio sobre os outros valores. Este é testemunhado, entre outros, por documentos referência, como o art. 8º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, de 50, assinado em Roma, que permite restrições à protecção da privacidade, por razões de segurança nacional, o artigo 10º da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e no artigo 19º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, sem considerar as inúmeras fontes da União Europeia, a começar pelo Schengen, em que o equilíbrio entre os direitos dos indivíduos e da necessidade de segurança tem uma importância primordial.

A preocupação do legislador constitucional com a defesa dos direitos fundamentais é tão acentuada que incide mesmo sobre a interpretação deste catálogo de direitos, estabelecendo que os preceitos da Constituição “devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Carta Africana dos Homens e dos Povos e os tratados internacionais sobre a matéria, ratificados pela República de Angola” (art. 26º, nº 1 da Constituição). Mais ainda, especifica o legislador que os Tribunais angolanos, na apreciação de litígios sobre direitos fundamentais, devem aplicar os instrumentos internacionais referidos... ainda que não sejam invocados pelas partes (nº3, art. 26º da Constituição)”²³.

A questão, no entanto, está sujeita a desenvolvimentos importantes, que representem, respectivamente, para o aspecto interno e o internacional, o início de uma evolução do conceito de segurança nacional, como provavelmente será proposto nos próximos anos, cujos aspectos inovadores exigem análise e estudo. Como, por exemplo, a eficácia das ferramentas de sistema de prevenção, quando este tem de aplicar-se aos indivíduos contra-indicados para a segurança de outros Estados, quando estão localizadas num país terceiro. É o exemplo de pessoas ligadas a movimentos terroristas que, entretanto, no Estado de residência não cometeram qualquer actividade ilegal. O problema é que a lei penal tem, marginalmente, o seu próprio instrumento de cooperação judicial, mas é deixada ao critério do Estado, especialmente no campo administrativo, a liberdade de conceder ou negar determinados estatutos, como acontece em matéria de cidadania, a imigração, e a deportação de estrangeiros.

²³ - Onofre dos Santos, *Op. Cit.*, p. 20

A recente jurisprudência oferece um material amplo para a análise da questão, reconhecendo existir uma ameaça à segurança nacional, ainda que dirigida contra países terceiros, como o uso do terrorismo, que os Países condenam colectivamente na comunidade internacional subscrevendo numerosos pactos e tratados. Um país que se proteger do terrorismo internacional, não terá êxito se as suas defesas estão limitadas ao seu território. As actividades de terroristas internacionais no exterior, atinjam, ou não, os interesses do País, são uma preocupação para o governo porque a sua política deve ser, e é, no sentido de assegurar a cooperação no combate ao terrorismo. Trata-se de uma perspectiva interessante e radicalmente inovadora, um verdadeiro conceito novo de segurança nacional, tal como o forte impulso da afirmação de jurisdições penais internacionais, ainda que persistam dificuldades na definição clara do terrorismo nos fóruns internacionais.

A era de conflito globalizado vai empurrar na direcção de uma globalização do conceito de segurança, que já está a mudar as suas fronteiras para o nível supranacional. Para o mundo do direito, como já sucede em relação, por exemplo, ao quadro jurídico das novas tecnologias e novos meios de comunicação, o resultado é o compromisso de uma reversão no processo usual de fontes, de que a comunidade internacional depende, com reflexos na construção da dimensão nacional.

1.2. O CONCEITO

O conceito jurídico de segurança é, como se sabe, capaz de indicar coisas muito diferentes entre si, dependendo do alcance da referência escolhida, da relevância do ponto de vista, do momento da evolução histórica de uma determinada ordem e das suas principais características. No entanto, não é de todo despiciendo abordar o seu conceito numa tríplice perspectiva²⁴: segurança externa/interna, com especial referência aos problemas conexos à tutela das

²⁴ GIUPPONI, TF, *La sicurezza e le sue dimensioni costituzionali*. Bologna, 2008.

agressões e dos perigos externos ao grupo social, questões relacionadas com a protecção contra actos ilícitos e ameaças externas ao Estado, ou em relação aos factores de risco endógenos para uma determinada comunidade organizada; segurança individual/colectiva, através da valorização não só da dimensão da tutela dos direitos fundamentais garantidos por um determinado ordenamento jurídico, mas também dos perfis conexos à individualização das limitações ao agir dos indivíduos singulares, em conexão com a tutela de outras situações jurídicas subjectivas ou em relação ao cumprimento de desempenhos específicos - públicos, mas não só – a favor da colectividade de referência, destacando-se, assim, não só a abrangência da protecção dos direitos fundamentais garantidos por uma jurisdição especial, mas também a definição de limitações legais à acção dos indivíduos, a favor de poderes e direitos de bem comum do colectivo; segurança material/ideal em relação às questões tradicionais sobre a categoria da ordem pública e à dupla aceção ou sentido que pode estar oculto: tutela das formas violentas de agressão aos bens jurídicos ou garantia da totalidade dos princípios e valores característicos de um determinado ordenamento jurídico.

Do ponto de vista do direito público, e do direito constitucional em particular, a importância de segurança parece ser um elemento presente em todas estas abordagens que, muitas vezes, se cruzam ou se sobrepõem. E é, de fato, importante tanto do ponto de vista da protecção tradicional da sociedade organizada dos perigos de agressão, venham do interior ou do exterior; seja do ponto de vista da tutela dos direitos individuais e das dimensões concretas da sua operatividade, muitas vezes delimitadas pelas previsões de limitações específicas; apesar de, e mesmo que mais problemático, na base da reconstrução de um valor não só material, interligado à protecção do grupo social e aos direitos dos indivíduos que fazem parte dele, mas também o ideal em si mesmo, em relação aos princípios e aos valores de referência de um determinado ordenamento. Apesar disto, a dimensão concreta constitucional da segurança varia de ordenamento para ordenamento, com uma particular referência à forma escolhida de Estado e à consequente organização dos poderes públicos. Neste sentido, de facto é possível encontrar ordenamentos que valorizaram a dimensão externa e material, em vez de outros que, por sua vez, parecem mais sensíveis à dimensão interna e ideal.

Esta diversidade de perspectivas emerge, hoje, à luz dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, na releitura do conceito global de segurança (especialmente na sua dimensão colectiva) e na sua base constitucional.

1.3. SEGURANÇA CONSTITUCIONAL

A individuação do bem constitucional “segurança”²⁵, nas suas diversas dimensões coloca-se no cruzamento entre a constituição dos direitos e a constituição dos poderes. Se, de fato, do primeiro ponto de vista são tidas em consideração as questões relativas à segurança “de e da”, parece evidente que elas estão estreitamente ligadas a uma certa concepção do poder estatal, da sua legitimação e das suas finalidades. Precisamente por isto a tentativa de reconstruir o *status* constitucional da segurança não pode ser separada a partir da análise das instituições e aparelhos projectados especificamente para a sua garantia e sua protecção, em todas as dimensões mencionadas. Se, de fato, no primeiro caso, a finalidade de garantir a vida e a segurança são a base da construção dos “subiection is pactum” e a identificação do poder soberano, ilimitado e total do Estado, com a declaração de princípios do Estado de Direito, a separação de poderes e a protecção da liberdade, em conexão com (embora muito escassa) formas de representação política, a segurança torna-se o tema específico de regulação legal.

Em qualquer caso, na marca de água dos elementos de continuidade entre estes dois momentos da evolução do constitucionalismo moderno, a tarefa de garantir a segurança do poder público pertence ao aparelho administrativo que, nesse sentido, é cada vez mais especializado dentro do que, agora, é comumente identificado como a administração da segurança pública.

Assim, historicamente²⁶, a segurança é feita a partir da administração e, por conseguinte, é um factor de organização administrativa; primeiro sob uma

²⁵ - Cf. CERRI, A. *Ordine pubblico, Diritto costituzionale*, in Enciclopedia giuridica, XXII, Roma, 1990

²⁶- Cf. LANDI, G. Segurança Pública, na Enciclopédia da Lei, XXXVII, Milão, 1988, pp. 923 ss.

estrutura centralizada em que o que entende e provê às necessidades da comunidade é o governante absoluto (que se manifesta neste caso, o poder de ditar regras específicas, para supervisionar a sua implementação por meio de seus funcionários e de julgar em última instância a sua aplicação correta); de seguida, as finalidades e limites fixados pela lei e pelo legislador: o Parlamento.

É neste momento que se manifesta de forma particularmente clara a ideia da lei como expressão da vontade geral e da soberania das assembleias parlamentares, na sequência do ideário da Revolução Francesa. Então, nesse sentido, o problema da legitimidade global do sistema da autoridade pública parece sobrepor-se e limitar-se à legalidade formal e concreta do seu exercício.

Em qualquer caso, de um ponto de vista mais geral, há uma tendência para limitar os problemas de segurança no âmbito da administração pública. A autonomia reconhece, por um lado, tanto a função como a legitimidade da defesa militar para agressões externas (e hoje, no âmbito da ONU e do direito internacional, o direito da ingerência humanitária noutros países, em defesa da paz e da protecção dos direitos humanos) e, por outro, a diferente função interna de prevenção e repressão de infracções penais, atribuída às forças policiais.

Não é por acaso, portanto, que estejam em destaque, embora com diferentes sotaques, as diferenças entre a área de intervenção da polícia administrativa, da polícia de segurança e do sistema judiciário. Em primeiro lugar, como se referiu, intimamente ligado ao exercício de funções administrativas, como uma manifestação dos poderes de supervisão e controle; o segundo, em particular, no que diz respeito à tarefa de impedir realização de actos de direito penal ou de outra forma socialmente perigosa; por último, relacionado com a tarefa de reprimir a violação da lei penal, especificamente no exercício da jurisdição e em apoio a esta.

Esta estrutura parece, ainda hoje, confirmada como parte das disposições constitucionais Liberais Democratas, embora com algumas alterações importantes. Por um lado, a extensão progressiva das tarefas de intervenção activa por parte das autoridades públicas, e, em particular, a administração pública, tem como

consequência o prolongamento paralelo com as tarefas da polícia em geral. Por outro, com a introdução na constituição das chamadas liberdades positivas e dos direitos sociais, a dimensão colectiva da segurança parece assumir uma importância maior e uma base constitucional directa.

Tudo isto parte de uma visão da relação entre Estado e cidadão, mas também tem em vista a garantia de promoção da pessoa e dos seus direitos, que parece ser uma pedra angular do constitucionalismo liberal. Além disso, na forte valorização do princípio do pluralismo, o saber territorial-social articula diversas respostas e planos para proteger a segurança e as suas necessidades globais (acho que, nesse sentido, nos restringimos ao papel dos órgãos governamentais e regionais).

De acordo com estas premissas, a Constituição exprime necessidades organizacionais relacionadas com as diferentes dimensões da segurança, como parte de uma forma de governo inspirado nas regras do regime democrático presidencialista. Por isso, um papel central neste sentido, parece ser remetido aos órgãos protagonistas da relação fiduciária, uma correia de transmissão real da soberania popular: o Presidente e o Governo, por um lado, e o Parlamento, por outro. Mais especificamente, o legislador e a administração. Se, de fato, cabe à lei intervir para regular o exercício dos direitos constitucionais no contexto dos interesses e limites constitucionalmente exigidos, cabe à administração implementar formas de protecção desses interesses públicos.

Por sua vez, pelas suas peculiaridades, o sistema de defesa nacional, relacionado com a ordem das Forças Armadas, mantém a sua própria autonomia não apenas funcional, mas também institucional. De fato, as Forças Armadas mantêm as características de separação no que diz respeito à administração da segurança pública, visando essencialmente a defesa externa do Estado e, pelas suas características, são inspiradas nos princípios específicos de organização e responsabilidade.

1.4. ORDEM PÚBLICA

Várias podem ser (e são) as definições de ordem pública a partir de uma perspectiva legal, em particular, de acordo com o ambiente regulador do sector. A saber: a definição de políticas públicas no âmbito do direito privado (como limitar a autonomia dos particulares); uma definição relevante em termos de direito internacional privado (como um limite para o reconhecimento da eficácia interna de actos jurídicos produzidos por outras jurisdições); uma definição específica no contexto do direito internacional (em relação ao cumprimento das regras que regem as relações entre Estados reconhecidos como *real cogensius*); uma definição relevante no direito público e constitucional (em particular, como uma garantia de convivência ordenada e pacífica, para proteger a segurança do indivíduo e da comunidade).

De fato, com referência ao papel da ordem pública nos termos da lei, as interpretações constitucionais²⁷ têm sido muito diferentes (especialmente à luz de uma oscilante jurisprudência constitucional). Segundo alguns, de fato, o sentido constitucionalmente compatível de política pública seria limitado ao seu material essencial, relacionado com a garantia da ordem pública e da segurança dos cidadãos. Para outros, porém (embora problematicamente), acreditam que podem ser identificados, em geral, também o seu conteúdo ideal ou regulamentar, que é o de respeitar e garantir os princípios fundamentais da ordem constitucional, com especial referência para a chamada ordem democrática.

Os mesmos autores que vão em busca da sua possível fundamentação constitucional, no entanto, chegam à conclusão de uma impossibilidade lógica do pensamento e da ordem ideal (na Constituição) como um limite para as liberdades específicas, em que a protecção da liberdade é um dos princípios fundadores e valoriza a própria lei. Como já foi parcialmente antecipado, parece que a pergunta é aberta, a fim de tocar, por um lado, o design e o mesmo conteúdo de princípios

²⁷ Cf. CAIA, G. *L'ordine e la sicurezzapubblica*, in S. Cassese (coord.). S. Ceccanti, *Ledemocrazieprotette e semi-protette da eccezione a regola*, Torino, 2004.

supremos repetidamente evocados e, por outro, em elementos de protecção Democrática possivelmente rastreáveis na nossa lei.

Nesse sentido, as diferentes consequências no que diz respeito às liberdades fundamentais. Na verdade, se se aceitar a noção de ordem pública puramente material, as únicas restrições possíveis serão aquelas expressamente previstas na Constituição ou de alguma forma relacionadas com a função de prevenção e repressão do crime ou defesa nacional. Por outro lado, no contexto da interpretação da ordem pública como ideal, à luz dos princípios fundamentais da Constituição, representa um limite geral (como imanente) em todas as liberdades constitucionais.

Utilizo, aqui, como referência um acórdão do Tribunal Constitucional Italiano que negou expressamente que "preocupações de segurança sejam só a segurança física", argumentando que "parece racional e coerente com o espírito da Constituição para dar à palavra o significado da situação de segurança em que é garantido aos cidadãos, na medida do possível, o pacífico exercício desses direitos cuja liberdade a Constituição garante com tanto empenho. Segurança é quando o cidadão pode realizar suas actividades legais sem ser ameaçado por insultos à sua personalidade física e moral; é a vida civil, ordenada, que é, certamente, o objectivo do Estado de direito, livre e democrático."²⁸

Mais à frente, no mesmo aresto, pode ler-se "a necessidade de ordem pública, como o respeito inspirado em contrário às leis autoritárias, não é de todo estranho aos sistemas democráticos e legalistas, nem é incompatível com eles. Em particular, o regime democrático e legalista, consagrado na Constituição em vigor [...], a ordem pública é um bem inerente ao sistema constitucional existente"²⁹.

A segurança nacional é inserida na Constituição, tal como as Forças Armadas, no âmbito da administração pública e é "baseada no primado do Direito e da lei, na valorização do sistema integrado de segurança e no fortalecimento da vontade nacional, visando a garantia de salvaguarda do Estado e o asseguramento

²⁸A. Cerri, *Ordine pubblico. Diritto Costituzionale*, in *Enciclopedia giuridica*, XII, Roma, 1990, pp 8-9

²⁹ *Ibidem*

da estabilidade e do desenvolvimento contra quaisquer ameaças e riscos” (art. 11º, nº e cfr. art. 211º e 212º). Vem definida nos seguintes artigos:

ARTIGO 202º OBJECTIVOS E FUNDAMENTOS DA SEGURANÇA NACIONAL

1. Compete ao Estado, com a participação dos cidadãos, garantir a segurança nacional, observando a Constituição e a lei, bem como os instrumentos internacionais de que Angola seja parte.

2. A segurança nacional tem por objectivo a garantia da salvaguarda da independência e soberania nacionais e da integridade territorial, do Estado democrático de direito, da liberdade e da defesa do território contra quaisquer ameaças e riscos, assim como a realização da cooperação para o desenvolvimento nacional e a contribuição para a paz e segurança internacionais.

3. A organização e funcionamento do sistema de segurança nacional são regulados por lei.

ARTIGO 203º DIREITO À SEGURANÇA NACIONAL E A LEGÍTIMA DEFESA

A República de Angola actua pelos meios legítimos adequados para a preservação da sua segurança nacional e reserva-se ao direito de recurso à força legítima para repor a paz ou a ordem pública, em conformidade com a Constituição, a lei e o direito internacional.

ARTIGO 204º ESTADOS DE NECESSIDADE CONSTITUCIONAL

1. No âmbito da preservação da segurança nacional e da manutenção da ordem pública, o Presidente da República pode declarar, em conformidade com as exigências da situação, os estados de necessidade constitucional, nos termos da Constituição e da lei.

2. São estados de necessidade constitucional o estado de guerra, o estado de sítio e o estado de emergência, decorrendo estes desde a sua declaração até à formalização da sua cessação.

3. A lei regula o estado de guerra, o estado de sítio e o estado de emergência.

ARTIGO 211.º PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA DO ESTADO

1. A preservação da segurança do Estado tem por objectivo a salvaguarda do Estado democrático de direito contra a criminalidade violenta ou organizada, bem como outro tipo de ameaças e riscos, no respeito da Constituição e das leis, bem como das convenções internacionais de que Angola seja parte.

2. A preservação da segurança do Estado compreende componentes institucionais de órgãos de inteligência e de segurança do Estado.

3. A organização e o funcionamento da preservação da segurança do Estado são estabelecidos por lei.

A partir da leitura destas disposições específicas, e de outras dispersas, podem desenhar-se algumas conclusões preliminares: a) a segurança tem relevância constitucional; b) a segurança é um limite de certos direitos fundamentais; c) a segurança é uma tarefa específica do aparelho do Estado.

Do primeiro ponto de vista, a leitura global dessas disposições revela uma dimensão precisa de segurança, constitucionalmente protegida. Apenas um interesse considerado digno de protecção por parte da comunidade organizada, pode encontrar estas referências múltiplas constitucionais, de modo a indicar que, em geral, não só representa um dos requisitos levados em consideração pelos princípios gerais da Constituição, como tem a sua própria fisionomia específica e autónoma em áreas bem definidas.

Do segundo ponto de vista é relevante que a segurança (e / ou a segurança pública) é mencionada como limite específico para o exercício da liberdade. Parece

óbvio que este é, um caso de liberdade que, de alguma forma, afecta potencialmente (ou envolve) uma colectividade de sujeitos indeterminados, seja por causa de seu gozo obrigatório multi-pessoal (reunião), seja por causa do modo concreto de operação (circulação e iniciativa económica), seja ainda em função do material de referência no contexto geral (domicílio).

A partir do terceiro ponto de vista, são definidas as disposições que são especificamente referência para a segurança pública.

Neste sentido, entre outras, a referência explícita, no Capítulo III (Defesa Nacional e Forças Armadas) à obrigação de defender a pátria (por exemplo o serviço militar obrigatório), co-essencial para o próprio conceito de cidadania. A perspectiva individual, por outro lado, parece ser bem sublinhada para a previsão de uma série de liberdades tradicionalmente relacionadas com a protecção da esfera imaterial da pessoa (de segurança), não apenas contra as possíveis intervenções por terceiros, mas também da “arbitrariedade dos poderes públicos”. Nesta dimensão, no entanto, e em simultâneo, define-se o colectivo – bem comum, com especial referência à segurança, como limitação explícita sobre o exercício de certos tipos de liberdade. Neste caso, de facto, a perspectiva de protecção individual é aditada ao conceito de segurança que vai além dos limites da pessoa, para abranger necessidades colectivas.

1.5. POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

A política de Defesa Nacional, consiste no conjunto de princípios, objectivos, estratégias, orientações e medidas adoptadas para assegurar a Defesa Nacional, nos termos do art. 2º, da Lei nº 2 de 1993, da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Trata-se de uma política permanente, global e interdisciplinar, que se integra na Política Nacional e se correlaciona com outras políticas sectoriais, numa diversidade de interesses e responsabilidades mútuas, visando em última análise

garantir a independência nacional, a integridade territorial, o asseguramento da liberdade e segurança das populações³⁰.

O papel do Estado é de grande relevo uma vez que possui funções jurídicas (criação de leis) e não jurídicas (funções políticas, elaboração de estratégias nacionais, aquisição de material e equipamento, segurança e defesa nacional)

A segurança apresenta-se como um dos conceitos mais importantes para a conservação e manutenção de uma nação e é definida pelo Instituto de Defesa Nacional (Lisboa) da seguinte forma:

A situação que garante a unidade, a soberania e a independência da Nação; a integridade e a segurança das pessoas e bens; o bem-estar e a prosperidade da Nação; a unidade do Estado e o desenvolvimento normal das suas tarefas; a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas, no quadro constitucional³¹.

Permite-nos a tranquilidade e confiança, valor de extrema primazia e que leva os estados a tornar a segurança uma prioridade, tornando-se global, não sendo apenas priorizada por alguns estados que reuniram esforços para dar respostas às ameaças existentes e garantir a segurança global.³²

Quanto ao conceito defesa, é indissociável de segurança uma vez que tem como objectivo a sua garantia, pois, ao elaborar a defesa nacional, o Estado tem que ter em conta uma estratégia global que beneficie os interesses e objectivos nacionais.

«O conjunto de actos que permitem ao Estado proteger-se de uma ameaça pontual, latente ou concretizada, que afecte os interesses nacionais»³³.

A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas de Angola prevê que a defesa nacional consista no conjunto coerente de princípios, objectivos,

³⁰ ROSA, Armindo, *Política de Defesa de Angola*, in Nação e Defesa, N.º 125, 2010, p.73.

³¹ FERNANDES, A. H. (2003). *Estratégia: Hostilidade ou Competição*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2003, p. 43.

³² RIBEIRO, A. S. (2010). *Apontamentos da Unidade Curricular da Avaliação do Potencial Estratégico*. Aulas. Lisboa, Portugal, p. 27

³³ - Ribeiro, Op. Cit. 2007, p. 27

estratégias, orientações e medidas adoptadas para assegurar a Segurança Nacional³⁴.

Este paradoxo anterior refere que a excessiva proliferação de meios militares levanta preocupação nos outros Estados e a ameaça leva à defesa de outros estados que por se sentirem ameaçados podem lançar ataques preventivos

A estabilidade tão desejada acontece apenas posteriormente a 2002, data em que Angola encontrou-se o mais próximo da estabilidade política e militar conseguindo mesmo melhorar a sua estabilidade económica. A guerra termina e a violência fratricida não se perpetua após a morte de Jonas Savimbi permitindo o país reorganizar-se e trabalhando no sentido de alcançar ordem e a segurança no seu território.

É realizada uma mudança considerável por parte do governo quanto aos seus objectivos aplicando a sua política interna dirigida para a segurança e a satisfação das necessidades sociais e económicas dos seus cidadãos. Desenvolve estratégias para colmatar anteriores deficiências ao nível de áreas como a educação, saúde e agricultura.

A criminalidade é o tema que mais se destaca quanto aos assuntos internos conjuntamente com o número de posse de armas que a população ainda possui uma vez que anteriormente eram os próprios militares que lhes davam e incitavam ao uso. A pobreza e a ausência de condições para corresponder às necessidades básicas das famílias são uma situação ainda preocupante provocada também pela falta de postos de emprego. Este assunto faz parte das preocupações do governo que criou programas contra a pobreza e oportunidades de emprego para os mais jovens.

“A defesa nacional tem por objectivos a garantia da defesa da soberania e independência nacionais, da integridade territorial e dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da Lei e da ordem pública, o asseguramento da liberdade e segurança da população, contra agressões e outro tipo de ameaças externas e

³⁴ Forças Armadas Angolanas (1999). *Guia do Formador de Educação Cívica, Jurídica e Direitos Humanos*. Luanda.

internas, bem como o desenvolvimento de missões de interesse público, nos termos da Constituição e da lei.”³⁵

Na pretensão do novo governo a política interna de Angola assenta em estratégias em prol do desenvolvimento socioeconómico do país. Planificadas para diferentes áreas:

- Na área económica é a diminuição da inflação de forma a estabilizar a macroeconomia, o crescimento do PIB e o desenvolvimento do sector agrícola, de forma a fomentar a autos
- Suficiência e apostar na exportação de produtos diversificados, reduzindo as importações, melhorando as comunicações que permitem o escoamento dos produtos, desenvolvendo a indústria transformadora, criando novos polos de desenvolvimento nas diferentes províncias, reduzindo o mercado informal, identificando novas reservas petrolíferas que sejam economicamente viáveis e aumentando a produção de diamantes.
- Na área social, o governo pretende criar novas escolas de todos os níveis a fim de terminar com o analfabetismo e qualificar os recursos humanos existentes, aumentar o número de hospitais, desenvolver as áreas rurais a fim de descongestionar a cidade de Luanda e criar novos empregos, desenvolver a segurança social de forma a proteger os grupos mais vulneráveis, e diminuir a desigualdade existente.
- Programa a longo prazo para o ordenamento do território e do urbanismo, passando pela requalificação dos municípios de todas as províncias, e garantido deste modo um desenvolvimento equilibrado entre as regiões.
- Quanto à segurança interna e ordem pública, e em cooperação com organizações de que faz parte, o governo tem formado as polícias e criado novas condições de forma a combater a criminalidade existente e concretizar a segurança do país com maior eficiência³⁶.

³⁵ CRA, Art. 206.º, n.º1

³⁶ - Ibidem

- Relativamente aos problemas internacionais, Angola fortaleceu e estabeleceu contactos cooperativos fortalecido o seu papel na estabilização e resolução de conflitos a nível regional. Incorporada em organizações da qual faz parte mostra-se disponível para interceder contra o terrorismo assumindo dessa forma o seu lugar e pretensão de salvaguardar a segurança regional e mundial, considerando que qualquer acto de terrorismo se apresenta como ameaçador para a segurança internacional.

Face a esta necessidade e postura face as suas políticas bem como na luta contra ameaças globais, Angola trabalha na perspectiva de conseguir criar e alcançar estratégias de prevenção interna.

O papel das FAA é fundamental, em 2011 foi implementada a manutenção e formação dos seus elementos, capacitando-os para a resposta aos problemas do terrorismo e da imigração ilegal, realizou-se de forma a estarem preparadas se forem solicitadas para operações antiterroristas:

...pois que as profundas mudanças introduzidas na última década do século XX, no cenário internacional, apesar de abrirem novas oportunidades na cooperação entre as nações ... ainda persiste a hostilidade indirecta, ... traduzidos em novos riscos e potenciais ameaças, das quais se destacam:

- *Terrorismo transnacional;*
- *Instabilidade política;*
- *Instabilidade económica e social;*
- *Conflitos fronteiriços e territoriais;*
- *Tensões étnicas;*
- *Lutas internas pelo poder;*
- *Proliferação de armas de destruição em massa;*
- *Imigração ilegal;*
- *Crime organizado, ressaltando-se o narcotráfico.*³⁷

A política de defesa adoptada pelo governo de Angola pretende garantir a independência e unidade nacional, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades da comunidade do país, capacitando para garantirem a salvaguarda em situações de agressão ou ameaças de forma adequada. Designada como política de defesa cabe ao Estado orientar-se pelo respeito dos princípios da ONU e da UA, e interagindo e colaborando pacificamente junto de outros conflitos de fórum

³⁷ - (Rosa, Armindo, 2010, pp.73-74)

internacional. Angola implementou várias estratégias quanto à área da defesa nacional, onde se destaca a cooperação com parceiros estratégicos relacionados com a área militar, como é o caso da Rússia, Cuba China e Portugal, praticando uma guerra defensiva como sua característica.

1.6. POLÍTICA EXTERNA

No quadro internacional, a componente militar da Política de Defesa Nacional, as FAA têm prosseguido uma política de cooperação, defesa e segurança com o exterior, em conformidade com a política de relações exteriores do Estado Angolano, no âmbito da participação nas missões das operações de apoio e manutenção da paz, sob a égide da ONU, União Africana, SADC e CEEAC e com os países da CPLP, bem como com outros países de interesse comum:

Estabelecer e assegurar o funcionamento do Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz, com a finalidade de ministrar em áreas específicas da formação e no quadro das operações de paz, a formação de formadores militares, a formação e treino de quadros para o comando de forças e treino para o desempenho das funções de Estado Maior e de Oficiais de Ligação, bem como de observadores militares, perspectivando para o futuro a formação de forças de segurança e de civis em áreas específicas de operações de apoio à paz, tem sido outra direcção de trabalho.³⁸

A política externa angolana é considerada necessária de forma a alargar a cooperação com estados e organizações em vários domínios.

Como áreas com necessidade de intervenção destacam-se:

- Requalificar as infra-estruturas sociais e comerciais que facilitem a livre circulação de pessoas, bens e mercadorias e a qualificação dos recursos humanos.
- Aumento da cooperação com os países africanos e organizações regionais de que faz parte, designadamente a SADC e a CEEAC com o objectivo de alcançar os seus objectivos e interesses.
- A política externa movimenta-se no sentido de conseguir a monotorização da sua independência e igualdade conciliando para tal a

³⁸ - ROSA, Armindo. *Política de Defesa de Angola*, in Nação e Defesa, Nº 125, 2010, p.76

cooperação alcançando assim os seus objectivos. Não obstante estes factores de cooperação optou por não interferir nos assuntos internos de demais Estados por considerar que apenas nessa condição não defraudarem expectativas e relações com os seus aliados.

Pode-se, desta forma, indicar os quatro princípios da política externa angolana³⁹:

1. Manter uma participação e contribuição activa, envolvimento nas acções que prevejam consolidação da unidade e na continuidade de paz, segurança e estabilidade em África, não descurando das suas responsabilidades como estado membro da União Africana;

2. Manter a sua presença em encontros internacionais, em assuntos de especial interesse quanto a assuntos de maior interesse para a humanidade;

3. Perpetuar os seus contactos estabelecendo relações bilaterais, defendendo e estabelecendo novas parcerias, assim como manutenção das já existentes afirmando e reforçando para uma mais célere implementação de projectos de reconstrução do país;

4. Encabeçar medidas da sua responsabilidade como Presidente em exercício da CPLP e da Comissão do Golfo da Guiné, bem como um bom desempenho na S.A.D.C.

SOBRE AS OPERAÇÕES DE PAZ

As FAA têm estado preparadas para os desafios. Estiveram preparadas para missões exclusivamente da responsabilidade do nosso país, no âmbito bilateral, como aconteceu na RDC em 1997 e 98, no Congo Brazzaville, na mesma altura, em 2010 na Guiné Bissau, e têm estado a preparar-se para as operações de apoio à paz, quando as condições e o país for solicitado. Houve esta solicitação expressa das Nações Unidas e as Forças Armadas Angolanas têm estado a criar a preparar-se para o efeito. As FAA também têm, no mesmo âmbito, obrigações sobre as regiões em que estão inseridas, como é o caso da SADC, CEAC, Região dos Grandes Lagos e, também da União Africana. Agora surgiu a solicitação das Nações Unidas para que Angola pudesse participar. No mês passado, tivemos uma reunião com o

³⁹ Cf. <http://www.mirex.gv.ao/sadc/informacaogeral.htm>. Acessado em 23.07.2015

representante das Tropas das Nações Unidas para a RCA e estamos a criar as condições para o efeito. É uma questão de necessidade das Nações Unidas e predisposição de Angola e as FAA estão preparadas para poder participar em operações de apoio à paz no tempo em que for decidido pelas Nações Unidas e, também, pela direcção do nosso Estado.⁴⁰

⁴⁰ General Geraldo Sachipengo Nunda, Chefe do Estado-Maior General das FAA, in www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id. Acesso: 20.07.2015

CAPITULO IV

REEDIFICAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

1. FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

O processo de reedificação das forças armadas angolanas, posterior a 2002, tornou-se um desafio no âmbito dos seus três ramos militares existentes, o Exército, a Força Aérea e a Marinha de Guerra.

Este novo paradigma surgiu imbuído da vontade de criar nas forças armadas meios e equipamentos capazes de cumprir os desafios. Perante esta situação a fasquia eleva-se e torna-se necessário ultrapassar os grandes desafios que se apresentem e que são indissociáveis, onde se destaca o rejuvenescimento dos elementos efectivos, as habilitações académicas, formação especializada, falta de equipamento técnico enquadrado nas necessidades dos actos.

De forma a fazer face as limitações, referidas acima, os militares durante o ano de 2014 desenvolveram formações específicas de forma a melhorar as condições dos quartéis, reformulando as condições físicas existentes. Pelas mãos do Estado Maior General das FAA nasceu a implementação de unidades de engenharia de construção. De forma a criar mudança e modernização, compete aos órgãos de recrutamento uma atenção redobrada quanto à selecção dos novos integrantes a incorporar no Exército Nacional, preferindo-se os mais jovens e, preferencialmente, com maior qualificação académica e especializada.

Foi implementada a formação de todos os elementos, aplicados métodos de ensino, aposta da direcção das FAA que implementou igualmente a formação para os efectivos no país e no exterior, além de promover o aprimoramento dos métodos de ensino no próprio contexto militar, o que corresponde assim à concretização da estratégia de minimização de uma realidade pouco favorável, que visa cumprir com os níveis satisfatórios de profissionalização de todos os intervenientes.

As Forças Armadas Angolanas têm sensivelmente 24 anos de existência, À luz dos Acordos de Bicesse, Portugal, têm vindo a consolidar as suas estruturas dentro dos marcos definidos pela Constituição da República e pela Lei. Estes acordos foram promovidos por Durão Barroso, enquanto Secretário de estado dos

Assuntos Externos e Cooperação de Portugal no ano de 1990. Foi assinado por José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, em Maio de 1991, indicando que as primeiras eleições livres e democráticas em Angola se iriam realizar, com supervisão das Nações Unidas, assim como todas as forças de guerrilha seriam unificadas nas Forças Armadas Angolanas. Foi possível com este acordo um aparente período de pacificação temporário na guerra civil de Angola entre o MPLA e a UNITA. Porém, e com a pressão internacional activa, apesar deste acordo, e posteriormente com o protocolo de Lusaka a guerra civil angolana perpetuou-se até 2002⁴¹.

A congregação de cidadãos de diferentes origens e estatutos etnolinguísticas, culturais e sociais, nas FAA criaram uma afirmação de unidade nacional, onde aqueles que estavam de costas voltadas se portam como irmãos partilhando valores de progresso, desenvolvimento e, principalmente, paz, em nome do desenvolvimento da República de Angola e da sua reconstrução⁴².

Nasce na constituição das FAA o fim da guerra civil e a expectativa de uma democracia multipartidária o que se apresenta como um grande desafio necessitando de uma reconciliação entre os cidadãos participativos, a começar pelos beligerantes.

Aquando da guerra pós-eleitoral (eleições de 1992), aos comandos das FAA, a situação tornava-se difícil face à necessidade de construção do edifício militar, pois a desmobilização dos soldados não tinha sido profícua bem como a tentativa de paz e os avanços militares. Esta acção teve de ser realizada com bastante perícia uma vez que a paradoxalidade assim o exigia não sendo possível aplicar em absoluto uma das vertentes da acção das FAA.

Em 2002 as FAA dão por terminado a guerra adicionando adendas ao protocolo de Lusaka que implicaram orientações para a construção da paz de forma definitiva. Desde essa data é possível marcar, cronologicamente, como o período de maior serenidade, definindo-se os actos de forma mais profissional e

⁴¹ - https://pt.wikipedia.org/wiki/Acordos_de_Bicesse

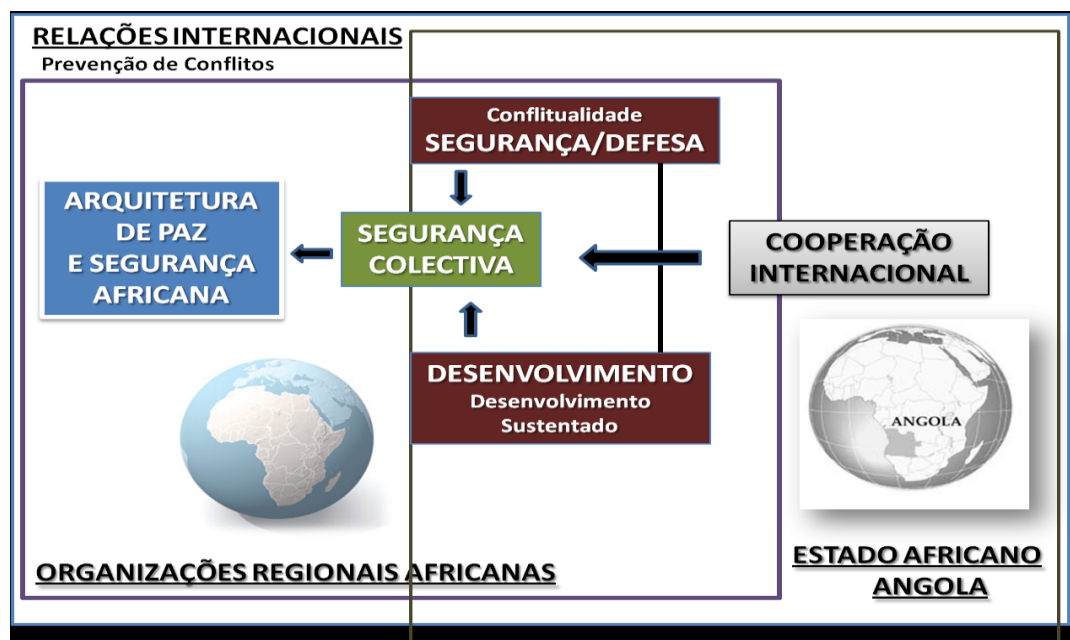
⁴² www.portalangop.co.ao/angola/pt

destacando-se a reedificação do exército nacional único. Surge a necessidade de mudança sendo necessário uma actualização quanto a técnica militar que dê indícios da necessidade urgente de reequipar os ramos das FAA com novos meios técnicos de forma a evitar os acidentes em funções, como se veio a registar no caso da Força Aérea Nacional e no despenhamento de helicópteros devido ao débil estado técnico. Estas referências encontram-se sanadas havendo já recursos e formação especializada em curso.

De referir que a Escola Superior de Guerra e o Instituto Superior Militar significam mais uma estratégia de superação militar e formação técnica dos quadros das Forças Armadas Angolanas a um nível superior. “A formação dos efectivos das Forças Armadas Angolanas tem de ser um processo bem harmonizado para que a mesma e o equipamento se conjuguem”⁴³.

A formação e especialização das FAA permitem que incorporem pedidos das Nações Unidas para integrarem um contingente de tropas na República Centro Africana na missão da ONU.

Figura 3 – Cooperação Africana



⁴³ SachipengoNunda, G., Chefe do Estado-Maior General das FAA, *Entrevista* “Jornal de Angola”. In <http://www.imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content>. Consultado aos 20.07.2015.

1.1. ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL

As Forças Armadas Angolanas têm, constitucionalmente, bem definidas a sua identidade e as suas funções:

Artigo 207.º Forças Armadas Angolanas

1. As Forças Armadas Angolanas são a instituição militar nacional permanente, regular e apartidária, incumbida da defesa militar do país, organizadas na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes, sob a autoridade suprema do Presidente da República e Comandante-em-Chefe, nos termos da Constituição e da lei, bem como das convenções internacionais de que Angola seja parte.

2. As Forças Armadas Angolanas compõem-se exclusivamente de cidadãos angolanos e a sua organização é única para todo o território nacional.

3. A lei regula a organização, funcionamento, disciplina, preparação e emprego das Forças Armadas Angolanas em tempo de paz, de crise e de conflito.

As forças armadas angolanas têm como missão assegurar a defesa do País, garantindo ordem e estabilidade e prevenindo que não aconteçam situações de agressões garantindo a ordem constitucional.

“A componente militar da Defesa Nacional é assegurada em exclusivo pelas Forças Armadas, salvo o disposto no artigo 57.º As Forças de Segurança colaboram na execução da política de Defesa Nacional, nos termos da lei”⁴⁴.

As Forças Armadas Angolanas representam uma instituição do Estado Angolano, a quem compete a execução da política da defesa nacional, em todas as suas vertentes. Para além disso, destaca-se o seu envolvimento em acções de reconstrução nacional, com um foco no programa de desminagem de estradas e outras áreas para implementação de infra-estruturas socioeconómicas, sem deixar em prejuízo as suas principais funções.

⁴⁴ - CRA, art. 26.º, nº1 e 2.

A lei regula a organização, funcionamento, disciplina, preparação e emprego das Forças Armadas Angolanas em tempo de paz, de crise e de conflito⁴⁵.

“As missões genéricas das Forças Armadas consistem em: a) Assegurar a Defesa Militar da Nação; b) Garantir a Ordem Constitucional. 2. As missões específicas das Forças Armadas serão definidas por Lei ou pelo Conselho de Defesa Nacional mediante proposta do Ministro da Defesa Nacional ouvido o Conselho de Chefes de Estado Maior. 3. As Forças Armadas poderão desempenhar outras missões de interesse geral nos termos da alínea b) n.º 3 do artigo 39.º da presente Lei.”(Art. 24.º Missões das Forças Armadas, n.º 1, n.º2, n.º3)

As Forças Armadas angolanas organizam-se por princípios hierárquicos, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes, sob a autoridade suprema do Presidente da República e Comandante-em-Chefe, nos termos da Constituição e da lei, bem como das convenções internacionais de que Angola faz parte. CRA, Art. 207.º, Forças Armadas Angolanas)

“ O funcionamento das Forças Armadas em tempo de Paz tem em vista a sua permanente preparação para a defesa militar da Pátria. A actuação das Forças Armadas Angolanas desenvolve-se no respeito pela Lei Constitucional e pelas leis em vigor por forma a fazer corresponder a estes diplomas, as normas e orientações estabelecidas aos seguintes níveis: a) conceito estratégico militar; b) missões das Forças Armadas; c) sistemas de Forças; d) dispositivo.”⁴⁶

Como instrumento do poder político tem como objectivo a defesa e segurança de angola em tempo de guerra como de paz, devem obediência ao poder político vigente com a obrigatoriedade de proteger o poder político.

A Constituição da República de Angola, designa que as FAA se apresentem como uma instituição apartidária, desta forma, os seus intervenientes efectivos estão impossibilitados de participar nas acções políticas, no exercício das suas funções, assegurando dessa forma a fidelidade para com o Estado. A formação dos seus agentes tem efeito contínuo em várias áreas de forma a se especializarem e desenvolverem conhecimento e consciência crítica face a matérias de importância

⁴⁵ - CRA, Artigo 207º

⁴⁶ - Lei n.º 2/93 de 26 de Março, art. 22.º.

para que possam desempenhar um melhor exercício na defesa e protecção do poder político. Pretende-se que os militares se mantenham fiéis face ao poder político instituído e que a sua relação hierárquica e de subordinação se mantenha, para tal o governo cria incentivos para os oficiais das FAA⁴⁷.

1.2. INSERÇÃO DAS FAA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As Forças Armadas Angolanas (FAA), distinguem-se como uma instituição do Estado que se caracteriza por ser permanente, regular e apartidária, e dentro do seu cariz militar em prol da defesa nacional de Angola absorve os objectivos da mesma.

Na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, são explanados os objectivos, no art. 3º: *“garantir a independência nacional; assegurar a integridade do território; garantir a unidade nacional; salvaguardar a liberdade e a segurança das populações bem como a protecção dos bens e do património nacional; garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania e o regular funcionamento do Estado; assegurar a manutenção ou estabelecimento da paz em condições que correspondem aos interesses nacionais”*.

O Ministério da Defesa apresenta-se como o departamento governativo da administração central com competências para executar a política de defesa nacional, para além disso, assegura e fiscaliza a administração das forças armadas e de outros órgãos, serviços e mecanismos que existem no sentido de promoção de paz que estão a ele contíguos.

Ao nível político, possui a responsabilidade de elaborar toda a execução da matéria militar, política de defesa nacional pela administração das forças armadas acumulando a garantia de preparação de meios militares e sua aplicação e eficácia acrescida de todos os órgãos, serviços e organismos dele dependentes.

⁴⁷ - VIEIRA, G. D. (2009). *Relacionamento da Instituição*, 2009, p. 53.

O mecanismo estratégico planificado de Defesa Nacional precede as orientações constitucionais e legais que são adoptadas pela política de Defesa Nacional, corroborando a ideia de que a Defesa Nacional tem o objectivo de assegurar a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações, fazendo face a qualquer ameaça, agressão externa. Possui ainda a responsabilidade de fazer garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o bom funcionamento das instituições democráticas, contribuir para que existam condições para a realização das tarefas fundamentais do Estado, fortalecer os valores e potencialidades de Angola, tornando possível, desta forma, a manutenção ou o restabelecimento da paz, de forma a ir ao encontro das necessidades dos cidadãos e dos interesses nacionais comuns.

Essa manutenção ou restabelecimento, de um ambiente estável e do afastamento das guerrilhas da realidade nacional. É da sua responsabilidade assegurar as seguintes atribuições:

- Promover e estimular o esforço global da Defesa Nacional garantindo o equilíbrio entre os custos da componente militar e o desenvolvimento socioeconómico do País;
- Promover e estimular o estudo e a investigação das questões atinentes à Defesa Nacional;
- Definir e dirigir a Política Nacional de armamento e infra-estruturas;
- Fomentar a racionalização dos meios técnicos e acções de forma a impulsionar nas forças Armadas o aproveitamento dos meios materiais e humanos disponíveis;
- Coordenar e orientar as acções relativas à satisfação dos compromissos militares consequentes de acordos de cooperação internacional, de forma a não prejudicar as competências próprias do Ministério das Relações Exteriores;
- Cooperar na definição da Política de Defesa Nacional, elaborar e executar a política relativa à componente militar de Defesa Nacional;

- Fiscalizar a administração das Forças Armadas nos termos da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas;
- Cooperar na definição da Política de Defesa Nacional, elaborar e executar a política relativa à componente militar de Defesa Nacional;
- Assegurar e fiscalizar a administração das Forças Armadas nos termos da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas;
- Preparar o orçamento do Ministério da Defesa Nacional e coordenar a concretização dos projectos de propostas de lei de programação militar, fiscalizando a sua execução;
- Exercer as funções que lhe forem atribuídas no âmbito da Lei de Segurança Nacional;
- Definir, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, materiais e financeiro.

1.3. SERVIÇO MILITAR

Angola considera que a Defesa Nacional da Pátria representa o maior direito e dever de carácter indeclinável para todos os cidadãos.

Após a elaboração e aprovação da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, tornou-se necessário a criação de algumas linhas reguladoras que estabeleça orientações para regulamentar o serviço militar.

É considerado ainda necessário estabelecer as delimitações e condições para o cumprimento do serviço militar desta forma ficou definido que a Lei Geral do Serviço Militar apresenta-se com o objecto de regular o cumprimento do Serviço Militar por parte dos cidadãos considerando que os mesmos tem esse dever e direito.

O serviço militar em Angola, segundo a Lei nº 1/93 de 26 de Março, art. 1, nº2, é considerado obrigatório, com treinamento diferenciado, sendo que todos os cidadãos dentro da idade obrigatória e maiores de 18 anos de idade do sexo masculino podem aceder à obtenção de emprego do Estado ou de outra entidade,

ou frequentar qualquer estabelecimento de ensino, caso não negue o cumprimento dos seus deveres militares. A ideia basilar desta lei impõe-se pela importância atribuída à defesa da pátria como o direito e o dever mais alto e indeclinável de cada cidadão⁴⁸.

Para os demais cidadãos masculinos com idades compreendidas entre os 25 e aos 45 anos torna-se obrigatório a integrarem as FAA conforme nos termos permitidos pela lei, por outro lado as mulheres com mais de 20 anos de idade podem também ingressar voluntariamente.

A recruta é feita com instrução militar obrigatória, em estabelecimento de ensino militar, de forma a integrarem aos 30 anos de idade o registo na primeira reserva. Desta forma estabelece que o serviço militar se divide em duas etapas:

- Serviço militar activo prestado pelos militares, são treinados para servir as Forças Armadas Angolanas e os seus ramos.
- Serviço militar da reserva.⁴⁹

As FAA incluem no seu serviço militar cidadãos angolanos, com idade entre os 20 e os 30 anos sendo possível que a Assembleia Nacional, sob proposta do Conselho de Ministros, permita a integração, para prestação militar, cidadãos a partir dos 18 anos. A duração do serviço militar é de dois anos, onde está integrada a instrução básica, acrescido de mais um ano mais para elementos com diferentes competências como é o caso dos sargentos e praças especialistas da Marinha de Guerra e da Força Aérea. Compete à Assembleia Nacional alterar o período atrás referido, caso haja necessidade, ou mesmo acrescentar como medida de punição para situação de desobediência até mais um terço do período estabelecido⁵⁰.

⁴⁸ - Forças Armadas Angolanas. (1999). *Guia do Formador de Educação Cívica, Jurídica e Direitos Humanos*. Luanda, p. 95.

⁴⁹ - Forças Armadas Angolanas, Op. Cit, p.97

⁵⁰ - Ibidem

O recenseamento é definido na Lei como uma obrigatoriedade de todos os cidadãos masculinos ao perfazerem 18 anos de idade, tendo de o fazer de livre e espontânea vontade junto de um posto militar da sua área de residência⁵¹.

Segundo dados divulgados, pertencem aos recursos humanos das FAA, a cumprir serviço militar, cerca de 1,5 milhões de homens e 1,5 milhões de mulheres, havendo ainda disponíveis com idades entre os 16 e os 49 anos para o serviço militar cerca de 3 milhões de homens e 2.9 milhões de mulheres. Anualmente cerca de 1.4 homens e 1.1 mil mulheres atingem a idade para prestar o serviço militar.

2. LEI GERAL DO SERVIÇO MILITAR

Este projecto define o Serviço Militar como o contributo prestado por cada cidadão, no âmbito militar à Defesa da Pátria. Realça a obrigatoriedade do serviço militar e estabelece outras formas de prestação de serviço, o Quadro Permanente e o Quadro de Milicianos, por uma estratégia de recrutamento de voluntários, assente num modelo centralizado com a participação dos diferentes Ramos das Forças Armadas ao nível do planeamento e execução, abrindo caminho à evolução para formas semi-profissionalizadas do serviço militar, pelo recurso em tempo de paz ao cidadão que se voluntarie após o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório para a prestação de serviço por um período limitado de tempo.

- Estabelece o projecto que o ingresso no Quadro de Milicianos, só é possível desde que o cidadão cumpra o Serviço Militar Obrigatório.
- O projecto conserva o tempo de duração do Serviço Militar Obrigatório para dois anos no Exército e três anos na Força Aérea Nacional e Marinha de Guerra de seguida, o cidadão é licenciado à reserva e à disponibilidade, podendo a Assembleia Nacional prorrogar por mais um ano ou diminuí-lo, quando as condições o permitem.

⁵¹ - Ibidem

- Desenvolve o Serviço Militar de Reserva de forma a capacitar o reservista mediante instrução periódica para o cumprimento de tarefas militares em situações de excepção, estado de guerra ou calamidade pública. Realça o Serviço Militar de Reserva, com um carácter obrigatório, como factor adicional para a formação da consciência colectiva de defesa e o reforço dos laços entre a sociedade civil e a instituição militar.

- Mantém o limite mínimo de 18 anos, contudo, reduz do limite máximo de idade para cumprimento das obrigações militares para 40 anos. Como é natural, o país vive um ambiente de paz e a sociedade vem pressionando para a redução das idades estabelecida, para o cumprimento dessas obrigações. Porém, as estatísticas demográficas dos países limítrofes de Angola acautela-nos para a possibilidade de mobilizar um maior leque de cidadãos e a idade de 40 anos é a ideal para salvaguardar os interesses do país.

- A actividade de recenseamento militar mantém-se sob a responsabilidade dos Governos Provinciais, através de órgãos próprios e a incorporação sob a responsabilidade das Forças Armadas, através dos Centros de Recrutamento e Mobilização (CRM). Os Governos Provinciais coordenam com os CRM's toda actividade inerente à convocação dos reservistas e à mobilização dos cidadãos e dos meios da economia nacional.

- Em sede dos casos especiais, o projecto estabelece que o cidadão angolano de origem ou de nacionalidade adquirida durante ou após o ano em que completar 18 anos de idade, estão sujeitos às obrigações militares, podendo o angolano de origem ser dispensado do cumprimento do serviço militar obrigatório, desde que comprove ter cumprido idêntico serviço no estrangeiro.

- Estabelece ainda que os cidadãos do sexo feminino maiores de 18 anos, têm os mesmos direitos e deveres militares que os cidadãos do sexo masculino. No recrutamento geral pode ingressar voluntariamente na Forças Armadas, o exercício destes direitos e deveres é idêntico no recrutamento especial.

- São salvaguardados os direitos do cidadão considerado objector de consciência, nos termos do artigo 41º da Constituição. Assim, com fundamento nos princípios da universalidade e da igualdade consignados nos artigos 22º e 23º da Constituição, este cidadão presta o serviço militar na modalidade de serviço cívico adequado a essa situação.

- Em sede das disposições finais e transitórias, o projecto estabelece a interdição do cidadão adquirir emprego nos órgãos de Segurança do Estado e na Polícia Nacional, antes do cumprimento do Serviço Militar Obrigatório, podendo sempre que necessário e no interesse do Estado, desde que requisitado e tenha feito a instrução militar básica, o Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do CEMGFAA, dispensar o cidadão do cumprimento de SMO

3. RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

O papel das FAA, em tempo de paz, passa por assumir a defesa militar do país, seguir um plano estratégico militar e prestar serviços ao Estado de forma a reforçar a segurança e a protecção dos cidadãos, património, infra-estruturas, defesa de território, acrescentando a colaboração em ocorrências internacionais na luta contra corrupção, terrorismo e defesa de atentados nucleares, biológicos e químicos (NBQ).

As Forças Armadas dividem-se em três diferentes ramos o Exército Nacional Angolano, Força Aérea Nacional Angolana (FANA) e Marinha de Guerra Angolana, que os passamos a caracterizar:

- Exército Nacional Angolano, criado em 1992 fruto da assinatura do acordo de Bicesse, consistiu na união de duas forças de exército opostas, dando origem ao Exército único. O seu objectivo é garantir a defesa do território Angolano, a sua acção é terrestre com cooperação dos demais ramos das FAA. É considerado um dos melhores

exércitos da África Subsaariana, mantendo o seu melhoramento e modernização mesmo nos anos de guerra civil;

- Força Aérea Nacional Angolana (FANA): foi formada 1976 para responder aos meios deixados pelas forças portuguesas. Com a designação inicial de Força Aérea Popular de Angola/ Defesa Aérea e Antiaérea (FAPA/DAA) e alterado posteriormente em 1992. O seu objectivo é proteger e controlar o espaço aéreo angolano, vigiar as áreas vitais, integrar acções de socorro, prestar assistência em situação de catástrofe e calamidades naturais, apoiar as missões do executivo para o esforço da reconstrução da nação angolana e auxiliar as demais forças terrestres e à marinha de guerra. Tem ainda a função de executar missões internacionais colaborando com as organizações onde Angola é parte integrante (SADC, CEAAC e CPLP).⁵²

- Marinha de Guerra Angolana: formada em 1976, tem como objetivo garantir a defesa, protecção e inviolabilidade do espaço marítimo Angolano, defendendo e salvaguardando a soberania nacional, cooperação com os restantes ramos das FAA.⁵³

3.1. PRESIDENTE DA REPÚBLICA “COMANDANTE-EM-CHEFE”

As FAA respondem à autoridade suprema do Presidente da República, embora a sua administração seja da responsabilidade do Ministério da Defesa. Na acção de guerra é o Presidente da República, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, que lidera com auxílio dos Chefes de Estado-Maior dos três ramos, pelo Comandante Geral da Polícia Nacional e pelo Comandante Geral da Organização da Defesa Civil, partilhando a missão de dirigir as FAA, como indica o artigo 207 da CRA.

⁵² - FREIRE, T.-C. H. (2011). *O Poder Aéreo no Conflito Angolano*. Revista da Marinha. Ano 8, edição 19. In <http://www.minden.gov.ao/busca.aspx>. Acesso: 23.07.2015

⁵³ - Ministério da Defesa Nacional, 2011, in <http://www.minden.gov.ao/busca.aspx>. Acesso: 23.07.2015.

“A defesa da Pátria e dos direitos dos cidadãos é direito e dever fundamental de todos os angolanos. O serviço militar é regulado por lei, que fixa as formas, a natureza e o conteúdo do seu cumprimento.”⁵⁴

O artigo 108.º (Chefia do Estado e Poder Executivo), refere que o Presidente da República é o Chefe de Estado, o titular do Poder Executivo e o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas.

Como Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, Compete ao Presidente da República:

- Exercer as funções de Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas;
- Assumir a direcção superior das Forças Armadas Angolanas em caso de guerra;
- Nomear e exonerar o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas e o Chefe do Estado-Maior General Adjunto das Forças Armadas, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
- Nomear e exonerar os demais cargos de comando e chefia das Forças Armadas, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
- Promover e graduar, bem como despromover e desgraduar os oficiais gerais das Forças Armadas Angolanas, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
- Nomear e exonerar o Comandante Geral da Polícia Nacional e os 2.ºs Comandantes da Polícia Nacional, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
- Nomear e exonerar os demais cargos de comando e chefia da Polícia Nacional, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
- Promover e graduar, bem como despromover e desgraduar os oficiais comissários da Polícia Nacional, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;

⁵⁴ - CRA, Artigo 208.º

- Nomear e exonerar os titulares, adjuntos e chefes de direcção dos órgãos de inteligência e de segurança do Estado, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;

E no domínio da segurança nacional:

- Definir a politica de segurança nacional e dirigir a sua execução;
- Determinar, orientar e decidir sobre a estratégia de actuação da segurança nacional;
- Aprovar o planeamento operacional do sistema de segurança nacional e decidir sobre a estratégia de emprego e de utilização das Forças Armadas, da Polícia Nacional e demais organismos de protecção interior, e dos órgãos de inteligência e de segurança de Estado;

4. MEIOS DISPONÍVEIS

Os países aliados de Angola (Rússia, Brasil, Portugal e Cuba, por exemplo) servem actualmente de fonte de modernização e formação para as FAA.

Os meios com que as FAA podiam contar em 2007, correspondia a cerca de 100.000 elementos efectivos, a força aérea com 6.000 e a marinha de guerra com 1.000 efectivos. Após o término da guerra iniciou-se uma campanha de recolha e desarmamento da população. Esta acção do governo tinha como objectivo reduzir o número de armas em posse de anteriores militares e da população comum que anteriormente era instigada e a quem lhes tinha sido concedida armas. O exército é composto por cerca de 42 grupos de destacamentos, e a infantaria tem cerca de 16 brigadas independentes. O seu equipamento soma cerca de 300 tanques de batalha, mais de 250 blindados de combate de infantaria, mais de 3 com defesa contra mísseis, cerca de 170 blindados de transporte de pessoal, e mais de 1.396 artilharias. A Marinha de Guerra de Angola, sediada em Luanda, possui 9 patrulhas e uma superfície de área para mísseis. A FANA conta com vários grupos de ataque, patrulha marítima, e 90 aeronaves de combate.

Actualmente, a visão do governo angolano centra-se na importância da manutenção e da formação contínua dos agentes das FAA, de forma a fazer face às ocorrências advindas de qualquer ponto do mundo. A MGA confere e assegura a segurança marítima do país, controlando a orla marítima em toda a costa para fazer cumprir os regulamentos internacionais quanto à navegação monitorizando o controlo do tráfego marítimo ao longo da costa, auxilia o policiamento e fiscalização das águas territoriais e interiores, prevenindo agressões e actividades ilícitas. A sua formação visa a melhor adaptação às novas tecnologias de modo a promover uma acção de maior eficiência. Por seu lado, o Exército e a Força Aérea estando direccionadas com maior incidência para um na diminuição e combate à imigração ilegal, estão orientadas para a cooperação com as forças militares das organizações regionais que são parte integrante com o objectivo de assegurar a paz e a segurança em África⁵⁵.

A selecção ou recrutamento dos militares para ingresso nas FAA é apresentado pelo Chefe do Estado-Maior General ao Ministro da Defesa, de forma a ser corroborado e aprovado em Conselho de Ministros. Posteriormente, tem de passar por uma comissão de cada distrito que é coordenada pelo Governador Provincial, pelo Chefe do Distrito de recenseamento e por um médico designado pelo delegado provincial de saúde, de forma a ser procedida uma inspecção médica aprovando ou não o seu ingresso nas FAA nos termos previstos pela Lei.⁵⁶

Quando são seleccionados para recrutar são encaminhados para as unidades militares onde adquirem formação e preparação de combate básica, terminando com o juramento de fidelidade à Pátria e à Bandeira Angolana⁵⁷.

Nas FAA, os cidadãos adquirem consciência de que este é um serviço que impõe total disponibilidade e horários rigorosos, com valores definidos como a solidariedade, a amizade, a disciplina e o respeito mútuo entre elementos.

⁵⁵ - Forças Armadas Angolanas. (1999). *Guia do Formador de Educação Cívica, Jurídica e Direitos Humanos*. Luanda: Forças Armadas Angolanas, p. 96

⁵⁶ - FAA. Op. Cit., p. 98

⁵⁷ - Ibidem.

Ao contrário do que aconteceu na guerra civil, os jovens, em número suficiente para serem mobilizados e garantir resposta caso necessário, integram uma mobilização que pode ser voluntária ou obrigatória ao contrário do que na guerra civil, em que os jovens eram mobilizados contra a sua vontade, para participarem da guerra, a fim de defender o seu país⁵⁸.

Os meios necessários são importados, uma vez que Angola não possui indústria de material de resposta às necessidades da defesa nacional, provocando um gasto excessivo na aquisição de bens e equipamentos para a segurança e defesa do país dependendo da importação de equipamentos advindos de países aliados.

SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA MILITAR

Existem dois tipos de indústrias: a militar, está ligada à produção de fardamentos, botas e outros materiais, e a indústria de defesa, tem a ver com o fabrico de munições, armamento e outros equipamentos. No âmbito da reedificação das FAA, o Presidente da República estabeleceu isso. No programa de desenvolvimento do país, aprovado nas eleições de 2012, também está estabelecido o processo de desenvolvimento da indústria militar e da indústria de defesa, neste período que vai de 2012 a 2017. Neste momento, já fabricamos fardamento em quantidade aquém das reais necessidades. A farda de campanha que os nossos soldados usam por exemplo, é confeccionada cá no país. Mas, precisamos de ter matéria prima extraída no país, para ser, de facto, uma indústria militar que seja independente e á altura das necessidades do país

... A indústria de defesa é da responsabilidade do Ministério da Defesa. Mas, posso dizer que é todo um processo que tem de ser realizado depois de criadas as condições para que ela possa existir. É preciso capacidade de infra-estrutura e também capacidade técnica e tecnológica. Neste momento já existem os primeiros passos. É um início, temos de ter uma indústria de defesa e uma indústria militar que possa beneficiar a indústria como um todo. Por exemplo, se houver necessidade de 1.000 tanques, não vamos construir uma indústria apenas para produzir tanques, são necessários outros meios complementares, como existe o complexo militar americano, o complexo militar russo ou o complexo industrial militar da China. Queremos que a indústria militar e a de defesa beneficiem a indústria como um todo, em benefício da sociedade, da economia.⁵⁹

⁵⁸ - Constituição da Republica de Angola, Editorial Imprensa Nacional – E.P., Luanda, 2010.

⁵⁹ Sachipengo Nunda, *Entrevista* ao “Jornal de Angola”. In <http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/>. Acessado: 23.07.2015.

5. REEDIFICAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

A reedificação das Forças Armadas Angolanas iniciou-se em 2007, com a publicação de uma directiva do Presidente da República e Comandante-em-Chefe, com um cronograma para a sua realização. Numa primeira fase, de 2007 a 2008, fez-se o levantamento global da realidade das FAA - foi feito um levantamento global de todo o efectivo, um levantamento das infra-estruturas e iniciou-se o processo de registo do património das FAA, fazendo-se o diagnóstico global de todo o equipamento - depois passou-se para o trabalho de análise e reestruturação dos órgãos propostos e, a partir de 2009 e 2010, iniciou-se o processo de implementação. Mas, este processo pode ser situado um pouco antes, porque a primeira instituição criada no âmbito da reedificação foi o Instituto Superior Técnico Militar, em 2008:

“Estamos a trabalhar no sentido de criar as Forças Armadas Angolanas definidas na directiva do Comandante-em-Chefe, com um efectivo adequado aos desafios do momento e do futuro e com instituições a serem criadas.

Face às ameaças e riscos que se colocam à segurança e defesa nacional, a componente militar da Política de Defesa Nacional, as FAA, deve estar permanentemente preparada para reagir a qualquer forma de investida do exterior, em estreita coordenação com os demais órgãos de segurança nacional. Neste âmbito, decorre o processo de reedificação das Forças Armadas Angolanas, com a missão principal da defesa do país e dos compromissos assumidos ao nível das organizações regionais, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Dinamizar a reedificação das FAA com vista à melhoria da sua capacidade, para a pronta e eficaz defesa militar do país e para a sua eficiente preparação e desenvolvimento, é actualmente a direcção principal da Defesa Nacional.

Desenvolve-se um esforço de modernização do sistema de defesa nacional, baseado em critérios estratégicos e de economia, e com coerência organizacional e prioridade operacional, no sentido de dotá-los de uma crescente capacidade, para fazer face aos cenários actuais e futuros, no cumprimento das missões atribuídas.

As Forças Armadas desempenham também as missões que lhes são atribuídas, nos termos da lei, como, por exemplo, na execução dos objectivos da Política de Defesa Nacional. Por outro lado, para além da defesa da pátria, participam no esforço da reconstrução nacional, nomeadamente na reposição de pontes, estradas, desminagem, reforçando sinergias em situações de calamidade natural, particularmente no apoio directo às populações afectadas.⁶⁰

Como principal prioridade e objectivo, as FAA direccionam-se para a protecção da soberania nacional embora estejam bem preparadas para qualquer

⁶⁰ Sachipengo Nunda, Entrevista ao “Jornal de Angola”. In <http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/>. Acessado: 23.07.2015.

ameaça externa que possa advir. A política de cooperação está bem patente na estratégia do governo angolano. Política de cooperação, defesa e segurança com o exterior, em conformidade com a política de relações exteriores do Estado Angolano, no âmbito da participação de missões das operações de apoio e manutenção da paz, sob a égide da ONU, União Africana, SADC e CEEAC e com os países da CPLP, bem como com outros países de interesse comum, são monitorizadas em função dos interesses do país.

O Programa de Governo do MPLA, no que diz respeito à Defesa Nacional e Forças Armadas, tendo em “vista a assegurar os pressupostos fundamentais da defesa e da segurança nacional interna e externa, como condição fundamental para o sucesso da estratégia de reforço da democracia e da promoção do desenvolvimento nacional, bem como da inserção regional e mundial de Angola”⁶¹propõe como objectivos e acções a executar:

a) Proceder a revisão da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, Lei de Bases Gerais da Organização e Funcionamento das Forças Armadas, Lei das Carreiras Militares, Lei Geral do Serviço Militar, Lei dos Postos Distintivos das FAA, Lei da Heráldica das Forças Armadas, Lei Penal Militar, Lei Quadro da Programação Militar, Estatuto Orgânico do Ministério da Defesa Nacional, Estatuto Orgânico do Estado Maior General das FAA e outros:

b) Executar programas e planos de edificação de capacidades militares múltiplas, particularmente a modernização da técnica militar e de asseguramento operacional;

c) Executar programas e planos de edificação de capacidades no domínio das infra-estruturas de defesa, administrativas e sociais, para satisfação das necessidades dos efectivos nos domínios habitacional, dormitórios, desporto, lazer, etc.);

⁶¹ Cf. Programa de Governo do MPLA para 2012 – 2017. O MPLA é, recorde-se, o partido que governa o país desde 1975.

d) Proceder ao levantamento do registo geral dos efectivos e recursos humanos ao nível da Defesa e das Forças Armadas, através de um sistema informático e automatizado de gestão;

e) Conceber e executar programas de formação técnico-profissional, através de ciclos longos, médios e curtos de estudos, em estabelecimentos militares e de outras especialidades convergentes com a actividade de defesa e segurança, de modo ao corresponderem com as missões internas e de manutenção de paz ao nível da União Africana e das Nações Unidas;

f) Melhorar as condições de vida dos efectivos, com a edificação de infra-estruturas hospitalares, residenciais e de lazer; garantir a assistência médica e medicamentosa aos efectivos e seus familiares, bem como proporcionar meios de transporte colectivos e individuais;

g) Criar uma indústria militar que concorra para o aumento da capacidade militar das FAA, bem como a sua auto-suficiência em víveres, vestuário, calçado e outros bens essenciais para o seu funcionamento;

h) Criar centros de investigação científica orientados para o aumento da capacidade da indústria militar nacional.

The diagram illustrates the geographical distribution of African regional economic communities (RECs) and their overlapping membership. The organizations and their member states are as follows:

- UEMOA**: Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guinea-Bissau, Mali, Niger, Senegal, Togo.
- CEMAC**: Cameroon, Central African Republic, Chad, Congo, Equatorial Guinea, Gabon.
- ECCAS**: Sao Tome and Principe.
- UMA**: Algeria, Morocco, Mauritania, Tunisia.
- Libyan Arab Jamahiriya**: Libya.
- IGAD**: Somalia, Djibouti, Eritrea, Ethiopia, Sudan.
- EAC**: Kenya, Uganda, Burundi, Rwanda.
- IOC**: Comoros, Seychelles, Reunion (France).
- COMESA**: Mauritius, Madagascar.
- CMA**: Malawi, Zambia, Zimbabwe.
- SACU**: Lesotho, Namibia, South Africa, Botswana, Mozambique.
- WAMZ**: Gambia, Ghana, Guinea, Nigeria, Sierra Leone.
- ECOWAS**: Cape Verde, Liberia.
- CFA franc zone**: A group of countries in West and Central Africa, including those in UEMOA, CEMAC, and ECOWAS.

Assim, nas unidades e sub-unidades as condições de acomodação, alimentação e assistência médico-medicamentosa da tropa registraram melhorias em 2014, o que têm contribuído para o cumprimento das missões atribuídas, no

85

quadro dos princípios da defesa nacional, salvaguarda da soberania, integridade do território, os interesses da nação e as aspirações mais profundas das populações.

Neste particular, as tropas desenvolveram durante o ano 2014 diversas actividades com o propósito de melhorar, contínua e gradualmente, as condições de vida nos quartéis, reparando ou construindo casernas, refeitórios, condutas de transporte de água potável, instalação de energia e de áreas de laser.

Com este sistema de reedificação, o Estado Maior General das FAA impulsionou, em cada Região Militar, Aérea ou Naval, a criação de unidades de engenharia de construção, cujos integrantes, enquanto no activo, servem as Forças Armadas Angolanas, e depois da passagem à disponibilidade, reserva e, ou, reforma, possam continuar a reconstruir o país, na esfera civil.

Ainda no âmbito da modernização pretendida, os órgãos de recrutamento vão melhorando a selecção dos mancebos a incorporar no Exército Nacional, priorizando os jovens mais qualificados académica e tecnicamente.

Neste capítulo, no quadro da modernização pretendida, o Estado Maior General das FAA procura melhorar a selecção dos mancebos a incorporar no Exército Nacional, trazendo às suas fileiras o melhor da juventude angolana, na base do lema "A Pátria aos seus filhos não implora, ordena", sem descuidar os supremos interesses da Nação e do povo angolano.

A direcção das FAA apostou ainda, firmemente, na formação dos efectivos no país e no exterior, além de promover o aprimoramento dos métodos de ensino e de adestramento, nos estabelecimentos escolares militares, para alcance de níveis satisfatórios de profissionalização dos soldados, sargentos e oficiais.

Neste capítulo da formação, nota relevante para os cento e vinte (120) engenheiros formados em 2014, no Instituto Superior Técnico Militar (ISTM), em Angola, nas especialidades de Engenharia Mecânica, Electrotecnia, Informática, e Construção e Fortificações, depois de cinco anos de curso neste estabelecimento de ensino militar.

O ISTM, instituição de Ensino Superior Militar, enquadrado no sub-sistema de ensino militar do Estado Maior General das FAA, foi criado no âmbito do cumprimento da Directiva do Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Atenção especial dedicou também ao controlo, manutenção e conservação da técnica e do armamento, nas distintas unidades, bem como na erradicação do analfabetismo, e na luta contra as grandes endemias, com destaque para o VIH-sida, a tuberculose e as doenças crónicas não transmissíveis, como a hipertensão e a diabetes.

Outro aspecto não menos importante é a renovação de efectivos nos demais ramos das FAA, facto que este ano (data exacta) se consumou no Exército e Marinha de Guerra com a passagem à reforma dos militares, que durante vários anos do percurso histórico nestes ramos, contribuíram com vigor e dedicação nas tarefas da defesa da Pátria e, agora, por razões de saúde, por limite de idade, por tempo de prestação de serviço, passaram o testemunho à nova geração para dar continuidade à sagrada missão decorrente das atribuições constitucionais.

Perante a globalização, as FAA têm como premissa capacitar os efectivos para responder positivamente aos compromissos internacionais do Estado, no âmbito de eventual participação em missões humanitárias e de instauração da paz assumidas por organizações internacionais das quais o país é membro, como a ONU, União Africana, SADC, CIRGL, CPLP, CEEAC e Comissão do Golfo da Guiné.

A elas, e estão igualmente acometidas acções de cooperação técnico-militar, no quadro da política do Executivo, traduzidas na participação em Exercícios Militares Conjuntos, quer no âmbito de relações bilaterais, quer multilaterais.

Para os próximos tempos, o Comando Superior do Estado Maior General das FAA deverá continuar a desenvolver esforços para implementação da directiva do Comandante-em-Chefe e Presidente da República, José Eduardo dos Santos, sobre a reedificação das Forças Armadas Angolanas, no interesse dos supremos interesses da nação e do povo angolano.

As Forças Armadas Angolanas, com 23 anos de existência, à luz dos acordos de Bicesse, Portugal, tem vindo a consolidar as suas estruturas dentro dos marcos definidos pela Constituição da República e pela Lei.

As FAA congregam cidadãos angolanos de todas as origens etno-linguísticas, culturais e sociais, o que constitui um autêntico viveiro de unidade e reconciliação nacional, na qual, irmãos antes desavindos, partilham ideais de paz, progresso e desenvolvimento da República de Angola.

Juntamente com a CPLP, as Forças Armadas angolanas, integram o exército FELINO 2011, trata-se de um exercício militar de cooperação estruturada multilateral⁶³.

Em ocorrências, situações de ameaça ou necessidade de contenção que ponham em causa a segurança pública as FAA e outras forças de segurança cooperam de forma a promover e manter o processo de paz, a estabilidade social, auxiliam as autoridades civis e colaboram no processo de desarmamento de grupos armados que possam destabilizar a ordem social de Angola.

A prolongada situação de guerra promoveu a experiência das FAA e o seu crescimento de potencial militar, este percurso possibilitou a sua adaptação a meios mais avançados de tecnologia comparativamente aos países vizinhos, acrescido da formação e especialização que vão absorver junto dos países aliados, nos vários ramos. Desta forma tornou-se possível enfrentaram diferentes desafios e cada vez mais surpreendentes. As suas potencialidades podem ser apontadas quanto ao seu equipamento e ao seu nível de qualificação militar, por outro lado, ainda apresentam alguma fragilidade devido à ausência de indústria do sector militar, o que não lhe permite a autonomia neste domínio continuando dependente da importação de material e formação específica para operar esses novos meios, sobretudo tecnológicos.

⁶³ Pavia, 2011, p. 110, in www.livreblancdefenseetsecurite.gouv.fr/information/les_dossiers. Acesso: 15.12.2014

Sobre o contributo das Forças Armadas Angolanas para a edificação de Angola, no âmbito da sua reedificação, a partilha de responsabilidades na Segurança Colectiva permite desenvolver Arquitecturas Regionais de Segurança que visam contribuir para fazer face a uma conjuntura regional, caracterizada por ameaças assimétricas à segurança nacional. A política externa angolana assume que as alianças militares e a cooperação internacional para a segurança são as respostas para combater os fenómenos transnacionais de segurança. As FAA na operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança Africana, contribui para incrementar o nível de segurança e desenvolvimento regional, constituindo-se num mecanismo de Prevenção de Conflitos. A *Arquitectura de Paz e Segurança Africana* representa uma *Pan-Africanização* do factor “Segurança”, interligando o contexto “Segurança Nacional” com “Segurança Colectiva Regional” procurando-se potencial como mecanismo securitário na região subsaariana.

5.1. DESAFIOS PARA A REEDIFICAÇÃO DAS FAA

“Existe um programa estratégico de desenvolvimento de Angola até 2025 e as FAA estão enquadradas nesse processo. Do ponto de vista militar, embora a directiva tenha o carácter de poder ser actualizada, de acordo com a realidade do país, mas até ao momento, as FAA estão a fazer um esforço para implementar a directiva e o programa de reedificação”⁶⁴.

Em tempo de paz, as FAA têm o objectivo de garantir a defesa militar da pátria. O conceito estratégico militar consiste na definição dos aspectos fundamentais da estratégia militar do país, que conduzem à implementação do conceito estratégico da defesa nacional e prestam serviços ao Estado no sentido de reforçar a segurança e a protecção dos cidadãos, dos seus bens, património, infra-estruturas dos particulares e do Estado, e garantir a defesa da soberania e da integridade territorial da Nação, bem como colaborar na resolução de crises internacionais, na luta contra o terrorismo, e na prevenção e defesa Nuclear, Biológica e Química (NBQ).

⁶⁴ Sachipengo Nunda, G., Chefe do Estado-Maior General das FAA, *Entrevista “Jornal de Angola”*

O governo angolano está preocupado em manter a preparação permanente das FAA, devido as situações que têm acontecido pelo mundo, com maior realce ao «mundo árabe». A marinha de guerra angolana tem velado pela segurança marítima do país, monitorizando o controlo do tráfego marítimo ao longo da costa, de forma a verificar o cumprimento dos regulamentos internacionais respeitantes à navegação; de igual modo tem auxiliado no policiamento e fiscalização das águas territoriais e interiores, contra violações e actividades ilícitas, garantindo o exercício de direitos soberanos para fins de exploração e aproveitamento e gestão dos recursos naturais, sendo que estas actividades são realizadas através de navios e lanchas de fiscalização e sistema de radares costeiros. A MGA tem recebido formação para melhor se adequar às novas tecnologias e realizar o seu trabalho com eficiência. O exército e a força aérea têm trabalhado no sentido de combater a imigração ilegal, e cooperar com as forças militares das organizações regionais de que fazem parte, no sentido de manter a paz e a segurança no continente africano⁶⁵.

Além do Instituto Superior Técnico Militar, de onde já saíram os primeiros engenheiros formados no país nos cursos de engenharia mecânica, electrotecnia, informática e construção civil, está em funcionamento a Academia do Exército, bem como a Academia Naval está a funcionar, ainda na base naval de Luanda – em vista de transferir as estruturas para a cidade de Benguela, na antiga Escola de Administração Militar - e estão a terminar os trabalhos da primeira fase da Academia da Força Aérea, que vai funcionar na base da Catumbela, além da Escola Superior de Guerra, onde se realizam cursos de promoção á capitão, a oficiais superiores, de comando e Estado-Maior, de comando e direcção e o curso de estratégia e arte operativa.

LINHAS PROGRAMÁTICAS PARA A REEDIFICAÇÃO:

- Reestruturação
- Redimensionamento
- Reequipamento

⁶⁵ - Forças Armadas Angolanas. (1999). Guia do Formador de Educação Cívica, Jurídica e Direitos Humanos. Luanda, p. 96

FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

- Mais Profissionais
- Melhor Organizadas
- Mais Operacionais⁶⁶

EM 2012, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DEFINIU PRIORIDADES PARA O REEQUIPAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS.

«O reequipamento não se pode realizar sem a formação adequada do efectivo. Por isso, a formação foi iniciada mais cedo. A partir de 2012 começou-se o processo de busca de parceiros para a modernização das Forças Armadas Angolanas no seu todo. O Exército tinha um determinado tipo de equipamento e a partir do próximo ano vai ter equipamento mais moderno, mais adequado e concordante com o momento que vivemos. A Força Aérea igualmente e a Marinha também. Os três ramos das Forças Armadas vão usufruir de equipamento moderno e vamos ter também efectivo que possa utilizar com eficiência. Os helicópteros que vamos receber a partir deste ano têm pilotos que se formaram durante seis anos na Rússia. Os navios, que vamos receber, também têm navegantes formados na Rússia, Brasil e Portugal. Os equipamentos, que vamos receber para o Exército, a partir de princípios do próximo ano, têm pessoal formado na Rússia e Cuba. Isso vai permitir-nos conjugar a formação com o equipamento. Entendemos que a formação das FAA tem de ser um processo bem harmonizado para que a formação e o equipamento se conjuguem e os meios não cheguem e fiquem sem possibilidade de serem operados.»⁶⁷

6. ESTRUTURA LEGISLATIVA DAS FORÇAS ARMADAS

ELEMENTOS ESTRUTURANTES:

- Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)
- Conceito Estrategico-Militar (CEM)
- Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas
- Lei-Quadro da Programação Militar
- Lei da Organização e do Funcionamento das Forças Armadas
- Lei Geral do Serviço Militar

⁶⁶Cf Centro de Estudos Internacionais, Instituto Universitário de Lisboa, Seminário de Estudos Africanos, 2014

⁶⁷ - Sachipengo Nunda, Entrevista citada

- Lei das Carreiras Militares
- Lei dos Postos Militares
- Lei Heráldica das Forças Armadas
- Estatuto Remuneratório dos Militares
- Lei das Condecorações Militares

Para corresponder a estas funções, que lhes são conferidas pela Constituição de 2010, e em consequência da evolução, material e estrutural, que permitem que hoje as Forças Armadas sejam modernas e operacionais, no decurso de 2010, foram concluídos, revistos e aprovados anteprojectos de diplomas enformadores do edifício legislativo das responsabilidades das Forças Armadas:

LEI DA DEFESA NACIONAL E DAS FORÇAS ARMADAS

Está estruturada em 8 Capítulos: Princípios Gerais, Política de Defesa Nacional, Participação na Defesa Nacional, Estrutura Superior da Defesa Nacional, Organização e Funcionamento das Forças Armadas, Condição Militar, Situação de Guerra e Disposições Finais e Transitórias, divididos em 81 artigos.

A Defesa Nacional tem por objectivo garantir a soberania e independência nacionais, a integridade do território e a liberdade e segurança das populações contra quaisquer ameaças ou agressões (art. 1º) e o Estado Angolano preconiza a solução dos problemas e conflitos internacionais pela via da negociação e da arbitragem, considerando seu dever contribuir para a preservação da paz e da segurança internacionais (art. 2º).

A Política de Defesa Nacional tem carácter nacional, natureza global e âmbito interministerial e consiste no conjunto coerente de princípios, objectivos, orientações e medidas adoptadas para assegurar a defesa nacional (art. 4º), tendo como objectivo:

- Garantir a independência nacional;
- Preservar a soberania e garantir a unidade nacional;
- Assegurar a integridade territorial;

- Salvar a liberdade e a segurança das populações, bem como a protecção dos seus bens e do património nacional;

- Garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a realização das tarefas fundamentais do Estado;

- Contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da Comunidade Nacional de modo a permitir a prevenção ou a reacção pelos meios adequados a quaisquer ameaças ou agressões;

- Assegurar a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais. (art. 5º)

A direcção e a condução da Política de Defesa Nacional compete ao Presidente da República (art. 6º).

A defesa da Pátria é direito e dever de todos os Angolanos e incumbe às Forças Armadas Angolanas a defesa militar do País. A actividade de defesa nacional cabe à comunidade nacional em geral, e a cada cidadão em particular; deve ser assegurada pelo Estado e constitui especial responsabilidade dos órgãos de soberania (art. 9º).

O serviço militar é obrigatório e pode ser substituído pelo serviço cívico. Nenhum cidadão pode obter nem conservar emprego dos serviços públicos e de outras entidades ou frequentar quaisquer estabelecimentos de ensino se deixar de cumprir os seus deveres militares ou o serviço cívico obrigatório, tal como nenhum cidadão pode ser prejudicado por virtude do cumprimento das obrigações militares (art. 10º).

O Presidente da República é o Chefe de Estado, Titular do Poder Executivo e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, nos termos da Constituição da República (art. 16º) da CRA.

Enquanto Chefe de Estado compete-lhe: Presidir o Conselho de Segurança Nacional; Declarar a guerra e fazer a paz; Declarar o estado de sítio; Declarar o

estado de emergência; Conferir condecorações e títulos honoríficos, nos termos da lei; Ratificar e assinar os tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais; Autorizar o cumprimento de comissão normal e especial de serviço de Oficiais Generais; e Convocar o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (art. 17º).

Enquanto Titular do Poder Executivo compete-lhe: Definir as principais orientações e medidas de Política de Defesa Nacional e dirigir a sua execução; Dirigir e orientar a acção dos Departamentos Ministeriais, na execução da Política de Defesa Nacional; Dirigir os serviços e actividade da administração directa do Estado, civil e militar, superintender a administração indirecta e exercer a tutela sobre a administração autónoma, e Definir o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (art. 18º).

Enquanto ao Comandante-em-Chefe compete-lhe: Exercer as funções de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas; Nomear e exonerar, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o Chefe Adjunto do Estado-Maior General das Forças Armadas e os Comandantes dos Ramos das Forças Armadas; Nomear e exonerar os Oficiais Generais titulares de outros cargos nas Forças Armadas; Promover a fidelidade das Forças Armadas à ordem constitucional instituída; Definir, orientar e decidir as estratégias de emprego e utilização das Forças Armadas; Promover, graduar, desgraduar e patentear os Oficiais Generais das Forças Armadas Angolanas, ouvido o Conselho de Segurança Nacional; Autorizar a realização de manobras e exercícios conjuntos das Forças Armadas Angolanas; Autorizar a realização de manobras e exercícios combinados com forças militares e ou de defesa e segurança de outros países visando a realização de compromissos internacionais; Assumir a direcção superior das Forças Armadas Angolanas em caso de guerra; Conferir condecorações e títulos honoríficos militares; Exercer as competências disciplinares previstas por lei; e Convocar o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (art. 19º).

O Conselho de Defesa e Segurança Nacional é o órgão de consulta do Presidente da República para os assuntos relativos à condução da política e estratégia da segurança nacional, bem como à organização, ao funcionamento e à

disciplina das Forças Armadas Angolanas, da Polícia Nacional e demais organismos de garantia da ordem constitucional e dos órgãos de inteligência e de segurança de Estado em particular (art. 23º).

O Conselho tem por incumbência: Auxiliar o Presidente na formulação e na execução de directrizes da segurança nacional; Apreciar a Directiva do Presidente da República e Comandante-em-Chefe sobre a Segurança Nacional, o Plano de Segurança Nacional e a Programação de Segurança Nacional, incluindo a sua execução; Apreciar questões relativas à organização, preparação e emprego das estruturas do sistema de segurança nacional, nomeadamente defesa, interior e serviços de inteligência e de segurança de Estado; Pronunciar-se acerca da declaração de guerra e da feitura da paz; Pronunciar-se acerca do estado de defesa e do seu retorno à normalidade; Pronunciar-se acerca do estado de sítio e do retorno à normalidade; Pronunciar-se acerca do estado de emergência e do retorno à normalidade; Pronunciar-se sobre a nomeação e a exoneração do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas e do Chefe do Estado-Maior General-Adjunto das Forças Armadas Angolanas; Pronunciar-se sobre a nomeação e exoneração dos demais cargos de comando e chefia das Forças Armadas Angolanas; Pronunciar-se sobre a promoção e graduação, bem como despromoção e desgraduação dos oficiais gerais das Forças Armadas Angolanas; Pronunciar-se sobre a nomeação e exoneração do Comandante Geral da Polícia Nacional e do 2º Comandante Geral da Polícia Nacional; Pronunciar-se sobre a nomeação e exoneração dos demais cargos de comando e chefia da Polícia Nacional; Promover e graduar, bem como despromover e desgraduar os oficiais comissários da Polícia Nacional; Pronunciar-se sobre a promoção e graduação, bem como a despromoção e desgraduação dos oficiais comissários da Polícia Nacional; Pronunciar-se sobre a nomeação e exoneração dos titulares, adjuntos e chefes de direcção dos órgãos de inteligência e segurança de Estado; e Apreciar as propostas de quadro legal relativo ao sistema de segurança nacional, nomeadamente a legislação pertinente e os documentos conceptuais, doutrinários, regulamentares e operacionais afins (art. 24º).

As Forças Armadas Angolanas são a instituição militar nacional permanente, regular e apartidária, incumbida da defesa militar do País, organizadas na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes, sob a autoridade suprema do Presidente da República e Comandante-em-Chefe, nos termos da Constituição e da Lei, bem como das convenções internacionais de que Angola seja parte (art. 26º).

As Forças Armadas Angolanas desenvolvem a sua acção no respeito pela Constituição e demais legislação em vigor, em execução da política de defesa nacional definida e do conceito estratégico de defesa nacional aprovado, e por forma a corresponder às normas e orientações estabelecidas nos seguintes níveis (art. 29º):

a) **Conceito Estratégico Militar:** O Conceito Estratégico Militar consiste na definição dos aspectos fundamentais da estratégia militar do País, conducentes à implementação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (art. 30º).

b) **Missões das Forças Armadas:** As Forças Armadas desempenham as missões que lhes forem atribuídas, nos termos da Constituição e da Lei, nos seguintes quadros: Defesa da soberania nacional e integridade territorial; Execução da declaração do estado de sítio e do estado de emergência; Vigilância, fiscalização e defesa do espaço aéreo e marítimo nacionais, designadamente no que se refere à utilização das águas territoriais e da zona exclusiva e a operações de busca e salvamento; Participação no Sistema Nacional de Protecção Civil; Colaborar nas acções da economia nacional relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações; Satisfazer, no âmbito militar, os compromissos internacionais assumidos (art. 31º);

c) **Sistema de Forças:** O Sistema de Forças Nacional necessário ao cumprimento das missões das Forças Armadas é constituído por: Uma componente operacional, englobando o conjunto de forças e meios relacionados entre si numa perspectiva de emprego operacional integrado; Uma componente fixa territorial, englobando o conjunto de órgãos e serviços essenciais à organização e apoio geral das Forças Armadas e dos seus Ramos. Os tipos e quantitativos de forças e meios

que devem existir em permanência e em tempo de guerra para cumprimento das missões das Forças Armadas são definidos tendo em conta as suas capacidades específicas e a adequada complementaridade operacional dos meios (art. 32º).

d) **Dispositivo:** O Dispositivo compreende a distribuição física pelo país do Sistema de Forças aprovado, para melhor garantir e atingir os objectivos preconizados no Conceito Estratégico Militar, e, servir o melhor possível as linhas gerais de articulação estratégica das forças, segundo as missões inerentes a defesa militar do território e as possibilidades socio-económica das regiões do país, tendo-se em particular atenção a melhor resolução dos problemas associados à transição de tempo de paz para a situação de guerra (art. 33º).

A Lei de Programação Militar consagra o conjunto de programas a desenvolver para a implementação do Sistema de Forças definido e inclui e programa a aplicação de planos de médio e longo prazo de investimento público no reequipamento das Forças Armadas e nas Infra-estruturas de defesa. A Lei é elaborada e executada considerando um plano de médio e longo prazo, que engloba o Sistema de Forças Nacional e o Dispositivo aprovados, bem como os encargos financeiros necessários à sua materialização. Abrange um período de até seis anos, sendo obrigatoriamente revista de dois em dois anos (art. 35º).

A estrutura das Forças Armadas Angolanas compreende os órgãos militares de comando, os três Ramos das Forças Armadas Angolanas, estruturas de direcção e administração, as estruturas territoriais e de defesa militar do território. Os Órgãos Militares de Comando das Forças Armadas são: Comandante-em-Chefe, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Comandantes dos Ramos das Forças Armadas Angolanas, Comandantes de Regiões Militares, Regiões Aéreas e Regiões Navais, Comandantes das Divisões Militares, e Comandantes das Unidades Militares (art. 37º).

A condição militar é própria dos militares do quadro permanente em qualquer situação, e dos restantes militares enquanto no serviço militar activo, E caracteriza-se: Pela subordinação ao interesse nacional; Pela permanente disponibilidade para lutar em defesa da pátria; Pela sujeição aos riscos inerentes

ao cumprimento das missões militares, bem como à formação, instrução e treino que as mesmas exigem; Pela subordinação à hierarquia militar; Pela aplicação de um regime disciplinar próprio; Pela permanente disponibilidade para o serviço; E Pela restrição, constitucionalmente prevista, do exercício de alguns direitos, liberdades e garantias (art. 50º).

A situação de guerra decorre desde a declaração de guerra pelo Presidente da República, mediante autorização da Assembleia Nacional até à feitura da paz. Em situação de guerra são adoptadas, pelos órgãos competentes, de acordo com a Constituição e com as leis em vigor, todas as medidas de natureza política, legislativa e financeira que forem adequadas à condução da guerra e ao restabelecimento da paz (art. 67º).

LEI-QUADRO DAS LEIS DE PROGRAMAÇÃO MILITAR

Os investimentos na área da Defesa Nacional, nomeadamente as despesas relativas à aquisição e manutenção dos sistemas de armas e equipamentos para as Forças Armadas e à construção/obtenção de infra-estruturas de Defesa, não podem, dados os elevados custos e ciclo demorados de implementação, ser considerados, na sua globalidade, na perspectiva anual do Orçamento Geral do Estado (OGE) e, conseqüentemente, justificam uma adequada perspetivação e execução plurianual sob a forma de Programas de Investimento Público.

As Leis de Programação Militar após aprovação constituir-se-ão num vínculo do poder político para a inscrição automática no OGE das fatias anuais necessárias à execução dos respectivos programas, evitando-se desta forma que os projectos de investimentos na área da Defesa Nacional sejam inviabilizados ou entrem em estagnação por falta de financiamento.

LEI DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Esta Lei foi elaborada na perspectiva de ser o diploma de desenvolvimento da Lei Base da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Este anteprojecto tem como objectivo a caracterização das Forças Armadas como a única componente militar da Política de Defesa Nacional e servirá de antecâmara para a definição da

organização e do funcionamento das Forças nas diversas vertentes do seu emprego, quer em teatros de operações internos ou externos, no cumprimento de missões ou de compromissos internacionais assumidos pelo Estado angolano.

Está estruturada em 5 Capítulos: Princípios Gerais, Planeamento e Programação, Organização das Forças Armadas, Estado de Guerra e Disposições Finais, divididos em 64 artigos.

As Forças Armadas Angolanas são a instituição militar nacional permanente, regular e apartidária, incumbida da defesa militar do país, organizada na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes, sob autoridade suprema do Presidente da República e Comandante em Chefe, nos termos da Constituição e da Lei, bem como das Convenções Internacionais de que Angola seja parte. Constituem a única instituição, criada como o conjunto integrador dos vários sistemas e diversas forças de actuação militar e com a incumbência da execução da componente militar da Defesa Nacional (art. 2º).

O emprego das Unidades e outros efectivos das Forças Armadas Angolanas na implementação de missões não previstas na Constituição e na Lei de Bases Gerais da Defesa Nacional e das Forças Armadas, somente é permitido por lei ou por Resolução da Assembleia Nacional. O plano de movimentação das tropas terrestres e das forças aéreas e navais é concebido pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, mediante proposta dos Comandantes dos Ramos e é aprovado pelo Presidente da República e Comandante-em-Chefe. As tropas terrestres e as forças aéreas e navais são posicionadas segundo as missões inerentes a defesa militar do território e as possibilidades socio-económicas das regiões do país e a sua movimentação fora das fronteiras da República de Angola somente é permitida mediante a aprovação da Assembleia Nacional (art. 3º).

A estrutura territorial de defesa militar engloba a divisão do território angolano em espaços de actuação do Exército, da Força Aérea Nacional e da Marinha de Guerra Angolana.

Ao nível do Exército o território angolano está dividido em Regiões Militares que têm os limites territoriais coincidentes com as Zonas de Defesa Militar e obedece aos seguintes princípios de organização:

- O comando de cada Região Militar exerce o comando territorial sobre todas as Unidades nelas estacionadas e é em particular, responsável pela gestão militar e, por delegação, pela mobilização e preparação dos reservistas residentes no seu território;
- As áreas de intervenção são relativas à disciplina geral, ao serviço de guarnição, ao serviço de recrutamento, à administração das reservas e dos meios especiais afectados, à preparação da mobilização e à preparação militar;
- As responsabilidades da execução de ordem operacional são exercidas pelos Oficiais Comandantes das Unidades Militares;
- Em tempo de preparação combativa das Unidades, o Comando da Região Militar é assegurado pelo 2º Comandante da Região Militar;
- A subdivisão territorial da Região Militar tem os limites coincidentes com a divisão territorial provincial.

Ao nível da Força Aérea Nacional, o território angolano encontra-se dividido em Regiões Aéreas, Bases Aéreas e Aeródromos de Manobra e obedece aos seguintes princípios de organização:

- Separação da gestão e do emprego operativo das Unidades Aéreas. A gestão é da responsabilidade dos Comandantes das Regiões Aéreas e o emprego dos meios operativos é centralizado no Comandante da Força Aérea;
- O Comandante da Região Aérea exerce em tempo de paz autoridade territorial de gestão de provisão das necessidades em pessoal, instrução dos efectivos e reservistas, organização da mobilização, preparação dos meios aéreos e asseguramento da disciplina geral;
- O Comandante exerce igualmente autoridade sobre os Comandantes das Unidades Aéreas estacionadas na sua Região e é

responsável pelas ajudas que a Força Aérea deve prestar aos serviços públicos;

- O Comandante da Região Aérea não dispõe de autoridade de comando operacional sobre as Unidades Aéreas;
- As Regiões Aéreas têm função operacional relativa a Defesa Anti-Aérea do território, estando neste domínio, o território coberto em conformidade com a disposição das Regiões Aéreas;
- O asseguramento do comando da Defesa Anti-Aérea é exercido pelo Comandante da Região Aérea.

Ao nível da Marinha de Guerra Angolana, o território angolano está dividido em Regiões Navais, colocadas sob a autoridade dos Comandantes das Regiões Navais e obedece aos seguintes princípios de organização:

- A Região Naval compreende o litoral, as águas territoriais e as aproximações marítimas;
- A Região Naval engloba um conjunto de forças, de Bases Navais, de instalações, de serviços e de meios de apoio às forças marítimas.

As responsabilidades do Comandante da Região Naval são as seguintes:

- Assegurar o apoio e a preparação das forças marítimas da sua Região Naval;
- Assegurar a direcção superior de todos os serviços da Marinha implantados na sua Região Naval;
- Assegurar o comando e o controlo operacional das forças marítimas da sua Região Naval no quadro das missões da Marinha e em particular, a segurança das aproximações marítimas e da defesa marítima do seu território. (art. 5º)

Para a consecução dos princípios, objectivos, estratégias, orientações e medidas decorrentes da Política de Defesa Nacional, concorrem todos os órgãos de direcção política e económica do Estado, aos quais se juntam os órgãos próprios das Forças Armadas, na esfera das respectivas competências, para o planeamento

geral da Defesa Nacional. Para a organização da Defesa Nacional, na componente militar, são observadas as seguintes fases na implementação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional definido pela Lei de Bases da Defesa Nacional e das Forças Armadas: o Planeamento Estratégico de Defesa Nacional e o Planeamento de Defesa Militar. Para a organização e o funcionamento das Forças Armadas, como componente militar da Defesa Nacional, concorrem as seguintes acções: o Planeamento de Defesa Militar, o Planeamento de Forças e a implementação da Lei de Programação Militar (art. 8º e 9º).

O Conceito Estratégico Militar consiste na definição dos aspectos fundamentais da estratégia militar do País, conducentes à implementação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e tem como objectivo específico estabelecer as normas e as orientações a observar pelas Forças Armadas na sua actuação e na preparação do início do Planeamento de Defesa Militar, as quais são consubstanciadas no conceito da acção militar (art. 11º).

As Forças Armadas Angolanas desempenham as missões que lhes são atribuídas, nos termos da Constituição e da Lei, nomeadamente:

- Assegurar a defesa militar da Nação;
- Garantir a ordem constitucional;
- Desempenhar as missões militares necessárias para garantir a salvaguarda da integridade territorial do país, a ordem e os valores constitucionais do estado democrático de direito, a defesa da soberania nacional e a independência nacional;
- Garantir o cumprimento da lei e da ordem, actuando de acordo com as circunstâncias e situação real, quando e sempre que se verifique o estado de necessidade constitucional;
- Cooperar com os demais órgãos e instituições de Segurança Nacional, Protecção Civil e Segurança do Estado, tendo em vista o cumprimento coordenado e conjugado das respectivas missões;
- Cooperar na preservação da Segurança Nacional e bem-estar dos cidadãos nos casos de risco, catástrofe, desastre ou outras calamidades

naturais e necessidades públicas, actuando, nos termos da lei quando se verifique a execução da declaração do estado de sítio e do estado de emergência;

- Proceder a vigilância, fiscalização e defesa do espaço aéreo e marítimo nacional, designadamente no que se refere à utilização das águas territoriais e da Zona Económica Exclusiva;

- Participar no Sistema Nacional de Vigilância Marítima e no Sistema de Protecção Civil;

- Colaborar nas acções da economia nacional relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações;

- Desempenhar outras missões de interesse público, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar.

São missões do Exército, as seguintes:

- Participar na preparação militar da Nação e contribuir para a unidade nacional, sua valorização técnico-profissional e cultural, através da instrução dos contingentes a incorporar;

- Aprontar e manter as forças necessárias à defesa do território, em cooperação com as forças aéreas e as forças navais, em particular, na defesa do espaço aéreo e na defesa da costa marítima;

- Colaborar nas acções desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Protecção Civil ou naquelas que se relacionam com a satisfação das necessidades básicas da população, em especial nas áreas da educação, saúde e comunicação;

- Satisfazer as missões de interesse público, colaborar nas acções de socorro e assistência, em situação de catástrofes, calamidades ou acidentes, no levantamento cartográfico nacional, bem como com as autoridades civis no apoio à satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações;

•Cumprir missões de natureza militar no âmbito dos compromissos internacionais que o Estado assumir, bem como outras missões de interesse público que especificamente lhe forem consignadas.

São missões da Força Aérea Nacional, as seguintes:

- Defender o espaço aéreo nacional;
- Vigiar áreas vitais, a Zona Económica Exclusiva e assegurar a protecção de interesses nacionais;
- Cooperar nas batalhas aéro-navais e aéro-terrestres;
- Participar na fiscalização da Zona Económica Exclusiva (ZEE) e na preservação dos recursos marinhos;
- Colaborar nas acções de socorro e assistência, em situação de catástrofes, calamidades ou acidentes;
- Executar as acções de busca e salvamento relativas à aeronaves ou navios em perigo ou acidentados, e ainda prestar apoio no âmbito geral aeronáutico no enquadramento das leis em vigor;
- Aprontar e manter as forças necessárias para a satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado.

São missões da Marinha de Guerra, as seguintes:

- Aprontar e manter as forças navais necessárias para a execução das tarefas da componente naval de defesa integrada do território nacional, em que se incluem as de vigilância e controlo das águas territoriais, da liberdade de utilização dos portos nacionais e de colaboração na protecção das infra-estruturas petrolíferas “offshore “ e das linhas de comunicação marítima de interesse nacional;
- Exercer a fiscalização da Zona Económica Exclusiva (ZEE) e preservar os recursos marinhos;
- Exercer a autoridade e as actividades de segurança marítima na área de jurisdição marítima, com inclusão da salvaguarda da vida humana no mar e a sinalização marítima;

- Colaborar nas acções de socorro e assistência, em situações de catástrofes, calamidades ou acidentes;
- Aprontar e manter as forças necessárias para a satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado. (art. 12º)

O Sistema de Forças necessário ao cumprimento das missões das Forças Armadas é constituído por: uma componente operacional, englobando o conjunto de forças e meios relacionados entre si numa perspectiva de emprego operacional integrado, e uma componente fixa territorial, englobando o conjunto de órgãos e serviços essenciais à organização e apoio geral das Forças Armadas. Os tipos e quantitativos de forças e meios que devem existir em permanência e em tempo de guerra para cumprimento das missões das Forças Armadas são definidos tendo em conta as suas capacidades específicas e a adequada complementaridade operacional dos meios. O Sistema de Forças permanente deve dispor de capacidade para crescer dentro dos prazos admitidos nos planos gerais de defesa ou nos planos de contingência para os níveis de força ou meios neles considerados (art. 13º).

O Planeamento de Forças visa a concretização de um plano de médio ou longo prazo que engloba o Sistema de Forças e o Dispositivo Militar aprovados na sequência da execução do Conceito Estratégico Militar e, desenvolvem-se em vários níveis, todos eles interligados, sendo paralelos e simultaneamente concorrentes os que têm lugar ao nível dos Ramos, pelo que resulta da necessidade da sua adequada coordenação e articulação. Para a elaboração do Planeamento são tidos em conta os seguintes factores:

- As ameaças internas e externas à segurança militar do Estado;
- As missões atribuídas no âmbito da Defesa Nacional;
- A base legal de funcionamento da Defesa Nacional;
- As possibilidades económicas e financeiras do Estado;
- A estrutura, sistema de forças e dispositivo das Forças Armadas;
- As particularidades geoclimáticas e demográficas do país. (art.

15º)

Os Planos de Forças são documentos de âmbito estrutural e produzem efeitos na Lei de Programação Militar. Para garantir a sua exequibilidade material, são elaborados, pelo Estado Maior General e Ramos das Forças Armadas, os correspondentes Planos de Forças, o que permite colocar ao dispor das Forças Armadas, nos prazos previstos e de acordo com as prioridades que forem estabelecidas, os Sistemas de Forças adequados ao cumprimento das missões previstas. E os Planos devem conter:

- Pessoal;
- Operações;
- Informações;
- Ensino e instrução;
- Logística;
- Infra-estruturas,
- Sistema de comunicações;
- Armamento e equipamentos;
- Finanças;
- Saúde. (art. 20º)

A organização das Forças Armadas tem como objectivos essenciais o aprontamento eficiente e o emprego operacional eficaz das forças terrestres, aéreas e navais no cumprimento das missões atribuídas por lei, e tem por princípio a eficácia e racionalidade que devem garantir:

- A adopção nas estruturas das Forças Armadas de uma flexibilidade e rapidez de reajustamento do tempo de paz para o estado de guerra;
- A adequação das estruturas orgânicas dos órgãos de comando;
- A determinação correcta das competências e funções dos órgãos de comando militar;
- A dissociação das funções de comando operacional das dos órgãos de implantação territorial;
- A harmonização e equivalência estrutural inter-Ramos;

- A redução dos escalões intermédios no sistema de comando das Forças Armadas e o asseguramento do comando hierárquico directo;
- A centralização do asseguramento logístico, técnico e especial, visando a utilização racional e económica das reservas de meios, recursos naturais e técnicos das Forças Armadas. (art. 22º)

O estado de guerra decorre da sua declaração pelo Presidente República como Chefe de Estado, mediante autorização da Assembleia Nacional até à feitura da paz, nos termos da Constituição e da lei. Em estado de guerra são adoptadas, pelos órgãos competentes, de acordo com a Constituição e com as leis em vigor, todas as medidas de natureza política, legislativa e financeira que forem adequadas à condução da guerra e ao restabelecimento da paz.

A organização do país em estado de guerra assenta nos seguintes princípios:

- Empenhamento total na prossecução das finalidades da guerra;
- Ajustamento da economia nacional ao esforço de guerra;
- Mobilização e requisição dos recursos necessários à Defesa Nacional;
- Prioridade na satisfação das necessidades decorrentes do predomínio da componente militar. (art. 46º e 47º).

7. LEI DAS CARREIRAS DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

A definição dos princípios orientadores das carreiras dos militares das Forças Armadas Angolanas, bem como a concretização dos procedimentos a respeitar no desenvolvimento das mesmas, constitui uma das matérias de importância fundamental na administração do pessoal das Forças Armadas Angolanas, cuja implementação é a sequência lógica do estatuído na Lei Geral do Serviço Militar.

A razão de ser do diploma radica na necessidade de traduzir em Lei, de forma inequívoca, homogénea e coerente, o estabelecimento objectivo e

transparente das regras a que se deve subordinar o desenvolvimento e a estruturação das carreiras militares, de modo a constituírem factor de agregação, participação, motivação e responsabilidade, no quadro das necessidades estruturais das Forças Armadas Angolanas.

A estruturação das carreiras militares, pela singularidade dos objectivos, das atribuições e competências acometidas às Forças Armadas Angolanas que se diferenciam, inequivocamente dos demais servidores do Estado, segue uma ordenação própria segundo o estabelecido no artigo 6º do Decreto n.º 24/91, de 29 de Junho, relativo às carreiras do regime especial.

O desenvolvimento das carreiras militares é assim regulado, consoante a forma de prestação de serviço a que o militar se encontra vinculado, e com base em iguais parâmetros para todos os Ramos das Forças Armadas Angolanas, dos quais se salientam a ordenação hierárquica por categorias nas Forças Armadas Angolanas, os níveis de qualificação técnico-profissional para o ingresso, a satisfação de condições gerais e especiais para a promoção e as necessidades da estrutura orgânica das Forças Armadas Angolanas considerando, contudo, a especificidade de cada Ramo.

O diploma tem por objecto definir o conjunto de normas, procedimentos e princípios orientadores a respeitar no desenvolvimento das carreiras dos militares das Forças Armadas Angolanas e aplica-se ao militar das Forças Armadas Angolanas, independentemente da sua situação e da forma de prestação de serviço a que se encontra vinculado, designadamente, no Quadro Permanente (QP), no Quadro de Milicianos (QM), no Serviço Militar Obrigatório (SMO) e no Serviço Militar na Reserva (SMR) (art. 1º e 2º).

Designa-se genericamente por efectivos o número de militares, nas diferentes formas de prestação de serviço, necessário ao funcionamento das Forças Armadas Angolanas fixado nos termos da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (art. 4º).

O Serviço Militar caracteriza-se pelo exercício pleno e permanente de cargo e funções próprias do posto, e compreende o Serviço Militar Activo e o Serviço Militar da Reserva. O cidadão que se encontra a prestar Serviço Militar Activo denomina-se “Militar” e o que se encontra a prestar o Serviço Militar da Reserva denomina-se “Reservista”. O Serviço Militar Activo consiste no cumprimento do Serviço Militar nas Forças Armadas Angolanas, no Ministério da Defesa Nacional, na Casa Militar do Presidente da República e nos Serviços de Inteligência Militar.

AS FORMAS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR SÃO AS SEGUINTE:

a) Serviço Militar Obrigatório: Militar do Serviço Obrigatório é todo o cidadão angolano que se encontre no cumprimento directo das obrigações militares por um período de tempo decorrente da Lei Geral do Serviço Militar, contado desde o acto da incorporação até à passagem à situação de licenciado à reserva ou ao ingresso noutra forma de prestação de serviço.

b) Serviço Militar no Quadro de Milicianos: Militar do Quadro de Milicianos é aquele que tendo cumprido o Serviço Militar Obrigatório, deseja continuar ou regressar ao serviço por um período de tempo mínimo de dois anos e máximo de oito anos, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas Angolanas, no preenchimento das funções inerentes aos postos mais baixos das categorias de Oficiais e Sargentos e ainda para preenchimento de funções operativas de carácter técnico na Categoria de Praças, ou com vista ao seu eventual ingresso no Quadro Permanente.

c) Serviço Militar no Quadro Permanente: Militar do Quadro Permanente é aquele que tendo adquirido formação profissional adequada e ingressado voluntariamente na carreira militar, serve as Forças Armadas Angolanas como profissional através de um vínculo com carácter de permanência.

O militar independentemente da forma de prestação de serviço, encontra-se numa das seguintes situações de serviço:

a) **Activo:** O militar considera-se no activo quando se encontra afecto ao Serviço Militar Activo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou reforma.

b) **Reserva:** O militar considera-se na reserva quando transita do respectivo quadro no activo e se mantém disponível para o serviço. Existem os seguintes tipos de reserva nas Forças Armadas:

- Reserva do serviço militar não permanente: Pertence à reserva não permanente, o cidadão que presta serviço militar activo no Quadro de Milicianos, no Serviço Militar Obrigatório e o cidadão recenseado que não é incorporado.
- Reserva do quadro permanente: Pertence à reserva do Quadro Permanente, o oficial e sargento que transita do respectivo quadro no activo.

c) **Reforma:** o militar considera-se na reforma quando transita do Quadro Permanente, no activo ou na reserva, para a reforma. O militar na reforma não pode exercer funções militares, excepto para funções de docência e investigação e nas situações de estado de guerra, estado de sítio e estado de emergência.

7.1. LEI DOS POSTOS MILITARES

O anteprojecto em alusão foi de igual modo apreciado e aprovado pelo Conselho de Ministros há algum tempo e remetido em tempo oportunamente à Assembleia Nacional. A sua apreciação ficou condicionada a regularização do anteprojecto de Lei das Carreiras dos Militares, pelo facto de serem diplomas conexos. Acreditamos que ambos os diplomas certamente serão apreciados de modo contínuo. A apresentação técnica dos diplomas está elaborada e as Forças Armadas aguardam pelo pronunciamento de quem de direito.

7.2. LEI HERÁLDICA DAS FORÇAS ARMADAS E RESPETIVA REGULAMENTAÇÃO

O anteprojecto foi apreciado e aprovado pelo Conselho dos Chefes dos Estados Maiores. Aguarda-se a sua apreciação pelo Conselho Superior Militar, tão logo haja agenda para o efeito. Os pressupostos técnicos para apresentação estão elaborados. O Regulamento sobre o Uso da Heráldica foi aprovado pelo Conselho de Chefes dos Estados - Maiores e a sua implementação nas Forças Armadas aprovada por Despacho do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

7.3. ESTATUTO REMUNERATÓRIA DOS MILITARES

Este anteprojecto ao nível militar já foi apreciado e aprovado pelo Conselho de Chefes dos Estados Maiores e pelo Conselho Superior Militar. Sofreu alguns reveses no seu conteúdo de modo a adequar-se com as recentes alterações salariais dos militares. Foi reanalisado e integralmente revisto, contempla todos os aspectos superiormente orientados de interesse pecuniário para os militares. Está a ser revisto o cálculo da incidência financeira no orçamento atribuído às Forças Armadas para posterior apresentação à Comissão Inter-ministerial coordenada pelo MAPESS para sua aprovação. Contudo já foi remetido ao Secretariado do Conselho de Ministros em meados do ano corrente.

As matérias constantes dos anteprojectos reflectem o posicionamento das Forças Armadas no que respeita aos pressupostos da sua organização e o interesse militar neles subjacentes.

Em síntese o projecto conceitua o sistema remuneratório como sendo um conjunto de elementos de natureza pecuniária, que são percebidos pelos militares das FAA e define o objecto e âmbito da sua aplicação, sistema este assente em dois princípios estruturantes, nomeadamente:

- A equidade interna que salvaguarda a relação de proporcionalidade no quadro das responsabilidades inerentes a cada grau e postos elementos característicos da hierarquia militar.

- A equidade externa que procura a segurar o equilíbrio entre militares das FAA e demais servidores do Estado em regime especial, salvaguardando as especificidades da função militar.

Como corolário dos princípios estruturantes do sistema remuneratório, o vencimento base dos militares é definido em harmonia com os princípios consagrados para os demais servidores públicos e é apoiada por uma estrutura indiciada tendo em perspectiva os princípios da progressão vertical e horizontal.

O leque de subsídio que incorpora o sistema decorre da aplicação dos Decretos-lei nº1/03, de 1 de Janeiro, e 5/05, de 11 de Agosto, ao quais se acrescem outros suplementos que visam dar corpos a natureza e condições próprias do serviço militar, alguns dos quais específicos em função da natureza e formas de prestação de serviço, bem como da situação em relação ao serviço.

O quadro das prestações sociais tem suporte nos pressupostos do Decreto-lei 16/94, de 10 de Agosto, cuja remissão visa conferir dignidade às questões decorrentes da morte e funeral do militar e familiar (casos do velório, cerimonial, encargos com a aquisição da urna, transporte, etc.), bem como aspectos atinentes a remuneração dos militares do QP na reserva e ainda a pensão de reforma.

O projecto do estatuto, consagra também elementos de natureza patrimonial e outro tipo de direitos e regalias como forma de conferir dignidade e asseguramento de determinados direitos, tais como alojamento, transporte, fardamento, pessoal domiciliar, segurança pessoal e motorista, ajudas de custo, bilhete de passagens, cuja natureza, especificações e forma de atribuição são objecto de regulamentação.

Aos oficiais da classe de Generais com o posto de General de Exército/Aviação/Almirante da Armada, bem como Coronel-General/Almirante, lhes é consagrado em especial o direito ao passaporte diplomático seguro de bagagem, bem como a sala protocolar do Estado, direito, estes extensivos ao cônjuge e descendentes menores, cujos níveis de atribuição constituem matéria a publicar em despacho do CEMGFAA.

Um ou outro aspecto em particular diz respeito ao subsídio mensal vitalício que é acumulável com a remuneração da reserva e pensão de reforma, que nos termos do artigo 45º é apenas reservado aos oficiais Generais/Almirantes anteriormente referidos, e outros que tenham atingido o posto do topo ao nível das respectivas armas, serviços e classes.

Em sede das disposições finais e transitórias, procurou-se em primeira instância acautelar a forma de integração na estrutura do vencimento-base que decorre do posto e tempo de permanência neste cujas formalidades de transição são reservadas aos competentes órgãos de pessoal e quadros e ainda à extensão do subsídio da condição militar ao militar do SMO.

Ainda no âmbito das disposições transitórias, o projecto procura acautelar as condições que visam assegurar o processamento e pagamento da remuneração do reservista do QP enquanto não estiverem reunidas tais condições, cuja verba deve transitoriamente passar à tutela e gestão da Caixa de Segurança Social/FAA.

Finalmente e, com base nos pressupostos assentes no direito comparado, teve-se o cuidado especial na construção da tabela indiciaria, face a outros servidores da função pública, titulares de cargos políticos, docentes universitários, magistrados judiciais e do ministério público, como também das carreiras médicas.

7.4. LEI DAS CONDECORAÇÕES MILITARES

O estudo, concepção e a criação dos figurinos das várias condecorações militares em forma de medalhas para as Forças Armadas, já reporta ao transacto ano de 1999.

O processo de elaboração desta Lei enraizou-se com a necessidade do preenchimento das lacunas na estrutura das carreiras dos militares, na busca de regras que propiciem a eliminação ou abrandamento da apetência desenfreada às promoções fora dos parâmetros aconselhados e na inversão da actual pirâmide hierárquica militar, visando o estabelecimento de factores de aliciamento e de incentivo a carreira militar, a dignificação da condição militar e da instituição militar.

Considera-se que a publicação da Lei Nº 14/02 de 18 de Outubro, Sobre as Bases Gerais do Sistema de condecorações, Títulos Honoríficos e Distinções e da Lei Nº 6/04 de 8 de Outubro que cria o Título Honorífico do Herói Nacional e várias Condecorações, abriu espaço a definição e ao estabelecimento de uma base normativa, adequando o conteúdo temático desta lei, aos pressupostos e parâmetros legais consagrados na Lei de Bases.

Ficou viabilizada a possibilidade das condecorações militares em forma de medalhas face a especificidade das Forças Armadas, com vista a passar a constituir um subsistema ao sistema de condecorações concedidas pelo Estado.

Nesta Lei, os fundamentos para a outorga das condecorações complementam-se com os estabelecidos no artigo 2º da Lei nº 14/02 de 18 de Outubro, nomeadamente na alínea h) e a legitimidade do propósito para a criação ser da iniciativa do Ministério da Defesa Nacional, na qualidade de órgão do Executivo que tutela a administração das Forças Armadas Angolanas.

Fundada na razão de ordem dos factores de atribuição das condecorações ser de avaliação interna e de natureza eminentemente militar, aconselha a instituição de um mecanismo legal de delegação de competências do Presidente da República ao Ministro da Defesa Nacional para outorgar as condecorações militares criadas ao abrigo desta Lei, nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 14/02, de 18 de Outubro, e ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas para conferir as condecorações militares criadas ao abrigo desta Lei, nos termos do disposto no ponto 2 do artigo 22º da Lei 14/02 de 18 de Outubro.

CONCLUSÃO

O País apresenta-se no caminho para uma reestruturação económica e social, com indicadores bastante positivos; não obstante, existe ainda pobreza extrema em Angola. Após a independência e, posteriormente, ao término da guerra civil, foi possível para o país começar a dar sinais de que foi possível iniciar o caminho de construção e modernização dos seus órgãos, instituições, infra-estruturas e políticas nas diferentes vertentes.

Compete ao Estado concretizar os fins para que se justifique a sua existência, tal como a justiça, a segurança e o bem-estar económico e social de Angola. Não obstante, é ainda dúbia esta reedificação uma vez que nos deparamos com a insatisfação de alguns cidadãos, consequência de Estado ainda não garantir a totalidade das suas funções.

Angola pode tornar-se uma potência regional, se tivermos em linha de conta a sua vasta extensão territorial, recursos naturais e a sua descrição geográfica, factores que podem contribuir para a sua coesão, defesa, segurança, etc.

Relativamente aos factores de foro populacional, Angola apresenta um reduzido índice de população, tendo em conta o território que possui; a média geracional de idades é baixa, sendo a maioria dos cidadãos jovem.

Na sequência da guerra civil as populações desertaram das zonas mais atacadas, encontrando-se bastante espalhadas no território actual. Estas pessoas, provenientes de diferentes grupos étnicos solidários entre si, instalaram-se perto das cidades do litoral, com poucas acessibilidades e condições de vida pouco favoráveis.

Há sensivelmente 14 anos de paz, podemos apontar melhorias substanciais no modo de vida do povo, o que leva-nos a acreditar numa Angola melhor.

No plano social o país precisa de ser reestruturado. Os passos dados pelo governo, em apostarem com escopo de melhoria das necessidades básicas dos

cidadão, devem ser redobrados, particularmente nos campos médicos e medicamentosos, educacional, água e saneamento.

Desde o fim da colonização de Angola por Portugal, que os cidadãos desejam um ambiente de paz e equilíbrio e um país livre, o que não aconteceu por causa da guerra civil fratricida, fundamentalmente.

A independência foi conquistada em 1975, mas só agora, depois do fim da guerra, com a Constituição de 2010 e a Reedificação das Forças Armadas, é possível fazer a reestruturação política e militar almejadas para Angola.

Relativamente às suas características político-administrativo, o Estado angolano tem cumprido com os princípios da democracia e do estado de direito. O governo tem dessa forma apostado numa política mais transparente adoptando medidas para diminuir o elevado nível de corrupção, melhorar o funcionamento da administração pública e atenuar as assimetrias regionais. A nível externo, o governo tem apostado nas relações de proximidade com os outros Estados e organizações, firmando acordos de cooperação bilateral e multilateral e arrecadando apoio para o seu desenvolvimento. A forma adequada como se relacionam e cooperam com os aliados, potencia o país de forma a alcançar objectivos que vão ao encontro dos interesses nacionais.

Em Angola, as instituições têm um funcionamento ineficiente, isto acontece por causa dos poucos recursos humanos e a carecerem de qualificação, por um lado; a forma como se seleccionam os recursos humanos deve evoluir e deve incidir no não nepotismo, por outro.

Internamente e na partilha e cooperação com países estrangeiros e outras organizações, as Forças Armadas de Angola contribuem e estão envolvidas em acções de defesa nacional e de segurança e ordem pública.

Para dar resposta capaz à política militar que foi adoptada para as Forças Armadas Angolanas, destacam-se a sua capacidade de liderança e a experiência dos seus efectivos, dada o longo período de guerra civil. A segunda maior potencia militar da Africa Subsaariana é Angola apenas com a África do Sul a nível regional à

sua frente estando capaz para fazer frente a qualquer investida ou agressão. Todos os materiais usados para o usufruto dos militares advêm do exterior uma vez que Angola não tem indústria ligada a área militar, sendo necessário efectuar as encomendas de material bélico aos aliados.

As forças Armadas Angolanas são autónomas, dada a sua independência económica, uma vez que recebe verbas do OGE.

Neste período sem guerra, as FAA, têm usufruído de formações e aulas tanto no país como no estrangeiro, de forma a terem capacidade de resposta para qualquer tipo de ameaça que ponha em causa a segurança e a defesa do país.

É no contexto da ameaça nacional que surge a reedificação das Forças Armadas Angolanas, que tem como principal missão a defesa nacional e das organizações regionais como é o caso da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC).

As Forças Armadas Angolanas devem estar permanentemente preparadas para reagir a qualquer ameaça externa, isto em coordenação com os restantes órgãos de segurança nacional. É no sentido da maximização da capacidade de resposta neste tipo de contextos que a Defesa Nacional se foca actualmente, num processo de modernização do sistema de defesa nacional, com base em critérios estratégicos e de economia, e com coerência organizacional e propriedade operacional, no sentido de dotá-los de uma crescente capacidade de fazer face aos cenários atuais e futuros.

Para além da defesa da pátria, participam no esforço de manutenção das infra-estruturas e em outros objectivos mais de âmbito interno, nomeadamente na reposição de pontes, estradas, desminagem, reforçando sinergias em situações de calamidade natural, particularmente no apoio directo às populações afectadas.

O processo de reedificação das Forças Armadas que está a ter resultados positivos, na opinião de altos responsáveis militares do Comando Superior das

FAA, foi idealizado no quadro da globalização, visando conferir às forças armadas meios e equipamentos modernos, com efectivos capacitados.

A reedificação das Forças Armadas Angolanas iniciou-se em 2007, com a publicação de uma directiva do Presidente da República e Comandante-em-Chefe, com um cronograma para a sua realização. Numa primeira fase, de 2007 a 2008, fez-se o levantamento global da realidade das FAA - foi feito um levantamento global de todo o efectivo, um levantamento das infra-estruturas e iniciou-se o processo de registo do património das FAA, fazendo-se o diagnóstico global de todo o equipamento - depois passou-se para o trabalho de análise e reestruturação dos órgãos propostos e a partir de 2009 e 2010 iniciou-se o processo de implementação.

Esta reedificação das Forças Armadas tanto ajudou a definir o seu perfil institucional, o tipo de missões – internas e externas – que lhe podem ser incumbidas na defesa do Estado, a adaptação da política externa de Angola às missões de âmbito regional de Angola e a sua consagração no texto constitucional de 2010 – o contributo das FAA para a definição do Estado-Nação; como é a própria Constituição de 2010 que dá às Forças Armadas o seu devido enquadramento – e define a sua quota-parte na política angolana - e, assim, lhe permitiu o desenvolvimento tecnológico, a formação de quadros e a aquisição de material, necessários para cumprir as funções e as missões estratégicas da política interna e externa do Estado.

Para corresponder às funções, que lhes são conferidas pela Constituição de 2010 na sequência da evolução material e estrutural, que permitem que hoje as Forças Armadas sejam modernas e operacionais, no decurso de 2010 foram concluídos, revistos e aprovados anteprojectos de diplomas legislativos das responsabilidades das Forças Armadas.

Sobre os contributos das Forças Armadas Angolanas para a edificação de Angola, no âmbito da sua reedificação, a partilha de responsabilidades na Segurança Colectiva permite desenvolver Arquitecturas Regionais de Segurança que visam contribuir para fazer face a uma conjuntura regional caracterizada por

ameaças assimétricas à segurança nacional. A política externa de Angola assume que as alianças militares e a cooperação internacional para a segurança são a resposta para combater os fenómenos transnacionais de segurança. As FAA na operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança Africana, contribui para incrementar o nível de segurança e desenvolvimento regional, constituindo-se num mecanismo de Prevenção de Conflitos. A Arquitectura de Paz e Segurança Africana representa uma Pan-Africanização do factor “Segurança”, interligando o contexto “Segurança Nacional” com “Segurança Colectiva Regional” procurando-se potenciar como mecanismo securitário na região subsaariana.

A missão externa das Forças Armadas prende-se com o cumprimento de um conjunto de princípios que se comprometam com o asseguramento da Defesa Nacional nos termos do art.º 2º (Lei n.º 2 de Março de 1993) da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas cujos objectivos primordiais são a preservação da independência nacional, a integridade territorial e a segurança civil, objectivos estes, partilhados com outras políticas sectoriais da Política Nacional com as quais se inter-relacionam.

Analizando de forma sucinta as questões que nos remetem para a Política de Defesa Nacional, podemos extrair os seguintes indicadores:

A defesa da integridade territorial e da soberania nacional, não podem, actualmente, ser analisadas apenas com referência às ameaças e riscos tradicionais de onde advém as missões convencionais das Forças Armadas, devendo reflectir-se outras de maior complexidade dada à sua dimensão e consequências.

Na perspectiva das acções internacionais, a componente militar da defesa nacional das Forças Armadas Angolanas mantém positivamente uma política de cooperação, defesa e segurança com o exterior, participando e cooperando nas missões de operações de apoio e manutenção da paz sob a égide da ONU, União Africana, SADC e CEEAC e com os países da CPLP, bem como com outros países com interesses relevantes.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, J. M., **Angola em Paz: Novos Desafios**, Luanda, Edições Maianga, 2005.
- AGADJANIAN, V., & Prata, N. War and Reproduction: **Angola's Fertility in Comparative Perspective**. (L.Taylor& Francis, Ed.) Vol. 27, pp. 329-347, (Junho de 2001).
- ALEXANDRINO, José Melo, **O Novo Constitucionalismo Angolano**. Lisboa, ICJP e FDUL, 2013.
- ALMEIDA, Eugénio da Costa, **Angola Potência Regional em Emergência**. Lisboa, 2011.
- ANDRADE, Mário Pinto. **Origens do nacionalismo africano**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- ANGIER, "Why We're So Nice: **We're Wired to Cooperate**," *New York Times*, 23 July 2002.
- ANGONOTÍCIAS. (15 de Março de 2011). **Militares Angolanos Formados Contra o Terrorismo**. Obtido em 5 de Fevereiro de 2012, de Angonotícias <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/29379>
- Assembleia Nacional de Angola. (2010). **Constituição da República de Angola**. Luanda: Imprensa Nacional.
- ARAÚJO, Raúl - **O Presidente da República no Sistema Político de Angola**. Casa das Ideias, Luanda, 2009
- AVANT, Deborah (1998) “**Conflicting Indicadores of «Crisis» in American Civil-Military Relations**” in *Armed Forces & Society*, Texas, James Burk, A & M. University, vol 24, nº3: 375-387
- BAÑÓN, Rafael e OLMEDA, José António (1985) *La Institución Militar en el*
- BAQUER, M. Alonso (1988) **El Militar en la Sociedad Democrática**, Madrid, Eudema (Ediciones de la Universidad Complutense, S.A)
- BERNARDINO, Luis Manuel Brás, **A posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana – análise da função estratégica das forças armadas angolanas**, Almedina, Porto, 2013.

- BLAND, Douglas L. (1999) **“A Unified Theory of Civil-Military Relations”** in *Armed Forces & Society*, Texas, James Burk, A & M. University, vol 26, nº1: 7 - 26
- BONIFÁCIO, Israel - **O estado do Estado: O Poder Político em Angola**. Edijuris, Luanda 2011
- CAIA, G., ***L'ordine e la sicurezza pubblica***, in S. Cassese (a cura di). S. Ceccanti, ***Le democrazie protette e semi-protette da eccezione a regola***, Torino, 2004.
- CANOTILHO, J. J. Gomes, **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 7ª edição, Almedina, Coimbra - Portugal, 2003.
- CAPOCO, Zeferino - ***Nacionalismo e Construção do Estado - Angola (1945-1975)***. Escolar Editora, Lobito, 2012
- Centro de Estudos Estratégicos de Angola. (2006). **Reflexão sobre a Geopolítica e Geoestratégia em Angola e em África**. Luanda: Nzila.
- CERRI, A., ***Ordine pubblico (Diritto costituzionale)***, in *Enciclopedia giuridica*, XII, Roma, 1990.
- COMEFORD, Michael. **O rosto pacífico de Angola “Biografia de um processo de paz” 1999-2001**. Luanda, 2005
- CORREIA, Adérito; SOUSA, Bonito, **Angola: história constitucional**. Coimbra: Almedina, 1996.
- Constituição da República de Angola : Anotada : Tomo I / Anot. Profs. Raúl Carlos Vasques Araújo e Elisa Rangel***, Luanda, Dos Autores, 2014.
- DAMIÃO, João, **Conheça a Constituição da República de Angola** (Contributos para a sua compreensão), Ed., casa das Ideias, Luanda, 2010.
- DAVID E. SANGER, **“Sometimes, National Security Says It All”**, *New York Times*, 7 May 2000
- DAVIS, Vincent (edit) (1996) **Civil-Military Relations and The Not - Quite Wars of the Present and Future**, Pennsylvania, U.S. Army War College / Strategic Studies Institute.
- DE MONCADA, Luís S. Cabral, **Direito Económico**, 6ª Ed., Coimbra Editora,
- DO AMARAL, Diogo Freitas, **História do pensamento político ocidental**, Edições Estado Contemporâneo, Madrid, Alianza Editorial

- FEIJÓ, Carlos, **Problemas actuais de Direito Público Angolano: contributos para a sua compreensão**, Editorial Principia, Cascais, 2001.
- FERNANDES, A. H. (2003). **Estratégia: Hostilidade ou Competição**. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional
- FERNANDES, António José, **Introdução à Ciência Política (teorias, métodos e temáticas)**, ed. Porto Editora, Porto, 2008.
- FONTES, José, **Teoria Geral do Estado e do Direito**, 3ª ed., Coimbra editora, Coimbra, 2010
- Forças Armadas Angolanas. (1999). **Guia do Formador de Educação Cívica, Jurídica e Direitos Humanos**. Luanda: Forças Armadas Angolanas.
- FREIRE, T.-C. H. (2011). **O Poder Aéreo no Conflito Angolano**. Revista da Marinha. Ano 8, edição 19. Marinha de Guerra Angolana
- GIUPPONI, TF, **La sicurezza e lesuedimensionicostituzionali**. Bologna, 2008
- GOUVEIA, Jorge Bacelar, **As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa**, Ed. Almedina, Coimbra, 2003.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar, **Direito Constitucional de Angola, 2013**.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar, **Manual de Direito Constitucional, Vol I**, 2ª Edição Revista e Actualizada, Almedina, Coimbra, 2007.
- HILÁRIO, Carlos Esteves; WEBBA, Mihaela Neto. **A Constituição da República de Angola: Direitos Fundamentais, a sua promoção e protecção: avanços e retrocessos**. Luanda: Open Society, 2010.
- HODGES Tony, Angola - **Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem**, Trad. De Francisco Ribeiro Soares; Miguel Miranda; Vasco Lorente Corisco e Maria do CarmoFigueira, ed., Principia, 1ª ed., Cascais - Portugal, 2002.
- KAMABAYA, Moisés. **O Renascimento da Personalidade Africana**. Luanda: Nzila, 2003.
- KEANE, John, **Vida e Morte da Democracia**, Edições 70, Lisboa, 2009.
- LEÃO, A e RUUPIYA, M, **A military history of the angolan armed from the 1960s onwards – as total by former combatants**, Evolutions and Revolutions, 2006.
- LASSALLE, Ferdinan. **A Essência da Constituição**. Rio de Janeiro: Editora LumenJuris, 6. ed., 2001.

- LOBO, Mariana Costa e NETO, Octávio Amorim, **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa**, Editorial ICS, Lisboa, 2009.
- LUKAMBA, Paulino - **Direito Internacional Público**. Escolar Editora, Lobito 2011
- MACEDO, Fernando. **A saúde do nosso processo constituinte**. In: Semanário Angolense, Luanda, 06 fev. 2010. Coluna sem meias palavras, p. 22.
- MACHADO, Jónatas e COSTA, Paulo Nogueira, **Direito Constitucional Angolano**, Coimbra Editora, Coimbra, 2013.
- MAGALHÃES, J. C. (2005). **A Diplomacia Pura**. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- MAGALHÃES, J. C. (2005). **Manual Diplomático: Direito Diplomático, Prática Diplomática**. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Ministério do Planeamento. (2009). **Monografia de Angola**. Luanda: Minplan.
- MIRANDA, Jorge, **Manual de Direito Constitucional, tomo III-Estrutura constitucional do Estado**, 5.ªed., Coimbra, 2004.
- MIRANDA, Jorge, **Manual de Direito Constitucional, tomo IV – Direitos Fundamentais**, 4.ª ed., Coimbra, 2008.
- MIRANDA, Jorge, **Manual de Direito Constitucional, tomo VII – Estrutura constitucional da democracia**, Coimbra, 2007.
- MIRANDA, Jorge, **Teoria do Estado e da Constituição**, 3.ª ed., Rio de Janeiro, 2011.
- MOCO, Marcolino, «**O problema da inserção internacional e da integração regional dos Estados e a evolução do conceito de constituição: o caso concreto do constitucionalismo angolano**», in *Estudos Jurídicos*, Luanda & Lisboa, 2008, pp. 56-66.
- MOCO, Marcolino, **Direitos Humanos e seus Mecanismos de Protecção – As particularidades do sistema africano**, Coimbra, 2010.
- MOREIRA, C. D. (1994). **Planeamento e Estratégia de Investigação Social**. Lisboa: ISCSP.
- MOREIRA, O. I. (2006). **Angola, Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural** (Vol. I). Lisboa: ISA Press.
- Moreira, Vital, «**Presidencialismo Superlativo**», in *Público*, de 9 de Fevereiro de 2010.
- NETO, António Alberto, **A Outra Face de Angola**, ed. Livraria Kiazele, Luanda, 2010.

- OPEN SOCIETY - **Relatório Segurança Pública em Angola**, OS, Luanda, 2011
- OTERO, Paulo, **Instituições Políticas e Constitucionais**, Edições Almedina, S.A., Vol I, Coimbra, 2009.
- PÉLISSIER, D. W. (2009). **História de Angola**. Lisboa: Tintas da China.
- PINTO, Jaime Nogueira, **Democracia e Razão de Estado**, in AA.VV., **Razão de Estado e Democracia**, Edições Almedina, Coimbra, 2012.
- RAMIRO, Barreira, **Os Grandes Desafios do Futuro – 30 anos de Independência**, Global Marketing Angola, **com a colaboração dos serviços de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal**, Angola, s. Ano.
- RANGEL, Paulo Castro, **O Estado do Estado (Ensaio de Política Constitucional sobre Justiça e Democracia)**, Editorial Dom Quixote, 2009.
- RIBEIRO, A. S. (2007). **Elaboração da estratégia de defesa Militar: Contributos para um Novo Modelo**. Lisboa. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na Especialidade de Ciência Política: ISCSP
- RIBEIRO, A. S. (Dezembro de 2010). **Apontamentos da Unidade Curricular da Avaliação do Potencial Estratégico**. Aulas. Lisboa, Portugal.
- RITA, E., & Vieira, C. (2008). **Angola: Missão Empresarial, Províncias de Luanda, Benguela e Huambo**. Lisboa: Gabinete de Relações Exteriores.
- ROMÃO, Rui Bertrand, **Considerações sobre a razão de Estado e a conservação do Estado**, in AA.VV., **Razão de Estado e Democracia**, Edições Almedina, Coimbra, 2012.
- ROSA, Armindo, **Política de Defesa de Angola**, in *Nação e Defesa*, Nº 125, 2010.
- SAKALA, Alcides, **Memórias de um Guerrilheiro (Os últimos anos de guerra em Angola)**, 3ª edição, ed., Dom Quixote, Lisboa, 2006.
- SANTOS, Onofre dos, **Conferência Lei com Força**.
- SILVA, José Paulino Cunha da - **A problemática do novo direito internacional do mar e os espaços marítimos sob jurisdição de Angola**, Luanda, Novo Imbondeiro, 2004.
- SILVA, José Paulino Cunha e et all. **Angola No Conselho de Segurança da ONU (2003-2004) - experiência e contribuição pratica na resolução dos conflito sem África**. Editora Imprensa Nacional. Luanda, 2006

The International Institute for Strategic Studies. (2007). **The Military Balance 2007**. London: Routledge.

The World Bank. (2011). **The Little Data Book on Africa**. USA: The International Bank.

UNIÃO AFRICANA, **Carta africana sobre a democracia, eleições e governação**. Addis-Abeba (Ethiopia): s/ed., s/a.

VAZ, Manuel Afonso, **Teoria da Constituição (o que é a Constituição, hoje?)**, Coimbra Editora, Coimbra, 2012.

VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de. **Sociedade Civil e Política em Angola**. Luanda: UCAN & FEUC/CES, 2009.

VIEIRA, G. d. (18 de Junho de 2009). **Relacionamento da Instituição**

WHEELER, D., & Péliissier, R. (2009). **História de Angola**. Lisboa: Tinta-da-China.

LEGISLAÇÃO

- Constituição da Republica de Angola, Editorial Imprensa Nacional – E.P.,Luanda, 2010.
- Lei Constitucional da Republica de Angola, Ed., Plural Editores, Luanda, 2008.
- Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas;
- Lei Geral do Serviço Militar (5 de Setembro 2013).
- Lei de Organização e de Funcionamento das Forças Armadas (31 de Outubro de 2013).
- Pacote Legislativo das Forças Armadas (9 de Setembro de 2013):
- Anteprojecto de Lei Geral do Serviço Militar e Respetiva Regulamentação;
- Anteprojecto de Lei das Carreiras dos Militares;
- Anteprojecto de Lei Quadro das Leis de Promoção Militar;
- Anteprojecto de Lei dos Postos Militares;
- Anteprojecto de Lei das Condecorações Militares;
- Anteprojecto de Lei do Estatuto Remuneratório dos Militares.

WEBGRAFIA

- http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/Constituicao_da_Republica_de_Angola_projecto_final.pdf/, consult.
- <http://www.fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista08/Artigos/Lilian.pdf>, consult. Independência e Guerra Civil em Angola, disponível em:
- http://www.lusoafrika.net/v2/index.php?option=com_content&view
- <http://jus.com.br/artigos/6910/dignidade-da-pessoa-humana>
- <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/rapportspublics/944048700/ind>
- <http://introestudohistangola.blogspot.com/2006/05/31-donde-vem-o-nome-angola.htm>
- <http://jus.com.br/artigos/6910/dignidade-da-pessoa-humana>
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Acordos_de_Bicesse
- <http://www.minden.gov.ao/busca.aspx>
- <http://www.mirex.gv.ao/sadc/informacao geral.htm>
- http://www4.fct.unesp.br/metodologia_cientifica.pdf
- www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=400
- www.livreblancdefenseetsecurite.gouv.fr/information/les_dossiers
- [www. portalangop.co.ao/angola/pt](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt)

ANEXOS

ANEXO 1

LEI DA DEFESA NACIONAL E DAS FORÇAS ARMADAS

CAPÍTULO I PRINCÍPIOS GERAIS

Artigo 1º (Defesa Nacional)

A Defesa Nacional é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a soberania e independência nacionais, a integridade do território e a liberdade e segurança das populações contra quaisquer ameaças ou agressões.

Artigo 2º (Direito de Legítima Defesa)

1. O Estado Angolano, nos termos da Constituição e no respeito pelos princípios da Organização das Nações Unidas, da União Africana, preconiza a solução dos problemas e conflitos internacionais pela via da negociação e da arbitragem, considerando seu dever contribuir para a preservação da paz e da segurança internacionais.
2. De acordo com as normas do direito internacional, Angola actua pelos meios legítimos adequados para defesa permanente dos interesses nacionais, dentro ou fora do território, da zona económica exclusiva ou dos fundos marinhos da zona marítima contígua e ainda do espaço aéreo sob responsabilidade nacional.
3. No exercício do direito de legítima defesa reconhecido na Carta das Nações Unidas, Angola reserva o recurso à guerra para os casos de agressão militar efectiva ou iminente.

Artigo 3º (Defesa Nacional e Compromissos Internacionais)

A Defesa Nacional é igualmente exercida no quadro dos compromissos internacionais assumidos pelo País.

CAPÍTULO II POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Artigo 4º (Conceito e Caracterização)

1. A Política de Defesa Nacional consiste no conjunto coerente de princípios, objectivos, orientações e medidas adoptadas para assegurar a defesa nacional, nos termos do artigo 1º da presente lei.
2. A Política de Defesa Nacional tem carácter nacional, natureza global e âmbito interministerial.
3. O carácter nacional da política de defesa perante quaisquer ameaças ou agressões decorre dos objectivos permanentes definidos no artigo seguinte.
4. A natureza global da política de defesa nacional traduz-se na integração de uma componente militar e de componentes não militares.

5. O âmbito interministerial da política de defesa nacional traduz-se na obrigatoriedade de todos os departamentos ministeriais concorrerem para a sua execução.

Artigo 5º

(Objectivos Permanentes da Política de Defesa Nacional)

São Objectivos Permanentes da Política de Defesa Nacional:

- a) Garantir a independência nacional;
- b) Preservar a soberania e garantir a unidade nacional;
- c) Assegurar a integridade territorial;
- d) Salvaguardar a liberdade e a segurança das populações, bem como a protecção dos seus bens e do património nacional;
- e) Garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas a fim de possibilitar a realização das tarefas fundamentais do Estado;
- f) Contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da Comunidade Nacional de modo a permitir a prevenção ou a reacção pelos meios adequados a quaisquer ameaças ou agressões;
- g) Assegurar a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.

Artigo 6º

(Definição, Direcção e Condução da Política de Defesa Nacional)

- 1. Os princípios e os objectivos permanentes da Política de Defesa Nacional decorrem da Constituição e da lei.
- 2. As principais orientações e medidas da Política de Defesa Nacional são definidas pelo Presidente da República e constam dos instrumentos de planeamento do Executivo.
- 3. A direcção e a condução da Política de Defesa Nacional compete ao Presidente da República.

Artigo 7º

(Conceito Estratégico de Defesa Nacional)

- 1. No contexto da Política de Defesa Nacional será definido pelo Executivo o Conceito Estratégico de Defesa Nacional.
- 2. Para efeitos do presente diploma, entende-se por Conceito Estratégico de Defesa Nacional a definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado adoptada para a consecução dos objectivos da política de defesa nacional.
- 3. A competência referida no n.º 1 é exercida pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro da Defesa Nacional, precedida de apreciação pelo Conselho de Segurança Nacional.

4. As grandes opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional são objecto de debate na Assembleia Nacional, por iniciativa do Governo, previamente à sua adopção pelos órgãos previstos na presente lei.

Artigo 8º **(Divulgação da Política de Defesa Nacional)**

A necessidade da defesa nacional, os deveres dela decorrentes e as linhas gerais da política de defesa nacional são objecto de informação pública, constante e actualizada.

CAPÍTULO III **PARTICIPAÇÃO NA DEFESA NACIONAL**

Artigo 9º **(Defesa da Pátria)**

1. A defesa da Pátria é o direito e o dever fundamental de todos os Angolanos.
2. A actividade de defesa nacional cabe à comunidade nacional em geral, e a cada cidadão em particular, deve ser assegurada pelo Estado e constitui especial responsabilidade dos órgãos de soberania.
3. Às Forças Armadas Angolanas incumbe a defesa militar do País.
4. É dever geral dos cidadãos a passagem à resistência, por todos os meios possíveis, nas áreas do território nacional ocupadas pelo inimigo.
5. É dever de todos os titulares dos órgãos de soberania impedidos de funcionar livremente, agir no sentido de criar condições para recuperar a respectiva liberdade de acção e para orientar a resistência, visando o restabelecimento da independência nacional e da soberania.

Artigo 10º **(Serviço Militar)**

1. O serviço militar é obrigatório nos termos e pelo tempo que a lei estabelecer.
2. A lei estabelece as formas de serviço cívico alternativo ao serviço militar.
3. Nenhum cidadão pode obter nem conservar emprego dos serviços públicos e de outras entidades ou frequentar quaisquer estabelecimentos de ensino se deixar de cumprir os seus deveres militares ou o serviço cívico obrigatório.
4. Nenhum cidadão pode ser prejudicado na sua colocação, nos seus benefícios sociais ou no seu emprego permanente por virtude do cumprimento das obrigações militares.

4. Pode ser requisitado, pelo tempo julgado necessário à actividade de defesa nacional, o exercício exclusivo de direitos de propriedade industrial.

CAPITULO IV ESTRUTURA SUPERIOR DA DEFESA NACIONAL

Artigo 15º (Órgãos do Estado Directamente Responsáveis)

Os órgãos do Estado directamente responsáveis pela defesa nacional e pelas Forças Armadas são os seguintes:

- a) Presidente da República;
- b) Assembleia Nacional;
- c) Ministério da Defesa Nacional;

Artigo 16º (Presidente da República)

O Presidente da República, é o Chefe de Estado, Titular do Poder Executivo e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, nos termos da Constituição da República.

Artigo 17º (Competências enquanto Chefe de Estado)

Compete ao Presidente da República enquanto Chefe de Estado:

- a) Presidir o Conselho de Segurança Nacional;
- b) Declarar a guerra e fazer a paz, ouvida a Assembleia Nacional;
- c) Declarar o estado de sítio ouvido a Assembleia Nacional;
- d) Declarar o estado de emergência ouvida a Assembleia Nacional;
- e) Conferir condecorações e títulos honoríficos, nos termos da lei;
- f) Ratificar e assinar, consoante os casos, depois de devidamente aprovados, os tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais;
- g) Autorizar o cumprimento de comissão normal e especial de serviço de Oficiais Gerais;
- h) Convocar o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas sempre que entender necessário.

Artigo 25º **(Conselho Superior Militar)**

1- O Conselho Superior Militar é o órgão consultivo militar do Ministro da Defesa Nacional.

2- O Conselho Superior Militar é presidido pelo Ministro da Defesa Nacional e tem a seguinte composição:

- a) Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas;
- b) Vice – Ministros da Defesa Nacional;
- c) Chefes dos Estados -Maior dos Ramos das Forças Armadas.

3- O Conselho Superior Militar é apoiado técnica e administrativamente por um secretariado chefiado pelo Director do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional.

4- O Conselho Superior Militar rege-se por um Regulamento aprovado por Despacho do Ministro da Defesa Nacional.

CAPÍTULO V **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

Artigo 26º **(Forças Armadas Angolanas)**

As Forças Armadas Angolanas são a instituição militar nacional permanente, regular e apartidária, incumbida da defesa militar do País, organizadas na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes, sob a autoridade suprema do Presidente da República e Comandante-em-Chefe, nos termos da Constituição e da lei, bem como das convenções internacionais de que Angola seja parte.

Artigo 27º **(Exclusividade)**

- 1. As Forças Armadas Angolanas compõem-se exclusivamente de cidadãos angolanos e a sua organização é única para todo o território nacional.
- 2. A componente militar da defesa nacional é exclusivamente assegurada pelas Forças Armadas, salvo o disposto no nº 4 do artigo 9º e no número seguinte.
- 3. A Polícia Nacional e a Organização Nacional de Defesa Civil colaboram na execução da Política de Defesa Nacional, nos termos da lei.
- 4. Não são consentidas associações armadas nem associações de tipo militar, militarizadas ou paramilitares para fins de Defesa.

cumprimento das missões que lhe são atribuídas no âmbito dos objectivos da Política de Defesa Nacional, definidos pela Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, assumindo funções de direcção, controlo e inspecção aos órgãos afins implantados nos Ramos até níveis de Regimento ou equivalente.

Artigo 45º
(Estrutura do Estado-Maior General)

O Estado-Maior General tem a seguinte estrutura:

- a) Órgão de Comando;
- b) Órgãos de Conselho;
- c) Órgãos de Administração e Auxiliares da Justiça Penal Militar;
- d) Inspecção do Estado-Maior General;
- e) Órgãos de Direcção, de Administração e de Apoio;
- f) Unidades Operacionais de Subordinação Central;
- g) Unidades, Estabelecimentos e Órgãos de Subordinação Central.

Artigo 46º
(Conselho de Chefes dos Estados-Maiores)

1. O Conselho de Chefes dos Estados-Maiores é o principal órgão de consulta do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas para as questões relativas à administração das Forças Armadas.
2. São membros do Conselho de Chefes dos Estados-Maiores, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, que o preside, o Chefe Adjunto do Estado - Maior General das Forças Armadas e os Comandantes dos três Ramos das Forças Armadas Angolanas.
3. O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer dos membros do Conselho, pode convidar quaisquer entidades a participar nas reuniões do Conselho em que sejam tratados assuntos da sua especialidade.
4. Compete ao Conselho de Chefes dos Estados-Maiores dar parecer sobre as matérias a que se refere o n.º 6 do artigo 44º, bem como pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos que o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas entenda submeter-lhe à sua apreciação, por iniciativa própria ou a solicitação de qualquer um dos seus membros.
5. O Conselho reúne ordinariamente uma vez por mês, antecedendo as reuniões do Conselho Superior Militar, e extraordinariamente sempre que para tal seja convocado pelo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, por sua iniciativa própria ou por proposta de qualquer dos restantes membros.

Artigo 47º
(Ramos das Forças Armadas)

Os Ramos das Forças Armadas são as partes integrantes das Forças Armadas, às quais cabe a condução das acções de cumprimento das missões atribuídas às Forças armadas, na defesa da soberania nacional no espaço terrestre, aéreo e marítimo.

Artigo 48º
(Estrutura dos Ramos)

Os Ramos das Forças Armadas estabelecidos no ponto 3 do artigo 41º têm a seguinte estrutura:

- a. Estado-Maior do Ramo;
- b. Elementos da Componente Operacional
- c. Elementos de Implantação Territorial.

Artigo 49º
(Desenvolvimento da Organização e do Funcionamento das Forças Armadas)

Os princípios gerais relativos à organização e funcionamento das Forças Armadas, constantes da presente Lei, serão desenvolvidos pela Lei de Bases Gerais da Organização e do Funcionamento das Forças Armadas.

CAPÍTULO VI
CONDIÇÃO MILITAR

Artigo 50º
(Âmbito e Caracterização)

1. A condição militar é própria dos militares do quadro permanente em qualquer situação, e dos restantes militares enquanto no serviço militar activo.
2. A condição militar caracteriza-se:
 - a) Pela subordinação ao interesse nacional;
 - b) Pela permanente disponibilidade para lutar em defesa da pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida;
 - c) Pela sujeição aos riscos inerentes ao cumprimento das missões militares, bem como à formação, instrução e treino que as mesmas exigem, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra;
 - d) Pela subordinação à hierarquia militar, nos termos da lei;
 - e) Pela aplicação de um regime disciplinar próprio;
 - f) Pela permanente disponibilidade para o serviço ainda que com sacrifício dos interesses pessoais;

Artigo 56º (Carreiras)

1. Ao militar é atribuído um grau hierárquico, indicativo da sua categoria, e uma antiguidade nesse grau.
2. É garantido a todo o militar o direito de progressão na carreira, nos termos fixados em lei própria.
3. A progressão na carreira materializa-se com a promoção do militar aos diferentes postos, consoante a categoria e a forma de prestação de serviço a que o mesmo se encontra vinculado.
4. O patenteamento e a promoção do militar até ao posto de Coronel ou de Capitão-de-Mar-e-Guerra efectuam-se exclusivamente no âmbito da instituição militar e são da competência:
 - a. Do Comandante do Ramo respectivo, até ao posto de Capitão ou Tenente de Navio;
 - b. Do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, sob proposta do Comandante do Ramo respectivo, no caso das promoções a Oficial Superior e de Oficiais Superiores.
5. As promoções a Oficial General e de Oficiais Gerais são da competência do Comandante-em-Chefe, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, observando-se, para o efeito, a seguinte tramitação:
 - a. Os Comandantes dos Ramos, ouvido o respectivo Conselho do Ramo, indicam ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas os nomes dos oficiais que preenchem as condições legais para a promoção ou graduação;
 - b. O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, após audição do Conselho de Chefes de Estado Maior, submete as propostas ao Ministro da Defesa Nacional para parecer do Conselho Superior Militar;
 - c. Após o parecer do Conselho Superior Militar, as propostas são remetidas ao Comandante-em-Chefe pelo Ministro da Defesa Nacional;
 - d. Dos actos definitivos e executórios que decidam da não promoção de um militar a qualquer grau, cabe sempre recurso para o tribunal competente, tendo o recorrente direito a consulta do processo individual e à requisição de certidões.

Artigo 57º (Nomeações e Exonerações)

1. De acordo com o posto que ostentam, os militares ocupam cargos e desempenham funções na estrutura orgânica das Forças Armadas, nos órgãos do Ministério da Defesa Nacional e na Casa Militar do Presidente da República.
2. Compete ao Comandante-em-Chefe nomear e exonerar, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os titulares de cargos que sejam providos por Oficiais Gerais, salvo nos casos previstos no ponto 5 em que os Oficiais são autorizados a cumprir comissões de serviços nos termos do artigo 20º alínea f) da presente Lei.

2. Os militares têm ainda o direito e o dever de receber formação de actualização, reciclagem e progressão, com vista à sua valorização humana e profissional e à sua progressão na carreira.

Artigo 63º
(Honras)

Os militares têm direito aos títulos, honras, precedências, imunidades e isenções adequados à sua condição, nos termos da lei.

Artigo 64º
(Assistência Judiciária)

Os militares têm direito a receber do Estado o patrocínio e protecção jurídica, nas modalidades de consulta jurídica para a defesa dos seus direitos e do seu nome e reputação, sempre que os mesmos sejam afectados por causa do serviço que prestem às Forças Armadas ou no âmbito destas.

Artigo 65º
(Reserva e Reforma)

1. Os militares do Quadro Permanente, do Quadro de Milicianos e do Serviço Militar Obrigatório estão, nos termos da Lei das Carreiras dos Militares, sujeitos à passagem à situação de reserva, de acordo com limites de idade e outras condições de carreira e serviço.
2. Os militares do Quadro Permanente na situação de reserva mantêm-se disponíveis para o serviço e têm direito a uma contrapartida remuneratória adequada à situação em que se encontram.
3. Os militares na reforma não podem exercer funções militares, excepto em situações de estado de sítio ou estado de emergência.
4. Os militares do Quadro Permanente na situação de reforma têm direito à pensão, a assistência médica medicamentosa e apoio social, previstos em diploma próprio.
5. Os militares do Quadro Permanente que sejam licenciados à reforma nas condições previstas na Lei das Carreiras dos Militares, têm direito à pensão de reforma calculada na base do tempo limite de serviço, equivalente a 30 anos.

Artigo 66º
(Benefícios e Regalias)

1. Atendendo à natureza e características da respectiva condição, são devidos aos militares, de acordo com as diferentes formas de prestação de serviço, os benefícios e regalias fixados na lei.
2. É garantido aos militares e suas famílias, de acordo com as condições legalmente estabelecidas, um sistema de assistência e protecção, abrangendo,

designadamente, pensões de reforma, de sobrevivência, de invalidez e outras formas de segurança, incluindo assistência médico-sanitária e apoio social.

CAPÍTULO VII ESTADO DE GUERRA

Artigo 67º (Definição e Medidas a Adoptar)

1. A situação de guerra decorre desde a declaração de guerra pelo Presidente da República, mediante autorização da Assembleia Nacional até à feitura da paz.
2. Em situação de guerra são adoptadas, pelos órgãos competentes, de acordo com a Constituição e com as leis em vigor, todas as medidas de natureza política, legislativa e financeira que forem adequadas à condução da guerra e ao restabelecimento da paz.

Artigo 68º (Organização em Situação de Guerra)

A organização do país em situação de guerra assenta nos seguintes princípios:

- a. Empenhamento total na prossecução das finalidades da guerra;
- b. Ajustamento da economia nacional ao esforço de guerra;
- c. Mobilização e requisição dos recursos necessários à defesa nacional;
- d. Prioridade na satisfação das necessidades decorrentes do predomínio da componente militar.

Artigo 69º (Competência para a Direcção e Condução da Guerra)

1. A direcção superior da guerra compete ao Presidente da República.
2. A condução militar da guerra compete ao Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, de acordo com as opções tomadas e com as directivas aprovadas pelos órgãos de soberania competentes.

Artigo 70º (Conselho de Defesa e Segurança Nacional Durante a Situação de Guerra)

1. Em situação de guerra o Conselho de Defesa e Segurança Nacional passa a funcionar em sessão permanente, assistindo o Presidente da República em tudo o que diz respeito à direcção superior da guerra.
2. Em situação de guerra compete ao Conselho de Defesa e Segurança Nacional:
 - a. Aprovar os planos de guerra;
 - b. Definir e activar os teatros e zonas de operações, por iniciativa do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas;

Artigo 75º
(Dúvidas de Aplicação)

As dúvidas que surgirem na aplicação desta Lei são esclarecidas por Decreto.

Artigo 76º
(Revogação)

Ficam revogados todos os preceitos legais contrários ao disposto neste diploma, nomeadamente a Lei n.º 2/93 de 26 Março.

Artigo 77º
(Entrada em Vigor)

A presente Lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos ____ de ____ de 2010.

O Presidente da Assembleia Nacional, **António Paulo Kassoma**.

Promulgada aos ____ de ____ de ____
Publique-se

O Presidente da República, **José Eduardo dos Santos**.

ANEXO 2

Lei Geral do Serviço Militar

LEI GERAL DO SERVIÇO MILITAR

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º _____

de ____ de _____

Considerandos que a Constituição consagra a Defesa da Pátria e dos direitos dos cidadãos são direitos e deveres fundamentais de todos os angolanos;

Sendo imperioso, actualizar os termos e condições em que o cumprimento do Serviço Militar se deve verificar;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos do número 2 do artigo 208º e da alínea s) do artigo 165º da Constituição da República de Angola, a seguinte lei:

LEI GERAL DO SERVIÇO MILITAR

CAPÍTULO I Disposições Gerais

SECÇÃO I Objecto, Âmbito E Natureza

Artigo 1º (Objecto)

A Lei Geral do Serviço Militar tem por objecto regular o cumprimento do serviço militar por parte dos cidadãos tendo em conta que a defesa da Pátria é o direito e o dever fundamental de todos os angolanos.

Artigo 2º (Âmbito)

A presente Lei aplica-se a todo o cidadão nacional com idades compreendidas entre os 18 dezoito aos 40 quarenta anos, quer seja residente no território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 3º (Natureza)

1. O serviço militar é obrigatório.

Lei Geral do Serviço Militar

2. Nenhum cidadão pode obter ou conservar emprego dos serviços públicos, de outras entidades ou frequentar quaisquer estabelecimentos de ensino, se se furtar ao cumprimento das obrigações militares.
3. Todo o cidadão angolano, desde o dia 1 de Janeiro do ano em que completa (18) dezoito anos de idade, até ao dia 31 de dezembro do ano em que completa (40) quarenta anos de idade, está sujeito ao serviço militar e ao cumprimento das obrigações militares dele decorrentes.
4. Em situação de guerra as idades estabelecidas para o cumprimento de obrigações militares podem ser alteradas por lei.
5. Em virtude do cumprimento do serviço militar o cidadão não pode ser prejudicado no seu emprego permanente nem dos demais benefícios sociais.

SECÇÃO II CONCEITOS GENÉRICOS

Artigo 4º (Serviço militar)

1. O Serviço Militar consiste no exercício pleno e permanente de cargos e funções próprias do posto e compreende o serviço militar activo e o serviço militar da reserva.
2. Decorrente da natureza do cumprimento das obrigações militares o cidadão encontra-se numa das seguintes situações:
 - a. militar é o cidadão que se encontra a prestar serviço militar activo;
 - b. reservista é o cidadão que se encontra a prestar o serviço militar da reserva;
 - c. mancebo é o cidadão que efectuou o recenseamento militar e que ainda não foi submetido as provas de classificação e selecção;
 - d. pré-recruta é o cidadão classificado de apto, que presta compromisso de honra. Esta denominação é usada até a sua incorporação, ou no caso de não o ser, até ao alistamento na reserva;
 - e. recruta é o cidadão incorporado e a frequentar a instrução militar básica;
 - f. adiado é o cidadão que beneficia de adiamento da prestação de provas de classificação e selecção ou do período de incorporação militar;
 - g. excedentário é o pré-recruta de cada contingente anual classificado que excede as necessidades de pessoal a incorporar e que por esse facto são alistados na reserva;
 - h. faltoso é o cidadão sem qualquer justificação que não se apresente ao recenseamento militar no período e local indicado;
 - i. compelido é o mancebo que não compareça as provas de classificação e selecção nos prazos estabelecidos;
 - j. refractário é o cidadão que não se apresente a unidade ou estabelecimento militar destinado para a incorporação militar.

Lei Geral do Serviço Militar

**Artigo 5º
(Categoria)**

Designa-se por categoria o conjunto hierarquizado de postos militares da mesma natureza, das distintas formas de prestação de serviço e agrupam-se, pela seguinte ordem decrescente:

- a. oficiais;
- b. sargentos;
- c. praças.

**Artigo 6º
(Serviço militar activo)**

O serviço militar activo consiste no cumprimento do Serviço Militar nas Forças Armadas, Ministério da Defesa Nacional, na Casa Militar do Presidente da República e nos Serviços de inteligência Militar.

**Artigo 7º
(Formas de prestação do serviço militar)**

1. As formas de prestação do Serviço Militar são as seguintes:
 - a. serviço militar obrigatório;
 - b. serviço militar no quadro de milicianos;
 - c. serviço militar no quadro permanente;
2. Militar do serviço militar obrigatório (smo) é todo o cidadão angolano que se encontre no cumprimento directo das obrigações militares por um período contado desde o acto da incorporação até à passagem à situação de licenciado à reserva ou ao ingresso noutra forma de prestação de serviço.
3. Militar do quadro de milicianos (qm) é aquele que, tendo cumprido o Serviço Militar Obrigatório, deseja continuar ou regressar ao serviço por um período de tempo mínimo de dois anos e máximo de oito anos, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas Angolanas, no preenchimento das funções inerentes aos postos mais baixos das categorias de Oficiais e Sargentos e ainda para preenchimento de funções operativas de carácter técnico na categoria de Praças, ou com vista ao seu eventual ingresso nos Quadros Permanentes.
4. Militar do quadro permanente (qp) é aquele que, tendo adquirido formação profissional adequada e ingressado voluntariamente na carreira militar, serve as Forças Armadas Angolanas como profissional através de um vínculo com carácter de permanência.

Lei Geral do Serviço Militar

Artigo 8º
(Início e duração do serviço militar obrigatório)

1. O serviço militar obrigatório (smo) nos Ramos das Forças Armadas Angolanas tem início no primeiro dia da incorporação do turno respectivo, e a sua duração inclui o período de instrução militar básica.
2. O serviço militar obrigatório (smo) no Exército tem a duração de (2) dois anos e na Força Aérea Nacional Angolana e Marinha de Guerra Angolana (3) três anos.
3. A Assembleia Nacional, em caso de necessidade, pode prorrogar por mais um ano o tempo de cumprimento do serviço militar activo no serviço militar obrigatório ou diminuí-lo até um ano, quando as condições do serviço o permitem.
4. Para o cidadão incorporado na situação de refractários, será acrescido ao tempo do cumprimento do serviço militar activo no serviço militar obrigatório previsto nos números 1 e 2 deste artigo, um período de mais um terço (1/3) do tempo previsto.

Artigo 9º
(Licenciamento do serviço militar)

O licenciamento do serviço militar é o acto administrativo através do qual as Forças Armadas Angolanas libertam do cumprimento do serviço militar activo para a disponibilidade, reserva e reforma o militar que preencha as condições estabelecidas na lei.

Artigo 10º
(Disponibilidade)

A disponibilidade é o acto administrativo através do qual o cidadão é licenciado do serviço militar, nas seguintes condições:

- a. quando for considerado inapto para a prestação do serviço militar activo e de reserva por decisão da Junta Médica Militar;
- b. quando termina o cumprimento do serviço militar da reserva não permanente;
- c. após 31 de Dezembro do ano em que complete 40 (quarenta) anos de idade, período em que termina as obrigações militares para o cidadão que não prestou Serviço Militar Obrigatório;
- d. quando condenado pelo tribunal militar por sentença transitada em julgado com pena acessória de expulsão das Forças Armadas Angolanas;
- e. quando condenado pelo tribunal comum por sentença transitada em julgado com pena superior a dois anos.

CAPÍTULO V
Isenção, Dispensa e Adiamento

Artigo 38º
(Isenção)

1. A isenção militar é a dispensa da prestação do serviço militar por inaptidão física e mental do cidadão, determinada pela comissão médica do centro de classificação e selecção;
2. É isento do serviço militar o cidadão recenseado que a data de apresentação às provas e exames de classificação e selecção seja considerado inapto para a prestação do serviço militar activo e de reserva.

Artigo 39º
(Dispensa)

1. A dispensa militar é a suspensão temporária da prestação do serviço militar obrigatório por razões criminais ou judiciais.
2. É dispensado temporariamente da incorporação para prestação do serviço militar o cidadão que a data da incorporação esteja nas situações seguintes.
 - a. aguarda julgamento;
 - b. esteja a cumprir prisão preventiva;
 - c. seja condenado a pena de prisão não superior a dois anos;
 - d. esteja sujeito a medidas que pela sua natureza sejam incompatíveis com a prestação do serviço militar.

Artigo 40º
(Adiamento às provas e exames de classificação e selecção)

1. O adiamento às provas e exames de classificação e selecção consiste na transferência do ciclo de classificação do pré-recruta.
2. Constituem motivos de adiamento das provas e exames de classificação e selecção:
 - a. a residência legal no estrangeiro com carácter permanente e contínuo iniciada anteriormente ao ano em que completam 18 anos de idade;
 - b. doença prolongada comprovada pela autoridade pública competente;
 - c. condenado a cumprir pena ou sujeito a medida que, pela sua natureza, seja incompatível com o cumprimento das obrigações militares.

Artigo 41º
(Adiamento à incorporação)

1. Adiamento a incorporação consiste na transferência da data de incorporação do pré-recruta.

Lei Geral do Serviço Militar

Artigo 54º
Regulamentação

A presente lei deve ser regulamentada por Decreto Legislativo Presidencial no prazo de 90 dias.

Artigo 55º
Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões que se suscitarem da interpretação e aplicação da presente Lei são resolvidas pelo Titular do Poder Executivo.

Artigo 56º
Revogação

É revogada a Lei nº 1/93, de 26 de Março, e demais legislação que contrarie as disposições da presente Lei.

Artigo 57º
Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos ____ de ____ de 20__

O Presidente da Assembleia Nacional, **António Paulo Kassoma**

O Presidente da República, **José Eduardo dos Santos**

ANEXO 3

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas da alínea h) do artigo 11º da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, do artigo 12º da Lei Sobre as Bases do Sistema de Condecorações, Títulos Honoríficos e Distinções e da alínea b) do artigo 88º da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional aprova a seguinte:

LEI QUE CRIA AS CONDECORAÇÕES MILITARES QUE COMPREENDEM AS MEDALHAS DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

CAPITULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º (Objecto)

1. A presente Lei estabelece a criação de várias condecorações militares, nos termos da Lei de Bases Gerais do Sistema de Condecorações, Títulos Honoríficos e Distinções.
2. As condecorações são militares e compreendem as Medalhas das Forças Armadas.

Artigo 2º (Pressupostos gerais para outorga das Medalhas)

Os pressupostos gerais para outorga aos militares das Medalhas das Forças Armadas, para além dos estabelecidos para cada Medalha, são os seguintes:

- a. Ter bom comportamento;
- b. A obrigatoriedade da confirmação pela entidade hierarquicamente superior, que exerça função de Comando, Direcção ou Chefia acerca das boas qualidades militares, morais e profissionais.

CAPITULO II DENOMINAÇÃO DAS MEDALHAS

Artigo 3º (Criação)

São criadas as seguintes Medalhas das Forças Armadas Angolanas, definidas por ordem hierárquica decrescente de importância:

- a. A Medalha da Palma Militar;
- b. A Medalha do Valor das Forças Armadas;
- c. A Medalha da Defesa Nacional;
- d. A Medalha Militar dos Serviços Distintos;
- e. A Medalha Militar do Tempo de Serviço;
- f. A Medalha Militar da Solidariedade e Manutenção de Paz;
- g. A Medalha das Comissões de Serviço Especial;
- h. A Medalha Comemorativa das Forças Armadas.

CAPITULO III HIERARQUIZAÇÃO E FINS

Artigo 4º (Medalha da Palma Militar)

1. A Medalha da Palma Militar compreende uma única classe é outorgada aos Generais/Almirantes que atinjam o topo da carreira, a quaisquer militar que atinjam o posto mais alto da sua Arma, Serviço, Especialidade e Classe, ou o topo da respectiva carreira, desde que a Comissão de avaliação da medalha enquadrem os outorgados numa das seguintes condições:
 - a. Tenham praticado actos relevantes realizados em prol do asseguramento da defesa militar da Nação e da garantia da ordem constitucional;
 - b. Tenham praticado actos heróicos de abnegação e valentia extraordinários;
 - c. Tenham praticado actos de grande coragem moral e de excepcional capacidade de decisão.
2. A Medalha da Palma Militar é a de maior hierarquia do subsistema das condecorações militares e constitui a mais alta distinção das Forças Armadas.

Artigo 5º
(Medalha do Valor das Forças Armadas)

1. A Medalha do Valor das Forças Armadas compreende três classes é outorgada aos militares, desde que a comissão da avaliação da medalha os enquadrem numa das seguintes situações:
 - a. Tenham praticado brilhantes e extraordinários actos de bravura, revelando audácia, desprezo pelo perigo e arrojo;
 - b. Tenham exercido firme e valorosa condução de operações de que haja resultado honra para as Forças Armadas Angolanas.
2. A Medalha do Valor das Forças Armadas pode ser concedida a título colectivo, a unidades militares regulares e orgânicas.

Artigo 6º
(Medalha da Defesa Nacional)

A Medalha da Defesa Nacional compreende três classes é outorgada aos militares, desde que a comissão da avaliação da medalha os enquadrem numa das seguintes situações:

- a. Que manifestem dotes de elevado carácter, espírito de obediência e aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias;
- b. Que pratiquem em elevado grau a virtude e a lealdade e revelem exemplares qualidades de abnegação e de sacrifício e nos seus actos demonstrem elevada moral e coragem.

Artigo 7º
(Medalha Militar dos Serviços Distintos)

A Medalha Militar dos Serviços Distintos compreendem três classes é outorgada aos militares, desde que a comissão da avaliação da medalha os enquadrem numa das seguintes situações:

- a. Reconheçam relevantes serviços de carácter militar, extraordinários e distintos;
- b. Reconheçam actos notáveis de quaisquer naturezas ligados a vida das Forças Armadas Angolanas.

Artigo 8º
(Medalha Militar do Tempo de Serviço)

A Medalha Militar do Tempo de Serviço compreende três classes é outorgada aos militares, desde que a comissão da avaliação da medalha determine que tenham servido ao longo da sua carreira com exemplar conduta moral e disciplinar e comprovado espírito de lealdade.

Artigo 9º
(Medalha Militar de Solidariedade e Manutenção de Paz)

1. A Medalha de Solidariedade e Manutenção de Paz compreende três classes é destinada a galardoar os militares, desde que a comissão da avaliação da medalha determine que os outorgados tenham praticado actos e feitos de bravura no decurso de operações de manutenção de paz, decorrentes dos compromissos internacionais assumidos pelas Forças Armadas.
2. A Medalha de Solidariedade e Manutenção de Paz pode ser concedida a título colectivo, a unidades militares regulares e orgânicas.

Artigo 10º
(Medalha das Comissões de Serviço Especial)

1. A Medalha das Comissões de Serviço Especial compreende uma única classe e é destinada a galardoar exclusivamente os militares, desde que a comissão da avaliação da medalha o enquadre numa das seguintes situações:
 - a. Que cumpram comissões de serviço no exterior do País;

- b. Que não tenham sido punidos com quaisquer pena disciplinar ou não lhes tenham sido aplicadas algumas das penas de foro criminal, no decurso das mesmas.
2. A Medalha das Comissões de Serviço Especial pode excepcionalmente ser concedida a militar estrangeiro.
3. Em caso de nova comissão de serviço no exterior, os militares já galardoados com a Medalha das Comissões de Serviço Especial, que reúnam as condições expressas no nº 1 para concessão de nova Medalha têm direito ao uso da nova medalha e da correspondente barrete.

Artigo 11º **(Medalha Comemorativa das Forças Armadas)**

1. A Medalha Comemorativa das Forças Armadas compreende uma única classe e é destinada a galardoar anualmente todos os militares, desde que a comissão da avaliação da medalha determine que os galardoados, cumulativamente satisfaçam os pressupostos gerais para outorga das medalhas, previstas no artigo 2º desta Lei.
2. São consideradas datas comemorativas nas Forças Armadas, por datas de comemoração, nomeadamente:
 - a. Dia da Força Aérea Nacional;
 - b. Dia da Marinha de Guerra de Angola;
 - c. Dia das Forças Armadas Angolanas;
 - d. Dia do Exército.

CAPITULO IV **USO**

Artigo 12º **(Legislação Aplicável)**

O uso das condecorações militares rege-se pelo disposto na Lei nº 14/02 de 18 de Outubro sobre as Bases do Sistema de Condecorações, Títulos Honoríficos e Distinções, pela presente Lei, regulamentos e demais legislação aplicável.

2. As dúvidas suscitadas na aplicação do presente diploma são resolvidas por Despacho do Ministro da Defesa Nacional, por proposta do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

Artigo 22º
(Revogação da legislação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei.

Artigo 23º
(Entrada em Vigor)

A presente Lei entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional em Luanda, aos ____ de _____ de 2008.

O Presidente da Assembleia Nacional, **Roberto de Almeida**.

Promulgada aos ____ de _____ de 2008.

Publique-se.

O Presidente da República, **José Eduardo dos Santos**.

ANEXO 4

REGULAMENTO DA MEDALHA MILITAR DO TEMPO DE SERVIÇO

ARTIGO 1º (CRIAÇÃO)

1. Por determinação da Lei nº ____2008 de ____ de ____, a Assembleia Nacional criou a Medalha Militar do Tempo de Serviço de várias classes.
2. A outorga da presente Medalha Militar do Tempo de Serviço reveste a forma de Despacho do Ministro da Defesa nacional a publicar no Diário da República IIª série.

ARTIGO 2º (CLASSES)

1. A Medalha Militar do Tempo de Serviço comporta três classes sendo confeccionadas:
 - a. A de 1ª classe em ouro;
 - b. A de 2ª Classe em prata;
 - c. A de 3ª classe em bronze.
2. A atribuição das várias classes da Medalha do Tempo de Serviço decorre da importância do feito e dos pressupostos estabelecidos para a sua atribuição pela comissão representativa da Medalha.

ARTIGO 3º (CARACTERÍSTICAS)

1. A Medalha Militar do Tempo de Serviço possui as seguintes características fundamentais:
2. É de três graus, ouro, prata e bronze e é formada por uma peça oval com 50mm de diâmetro com um contorno texturado com motivos tradicionais, à qual estão sobrepostos, um escudo elipsóide com o fundo esmaltado a preto, quatro punhais cruzados e na parte de cima da medalha existe uma estrela de cinco pontas.
3. O reverso está constituído em baixo relevo pela insígnia das Forças Armadas, envolvida em forma semicircular pelas inscrições "Forças Armadas Angolanas".

ARTIGO 5º
(IMPOSIÇÃO E ENTREGA)

1. A cerimónia de imposição e entrega da Medalha do Valor das Forças Armadas é feita preferencialmente em qualquer data marcada pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e comunicada pela Direcção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General.
2. A imposição e entrega da Medalha do Valor das Forças Armadas é feita directamente à pessoa condecorada e deve revestir forma solene.
3. O acto de investidura é presidido pelo Chefe do Estado Maior General ou por outra entidade especialmente designada para este fim.

ARTIGO 6º
(EXCEPÇÕES DE IMPOSIÇÃO E ENTREGA)

1. Nos casos de impossibilidade física absoluta ou de atribuição a título póstumo, a insígnia e os documentos acreditadores da condecoração podem ser entregues a um dos seus familiares, desde que se lhe reconheça idoneidade para tal pela ordem seguinte:
 - a. Cônjuge sobrevivente;
 - b. Filhos maiores;
 - c. Ascendentes;
2. Outra pessoa que por laços familiares ou afectivos mereça e tenha idoneidade para tal.
3. As pessoas acima referidas não dispõem do direito ao uso da insígnia e da sua barrete representativa.
4. Não existindo nenhuma das pessoas acima mencionadas, a Direcção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General decide sobre o destino à dar à insígnia e os respectivos documentos acreditadores, com vista a sua guarda e conservação.

ARTIGO 7º (DEVERES)

Os outorgados com a Medalha Militar do Tempo de Serviço têm os seguintes deveres:

- a. Pautar a sua conduta de acordo com os ditames da urbanidade, da probidade e da ética social;
- b. Fazer uso prudente e adequado da Medalha Militar do Tempo de Serviço de acordo com as normas estabelecidas;
- c. Defender e primar pelo prestígio e pela dignidade do País;
- d. Assumir uma atitude positiva em relação às causas justas da humanidade, direitos do homem e da paz;
- e. Cumprir o estipulado neste regulamento.

ARTIGO 8º (Uso)

1. A insígnia da Medalha Militar do Tempo de Serviço ou a sua Barrete representativa devem ser usadas nas seguintes circunstâncias:
 - a. As Medalhas, em cerimónias solenes, eventos e em especial nos cerimoniais militares;
 - b. As Barretes, regularmente nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos das Forças Armadas Angolanas.
2. Fica expressamente proibido o uso da insígnia quer em actos que possam afectar a sua dignidade e o seu prestígio, quer em batas, roupas desportivas, roupas de trabalho e capas.

ARTIGO 9º (ORDEM DE HIERARQUIA)

A Medalha Militar do Tempo de Serviço é colocada e usada no lado esquerdo do peito, de acordo com a ordem de precedência estabelecida na lei.

podem assumir a guarda ou a conservação da condecoração, de modo a garantir o prestígio e a dignidade da mesma.

ARTIGO 17º
(DEVER DE INFORMAR)

Os familiares ou outras entidades que tenham conhecimento do falecimento de um agraciado com a Medalha Militar do Tempo de Serviço devem informar à Direcção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General.

ARTIGO 18º
(DÚVIDAS E OMISSÕES)

As dúvidas e omissões que suscitarem da interpretação do presente regulamento são resolvidas por recurso à Lei nº 14/02 de 18 de Outubro, a Lei que cria as condecorações militares, bem como a este regulamento e decididas pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

Luanda, aos _____ de _____ de 2008.

O Presidente da Assembleia Nacional, **Roberto António Victor Francisco de Almeida.**

O Presidente da República, **José Eduardo dos Santos.**

ANEXO 5

REGULAMENTO DA MEDALHA DA PALMA MILITAR

ARTIGO 1º (CRIAÇÃO)

1. Por determinação da Lei nº ____/2008 de ____ de _____, a Assembleia Nacional criou a Medalha da Palma Militar de uma única classe.
2. A outorga da presente Medalha da Palma Militar reveste a forma de Despacho do Ministro da Defesa Nacional a publicar no Diário da República IIª série.

ARTIGO 2º (CLASSES)

1. A Medalha da Palma Militar compreende uma única classe sendo confeccionada em ouro.
2. A atribuição da classe da Medalha da Palma Militar decorre da importância do feito e dos pressupostos específicos estabelecidos para a sua atribuição pela comissão representativa da Medalha.

ARTIGO 3º (CARACTERÍSTICAS)

A Medalha da Palma Militar possui as seguintes características fundamentais:

1. É de grau único de ouro e é formada por um círculo com 50mm de diâmetro com o fundo circular raiado em negro esmaltado, à qual estão sobrepostos uma estrela de cinco pontas, um escudo elipsóide e duas palmas com um mapa de Angola no centro.
2. O reverso está constituído em baixo relevo pela Insígnia das Forças Armadas, envolvida em forma semi-circular pelas inscrições "Forças Armadas Angolanas".
3. A Medalha pende mediante três argolas cruzadas presas a um passador do mesmo material.
4. Segue-se uma fita de "seda chamalotada" de forma rectangular com 25mm de largura e 30mm de comprimento subdividida da esquerda para a direita da seguinte forma:

- a. Cinco faixas começando e terminando em preto passando a vermelho e com uma faixa central em dourado;
- b. A Barrete representativa é de forma rectangular medindo 25mm de largura e 10mm de altura, sendo coberta por uma fita de "seda chamalotada" com as mesmas faixas coloridas que as da fita onde pende a medalha. Ao centro encontra-se o mapa de Angola sobre o escudo;
- c. A Barrete e a fita na qual pende a medalha têm no verso um alfinete de segurança.

ARTIGO 4º (OUTORGA)

- 1. A Medalha da Palma Militar outorga-se aos militares das Forças Armadas nas seguintes condições:
 - a. Que tenham praticado actos relevantes realizados em prol do asseguramento da defesa militar da Nação e da garantia da ordem constitucional;
 - b. Que tenham praticado actos heróicos de abnegação e valentia extraordinários;
 - c. Que tenham praticado os actos de grande coragem moral;
 - d. Que tenham praticado os actos de excepcional capacidade de decisão, quer nas acções combativas como em tempo de paz;
 - e. Que tenham praticado os actos praticados em circunstâncias em que o agraciado tenha exposto consciente e deliberadamente a sua vida perante comprovado ou presumível perigo.
- 2. A Medalha da Palma Militar pode ser outorgada a título póstumo.

ARTIGO 5º (IMPOSIÇÃO E ENTREGA)

- 1. A cerimónia de imposição e entrega da Medalha da Palma Militar é feita preferencialmente em qualquer data marcada pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e comunicada pela Direcção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General.
- 2. A imposição e entrega da Medalha da Palma Militar é feita directamente à pessoa condecorada e deve revestir forma solene.

ARTIGO 8º
(Uso)

1. A insígnia da Medalha da Palma Militar ou a sua Barrete representativa devem ser usadas nas seguintes circunstâncias:
 - a. As Medalhas, em cerimónias solenes, eventos e em especial nos cerimoniais militares;
 - b. As Barretes, regularmente nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos das Forças Armadas Angolanas.
2. Fica expressamente proibido o uso da insígnia quer em actos que possam afectar a sua dignidade e o seu prestígio, quer em batas, roupas desportivas, roupas de trabalho e capas.

ARTIGO 9º
(ORDEM DE HIERARQUIA)

A Medalha da Palma Militar é colocada e usada no lado esquerdo do peito, de acordo com a ordem de precedência estabelecida na lei.

ARTIGO 10º
(RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR)

O agraciado com a Medalha da Palma Militar incorre em responsabilidade disciplinar sempre que viole os deveres previstos na Lei nº 14/02 de 18 de Outubro, na Lei que cria as condecorações militares e no presente regulamento, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, que haja lugar.

ARTIGO 11º
(UTILIZAÇÃO INDEVIDA)

É sancionado nos termos da Lei nº 14/02, de 18 de Outubro, com pena de prisão não superior a seis meses e multa correspondente, a venda, a oferta, a entrega na qualidade de penhor ou garantia, da insígnia ou da sua barrete representativa, bem como o seu uso por pessoas não autorizadas.

ARTIGO 18º
(DÚVIDAS E OMISSÕES)

As dúvidas e omissões que suscitarem da interpretação do presente regulamento são resolvidas com recurso à Lei nº 14/02 de 18 de Outubro, a Lei que cria as condecorações militares, bem como ao seu regulamento e decididas pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

Luanda, ____ de ____ de 2008.

O Presidente da Assembleia Nacional, **ROBERTO ANTÓNIO VICTOR FRANCISCO DE ALMEIDA.**

O Presidente da República, **JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.**

ANEXO 6

REGULAMENTO DA MEDALHA DO VALOR DAS FORÇAS ARMADAS

ARTIGO 1º (CRIAÇÃO)

1. Por determinação da Lei nº ____/2008 de ____ de ____ a Assembleia Nacional criou a Medalha do Valor das Forças Armadas de várias classes.
2. A outorga da Medalha do Valor das Forças Armadas reveste a forma de Despacho do Ministro da Defesa Nacional a publicar no Diário da República IIª série.

ARTIGO 2º (CLASSES)

1. A Medalha Estrela do Valor das Forças Armadas comporta três classes sendo confeccionadas:
 - a. A de 1ª Classe em ouro;
 - b. A de 2ª Classe em prata;
 - c. A de 3ª Classe em bronze.
2. A atribuição das várias classes da Medalha do Valor das Forças Armadas decorre da importância do feito e dos pressupostos estabelecidos para a sua atribuição pela comissão representativa da Medalha.

ARTIGO 3º (CARACTERÍSTICAS)

A Medalha do Valor das Forças Armadas possui as seguintes características fundamentais:

1. É de três graus, ouro, prata e bronze e é formada por um círculo com 50mm de diâmetro com um contorno texturado com motivos tradicionais, à qual estão sobrepostos uma estrela de cinco pontas, um escudo elipsóide e sobre estes elementos um mapa de Angola.
2. O reverso está constituído em baixo relevo pela Insígnia das Forças Armadas, envolvida em forma semi-circular pelas inscrições "Forças

Armadas Angolanas".

3. A Medalha pende mediante três argolas cruzadas.
4. Segue-se uma fita de "seda chamalotada" de forma rectangular com 25mm de largura e 30mm de comprimento que está sobreposta em forma de leque subdividida da esquerda para a direita da seguinte forma:
 - a. A de ouro tem três faixas começando em preto terminando em verde com uma faixa amarela a meio;
 - b. A de prata tem seis faixas começando em preto terminando em verde com uma duas amarelas a meio;
 - c. A de bronze tem apenas uma faixa preta e o restante em verde.
 - d. As Barretes representativas são de forma rectangular medindo 25mm de largura e 10mm de altura, sendo coberta por uma fita de "seda chamalotada" com as mesmas faixas coloridas que as das fitas onde pendem as medalhas.
 - e. A Barrete e a fita na qual pende a medalha têm no verso um alfinete de segurança.

ARTIGO 4º (OUTORGA)

1. A Medalha do Valor das Forças Armadas é outorgada aos militares das Forças Armadas Angolanas nas seguintes condições:
 - a. Tenham oposto forte resistência armada em acções combativas;
 - b. Tenham praticado com grande valor e raro exemplo de abnegação e coragem, quer em situação de guerra ou em tempo de paz, actos de que resulte excepcional honra e glória para as Forças Armadas;
 - c. Tenham demonstrado um comportamento exemplar, firme e notável na condução de operações militares;
 - d. Tenham evidenciado alta noção de grandeza do dever e da disciplina militar;
 - e. Em tempo de paz tenham praticado actos extraordinários de abnegação, decisão e valentia, para submeter pelas armas, a obediência e a disciplina, elementos ou forças por qualquer forma constituídas em rebelião, ou por força de acções armadas de qualquer natureza.
2. A Medalha do Valor das Forças Armadas pode ser outorgada a título póstumo.

podem assumir a guarda ou a conservação da condecoração, de modo a garantir o prestígio e a dignidade da mesma.

ARTIGO 17º
(DEVER DE INFORMAR)

Os familiares ou outras entidades que tenham conhecimento do falecimento de um agraciado com a Medalha do Valor das Forças Armadas devem informar à Direcção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General.

ARTIGO 18º
(DÚVIDAS E OMISSÕES)

As dúvidas e omissões que suscitarem da interpretação do presente regulamento são resolvidas por recurso à Lei nº 14/02 de 18 de Outubro, a Lei que cria as condecorações militares, bem como a este regulamento e decididas pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

Luanda, aos ____ de ____ de 2008.

O Presidente da Assembleia Nacional, **Roberto António Victor Francisco de Almeida**

O Presidente da República, **José Eduardo dos Santos**

_____ //

ANEXO 7

REGULAMENTO DA MEDALHA COMEMORATIVA DAS FORÇAS ARMADAS

ARTIGO 1º (CRIAÇÃO)

1. Por determinação da Lei nº ____/20__ de ____ de ____, a Assembleia Nacional criou a Medalha Comemorativa das Forças Armadas de uma única classe.
2. A outorga da Medalha Comemorativa das Forças Armadas reveste a forma de Despacho do Ministro da Defesa Nacional a publicar no Diário da República IIª série.

ARTIGO 2º (CLASSES)

1. A Medalha Comemorativa das Forças Armadas compreende uma única classe sendo confeccionada em bronze e tem a forma de medalhão.
2. A atribuição da classe da Medalha Comemorativa das Forças Armadas decorre da importância do feito e dos pressupostos estabelecidos para a sua atribuição pela comissão representativa da Medalha.

ARTIGO 3º (CARACTERÍSTICAS)

A Medalha Militar Comemorativa das Forças Armadas possui as seguintes características fundamentais:

- a. É uma peça circular com 80mm de diâmetro tem um círculo raiado esmaltado a preto à qual estão sobrepostos uma estrela de cinco pontas, um escudo elipsóide e duas palmas que os circundam com o mapa de Angola no centro e um punhal vertical.
- b. O reverso está constituído em baixo relevo pela Insígnia das Forças Armadas, envolvida em forma semi-circular pelas inscrições "Forças Armadas Angolanas".

**ARTIGO 4º
(OUTORGA)**

1. A Medalha Comemorativa das Forças Armadas é outorgada aos militares das Forças Armadas Angolanas nas seguintes condições:
 - a. Pela ocorrência de actos praticados nos períodos dos respectivos anos de instrução na execução das actividades de preparação combativa nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos;
 - b. Pela comemoração das datas comemorativas instituídas nas Forças Armadas Angolanas.
2. A Medalha Comemorativa das Forças Armadas pode ser outorgada a título póstumo.

**ARTIGO 5º
(IMPOSIÇÃO E ENTREGA)**

1. A cerimónia de entrega da Medalha Comemorativa das Forças Armadas é feita preferencialmente em qualquer data marcada pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e comunicada pela Direcção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General.
2. A entrega da Medalha Comemorativa das Forças Armadas é feita directamente à pessoa condecorada e deve revestir forma solene.
3. O acto de investidura é presidido pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas ou por outra entidade especialmente designada para este fim.

**ARTIGO 6º
(EXCEPÇÕES DE IMPOSIÇÃO E ENTREGA)**

1. Nos casos de impossibilidade física absoluta ou de atribuição a título póstumo, a insígnia e os documentos acreditadores da condecoração podem ser entregues a um dos seus familiares, desde que se lhe reconheça idoneidade para tal pela ordem seguinte:
 - a. Cônjuge sobrevivente;
 - b. Filhos maiores;
 - c. Ascendentes;
 - d. Outra pessoa que por laços familiares ou afectivos mereça e tenha idoneidade para tal.

ARTIGO 10º
(UTILIZAÇÃO INDEVIDA)

É sancionado nos termos da Lei nº 14/02, de 18 de Outubro, com pena de prisão não superior a seis meses e multa correspondente, a venda, a oferta, a entrega na qualidade de penhor ou garantia, da insígnia ou sua barrete representativa, bem como o seu uso por pessoas não autorizadas.

ARTIGO 11º
(PRIVAÇÃO OU SUSPENSÃO DO DIREITO)

1. O direito ao uso da Medalha Comemorativa das Forças Armadas pode ser suspenso ou extinto quando ocorra alguma das circunstâncias seguintes:
 - a. Condenação por delito que provoque indignação pública;
 - b. Manifestação evidente de uma conduta incompatível com a posse da Medalha;
 - c. Incumprimento dos deveres estabelecidos no artigo 7º deste regulamento, na Lei nº 14/02 de 18 de Outubro e na Lei que cria as condecorações militares.
2. Cabe a Direcção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General o registo da privação do direito ao uso da condecoração e a instrução do processo relativo à privação ou suspensão da mesma.
3. A entidade a quem se prive ou se suspenda o direito ao uso da Medalha Comemorativa das Forças Armadas é obrigada a proceder a devolução de todos os documentos e as insígnias à Direcção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General.

ARTIGO 12º
(RESTABELECIMENTO DO DIREITO)

1. O direito à outorga ou a posse da Medalha Comemorativa das Forças Armadas pode ser restabelecido a pedido da parte interessada ou organismo competente relativamente à pessoa condenada em processo-crime ou de outra natureza por factos que constituem crime ou provoquem indignação pública, que sido reabilitada ou amnistiada e mantenha posteriormente uma conduta adequada ao direito a receber e usar a Medalha.
2. O pedido a que se refere o número anterior deve ser acompanhado da prova correspondente.

ARTIGO 17º
(DÚVIDAS E OMISSÕES)

As dúvidas e omissões que suscitarem da interpretação do presente regulamento são resolvidas por recurso à Lei nº 14/02 de 18 de Outubro, a Lei que cria as condecorações militares, bem como a este regulamento e decididas pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

Luanda, aos _____ de _____ de 20__.

O Presidente da Assembleia Nacional, **ANTÓNIO PAULO CASSOMA**

O Presidente da República, **JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.**

ANEXO 8

REGULAMENTO DA MEDALHA DA DEFESA NACIONAL

ARTIGO 1º (CRIAÇÃO)

1. Por determinação da Lei nº ____/2008 de ____ de ____, a Assembleia Nacional criou a Medalha da Defesa Nacional de várias classes.
2. A outorga da presente Medalha da Defesa Nacional reveste a forma de Despacho do Ministro da Defesa Nacional a publicar no Diário da República IIª série.

ARTIGO 2º (CLASSES)

1. A Medalha da Defesa Nacional comporta três classes sendo confeccionadas:
 - a. A de 1ª Classe em ouro;
 - b. A de 2ª Classe em prata;
 - c. A de 3ª Classe em bronze.
2. A atribuição das várias classes da Medalha da Defesa Nacional decorre da importância do feito e dos pressupostos estabelecidos para a sua pela comissão representativa da Medalha.

ARTIGO 3º (CARACTERÍSTICAS)

A Medalha da Defesa Nacional possui as seguintes características fundamentais:

1. É de três graus ouro, prata e bronze e é formada por uma peça circular com 50mm de diâmetro à qual estão sobrepostos, um mapa de Angola, um escudo elipsóide uma rosa-dos-ventos com oito estrelas intercaladas.
2. O reverso está constituído em baixo relevo pela Insígnia das Forças Armadas, envolvida em forma semicircular pelas inscrições "Forças Armadas Angolanas".
3. A Medalha pende mediante três argolas cruzadas.
4. Segue-se uma fita de "seda chamalotada" de forma rectangular que está sobreposta em forma de leque com 25mm de largura e 30mm de comprimento subdividida da esquerda para a direita da seguinte forma:

- a. A de ouro tem sete faixas que começam e terminam em preto têm faixas amarelas e no centro uma preta ladeada por duas vermelhas;
- b. A de prata tem nove faixas começando e terminando em preto, tem faixas amarelas e no centro duas pretas ladeadas por três vermelhas;
- c. A de bronze tem cinco faixas começando e terminando em preto, faixas amarelas e uma central vermelha;
- d. As barretes representativas são de forma rectangular medindo 25mm de largura e 10mm de altura, sendo coberta por uma fita de "seda chamalotada" com as mesmas faixas coloridas que as das fitas onde pendem as medalhas;
- e. A barrete e a fita na qual pende a medalha têm no verso um alfinete de segurança.

ARTIGO 4º (OUTORGA)

1. A Medalha da Defesa Nacional é outorgada aos militares das Forças Armadas Angolanas nas seguintes condições:
 - a. Tenham revelado elevados dotes de carácter, espírito de obediência e aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias;
 - b. Tenham demonstrado dotes de elevado grau de virtude, lealdade e de exemplar qualidade de abnegação e de sacrifício, demonstrando coragem e elevada moral.
2. A Medalha da Defesa Nacional pode ser outorgada a título póstumo.

ARTIGO 5º (IMPOSIÇÃO E ENTREGA)

1. A cerimónia de imposição e entrega da Medalha da Defesa Nacional é feita em qualquer data marcada pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e comunicada pela Direcção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General.
2. A imposição e entrega da Medalha da Defesa Nacional é feita directamente à pessoa condecorada e deve revestir forma solene.

ARTIGO 18º
(DÚVIDAS E OMISSÕES)

As dúvidas e omissões que suscitarem da interpretação do presente regulamento são resolvidas por recurso à Lei nº 14/02 de 18 de Outubro, a Lei que cria as condecorações militares, bem como a este regulamento e decididas pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

Luanda, aos _____ de _____ de 2008.

O Presidente da Assembleia Nacional, **Roberto António Victor Francisco de Almeida.**

O Presidente da República, **José Eduardo dos Santos.**

ANEXO 9

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei N.º _____

de _____ de _____

Decorrida mais de uma década desde a constituição das Forças Armadas Angolanas, torna-se necessário sistematizar um conjunto de normas que, no essencial, permitam dar satisfação às legítimas expectativas dos militares no âmbito da sua carreira e assegurem um adequado equilíbrio da estrutura hierárquica das Forças Armadas.

Assim, convindo definir a hierarquia dos postos militares das Forças Armadas Angolanas, de modo a harmonizar, em todas as circunstâncias, relações de autoridade e subordinação entre os militares.

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea b) do artigo 161.º, da alínea j) do artigo 164.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte:

LEI DOS POSTOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

Artigo 1º (Objecto)

A Lei dos Postos Militares tem por objecto definir e estabelecer a hierarquia dos postos militares das Forças Armadas Angolanas.

Artigo 2º (Âmbito)

A presente Lei é aplicável a todos os militares das Forças Armadas, independentemente da situação e forma de prestação de serviço militar.

Artigo 3º (Hierarquia militar)

1. A hierarquia militar tem por finalidade estabelecer, em todas as circunstâncias, relações de autoridade e subordinação entre os militares e é determinada pelos postos, antiguidades e precedências.
2. A hierarquia funcional decorre dos cargos e funções militares, devendo respeitar a hierarquia dos postos e antiguidade dos militares, ressalvados os casos em que a lei determine de forma diferente.
3. As escalas hierárquicas dos militares são organizadas por ordem decrescente de postos e dentro destes, pela antiguidade relativa.

Artigo 4º (Posto Militar)

1. O posto é a posição que na respectiva categoria, o militar ocupa no âmbito da sua carreira.
2. Cada posto militar corresponde a um conjunto de qualificações, exercício de cargos, responsabilidades, antiguidades e outras especificações próprias das Forças Armadas.
3. O conteúdo de cada posto militar e os respectivos aspectos intrínsecos e extrínsecos são definidos em sede de regulamentos militares.
4. Os postos militares são estruturados por categorias e subcategorias que se diferenciam por um aumento da actividade, da responsabilidade e da complexidade funcional.
5. A hierarquia dos postos militares, as categorias e subcategorias em que se estruturam são as seguintes:

5.1. Categoria de Oficiais:

a. Subcategoria de Oficiais Gerais

- i) General de Exército (General de Aviação e Almirante da Armada);
- ii) Coronel General (Almirante);
- iii) Tenente General (Vice-Almirante);
- iv) Major General (Contra-Almirante).

b. Subcategoria de Oficiais Superiores:

- i) Coronel (Capitão-de-Mar-e-Guerra);
- ii) Tenente-Coronel (Capitão de Fragata);
- iii) Major (Capitão de Corveta).

c. Subcategoria de Oficiais Capitães:

- i) Capitão (Tenente de Navio).

d. Subcategoria de Oficiais Subalternos:

- i) Tenente (Tenente de Fragata);
- ii) Sub-Tenente (Tenente de Corveta);
- iii) Aspirante (Sub-Tenente).

5.2 Categoria de Sargentos:

- i) Sargento-Maior;
- ii) Sargento-Chefe;
- iii) Sargento-Ajudante;
- iv) 1º Sargento;
- v) 2º Sargento;
- vi) Sub-Sargento.

5.3 Categoria de Praças:

- i) 1º Cabo (Cabo);
 - ii) 2º Cabo (Marinheiro);
 - iii) Soldado (Grumete).
6. Os alunos, enquanto na frequência do curso de formação de oficiais, sargentos ou praças são designados por soldado-cadete, soldado-instruendo ou soldado-recruta, respectivamente, conforme a categoria a que se destina.
7. Os alunos dos cursos de formação de oficiais podem ter graduações correspondentes ao ano do curso que frequenta e respectivas honras militares constantes de legislação própria.

Artigo 5º

(Posto do Chefe do Estado Maior General)

O posto de General-de-Exército, General-de-Avição e de Almirante da Armada é outorgado, por promoção, ao Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas.

Artigo 6º

(Acesso aos Postos Militares)

O acesso aos postos militares e as condições de promoção são estabelecidas na Lei de Carreiras dos Militares e demais legislação complementar.

Artigo 7º

(Transição dos Postos Militares)

- 1. Transita automaticamente para os postos militares estabelecidos na presente Lei, o militar que ostenta o posto militar equivalente, independentemente da situação de serviço ou de efectividade em que se encontra.
- 2. Transita automaticamente para o posto de Sargento-chefe, o Sargento-ajudante da Marinha de Guerra Angolana.

Artigo 8º

(Correspondência entre Postos e Cargos)

Os Quadros Orgânicos das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos das Forças Armadas, estabelecem os cargos orgânicos correspondentes a cada um dos postos militares, previstos na presente Lei.

Artigo 9º
(Exclusividade)

1. Os postos militares das Forças Armadas, são privativos e simbolizam a autoridade militar com as prerrogativas que lhes são inerentes.
2. Não é permitido estabelecer quaisquer equiparações dos postos militares, com os de outros organismos que utilizam postos na sua organização hierárquica.

Artigo 10º
(Patentes Militares)

1. Os postos militares são representados pelas patentes militares.
2. As patentes militares são dos seguintes tipos:
 - a. De gala;
 - b. De passeio;
 - c. De campanha.
3. As características, especificações distintivas de cada patente militar e o respectivo uso, são definidos no regulamento de uniformes e distintivos das Forças Armadas Angolanas.

Artigo 11º
(Dúvidas e Omissões)

As dúvidas e omissões que resultem da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pela Assembleia Nacional.

Artigo 12º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei.

Artigo 13º
(Entrada em Vigor)

Este diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda aos ____ de ____ de ____.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL – **António Paulo Kassoma.**

Promulgada em ____ de ____ de ____.

Publique-se.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA – **José Eduardo dos Santos.**

ANEXO 10

ANEXO C QUE SE REFERE OS ARTIGOS 3.º, 4.º E 5.º DA LEI N.º _____, DE _____/_____/_____

DESCRIÇÃO DOS DISTINTIVOS DOS POSTOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

Os distintivos dos postos militares a que se refere os artigos 3.º, 4.º e 5.º da Lei n.º _____, de ____/____/____, a fixar em passadeiras de veludo e feltro para Generais, Oficiais, Sargentos e Praças, são os seguintes:

FIGURA N.º 1A – 2.º CABO DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de feltro de cor verde escuro com a forma rectangular de 6cm de largura e 9cm de comprimento com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira a 0,5cm da orla do lado da gola, formando entre si um ângulo de 120º bordadas a linha vermelha e uma divisa de fita de seda vermelha costurada, com 0,6cm de largura que vai da orla lateral anterior à posterior em forma de "V" com abertura de 120º virada para a orla do lado da gola e o vértice à 1cm da orla do lado da manga.

FIGURA N.º 1B – 2.º CABO DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de feltro de cor azul marinho, com a mesma configuração, dimensões e uma divisa igual a descrita na figura 1A com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de altura fixadas no eixo maior da passadeira a 1cm da orla do lado da gola bordadas a linha vermelha.

FIGURA N.º 1.C – MARINHEIRO

Patente constituída por uma passadeira de feltro de cor azul escuro, com a mesma configuração, dimensões e uma divisa igual a descrita na figura 1A, com uma âncora de 2cm de comprimento e 1,5 de largura bordada em bisel a linha vermelha com a origem fixada a 0,5cm da orla do lado da gola e a extremidade virada para a divisa.

FIGURA N.º 2A – 1.º CABO DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de feltro de cor verde escuro com a mesma configuração, dimensões e duas armas iguais as descritas na figura nº 1A, e com duas divisas de fita de seda vermelha, costuradas, com 0,6cm de largura, separadas entre si a 0,4cm de distância que vão da orla lateral anterior à posterior em forma de "V" com abertura de 120º virada para a orla do lado da gola e o vértice à 1cm da orla do lado da manga.

FIGURA N.º 2B – 1.º CABO DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de feltro de cor azul marinho, com a mesma configuração, dimensões e duas divisas iguais às descritas na figura n.º 2A com duas asas de 4cm de comprimento e 0,8 de altura, abertas, fixadas no eixo maior da passadeira a 1cm da orla do lado da gola, bordadas a linha vermelha.

FIGURA N.º 2C – CABO DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de feltro de cor azul escuro, com a mesma configuração, dimensões e duas divisas iguais às descritas na figura n.º 2A com uma âncora de 2,5cm de comprimento e 1,5cm de largura, com a origem fixada no eixo maior da passadeira a 0,5cm da orla do lado da gola e a extremidade virada para a divisa, bordada à linha vermelha.

FIGURA N.º 3A – SUB-SARGENTO DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de feltro de cor verde escuro com a forma rectangular de 6cm de largura e 9cm de comprimento com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola formando entre si um ângulo de 120º bordadas à linha dourada e duas divisas de fita de sutache com 0,6cm de largura, separadas entre si a 0,4cm de distância, que vão da orla lateral anterior à posterior em forma de "Λ" com abertura de 120º, virada para orla do lado da manga e o vértice para a orla do lado da gola.

FIGURA N.º 3B – SUB-SARGENTO DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de feltro de cor azul marinho, com a mesma configuração, dimensões e duas divisas iguais as descritas na figura nº 3 A com duas asas abertas de 4Cm de comprimento e 0,8 de largura fixadas no eixo superior de passadeira a 1cm da orla do lado da gola bordadas em bisel a linha dourada.

FIGURA N.º 3C– SUB-SARGENTO DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de feltro de cor azul marinho, com a mesma configuração, dimensões e duas divisas iguais as descritas na figura nº 3 A com uma âncora de 2,5cm de comprimento e 1,5cm de largura, com a origem fixada no eixo maior da passadeira a 0,5cm da orla do lado da gola e a extremidade virada para a divisa, bordada à linha dourada.

FIGURA N.º 4A – SEGUNDO SARGENTO DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de lã cor verde escuro com a forma rectangular de 6cm de largura e 9cm de comprimento com duas armas iguais as descritas na figura 3A e três divisas de fita de sutache dourada costuradas com 0,6 cm de largura, separadas a 0,4cm de distância, que vão da orla lateral anterior à

posterior em forma de “Λ” com abertura de 120º, virada para orla do lado da manga e o vértice para a orla do lado da gola.

FIGURA N.º 4B – SEGUNDO SARGENTO DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul marinho, com a mesma configuração, dimensões e três divisas iguais as descritas na figura n.º 4A com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior da passadeira, à 1cm da orla do lado da gola bordadas em bisel à linha dourada.

FIGURA N.º 4C –SEGUNDO SARGENTO DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul escuro, com a mesma configuração, dimensões e três divisas iguais as descritas na figura n.º 4A com uma âncora bordada em bisel dourada com 2,5cm de comprimento e 1,5cm de largura, com a origem fixada no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola e a extremidade virada para o vértice da divisa.

FIGURA N.º 5A – PRIMEIRO SARGENTO DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de lã cor verde escuro com a forma rectangular de 6cm de largura e 9cm de comprimento com duas armas iguais as descritas na figura 3A e quatro divisas de fita de sutache dourada costuradas com 0,6 cm de largura, separadas a 0,4cm de distância, que vão da orla lateral anterior à posterior em forma de “Λ” com abertura de 120º, virada para orla do lado da manga e o vértice para a orla do lado da gola.

FIGURA N.º 5B – PRIMEIRO SARGENTO DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul marinho, com a mesma configuração, dimensões e quatro divisas iguais as descritas da figura n.º 4A com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior da passadeira, à 1cm da orla do lado da gola bordadas em bisel à linha dourada.

FIGURA N.º 5C – PRIMEIRO SARGENTO DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul escuro, com a mesma configuração, dimensões e quatro divisas iguais as descritas na figura n.º 4A com uma âncora bordada em bisel dourada com 2,5cm de comprimento e 1,5cm de largura, com a origem fixada no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola e a extremidade virada para o vértice da divisa.

FIGURA N.º 6 A - SARGENTO AJUDANTE DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor verde escuro com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola bordadas à linha dourada e três divisas de fita de sutache douradas, costuradas, com 0,6cm de largura, separadas entre si a 0,4cm de distância,

que vão da orla lateral anterior à posterior sendo uma horizontal, paralela a extremidade do lado da manga e as outras duas em forma de "Λ" com abertura de 120º, viradas para o sentido da manga e o vértice para a orla do lado da gola.

FIGURA N.º 6 B - SARGENTO AJUDANTE DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul marinho, com a mesma configuração, dimensões e três divisas iguais as descritas na figura nº 6A e duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior de passadeira a 1cm da orla do lado da gola bordas em bisel a linha dourada.

FIGURA N.º 6 C - SARGENTO AJUDANTE DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul escuro, com a mesma configuração, dimensões e três divisas iguais às descritas na figura n.º 6A com uma âncora bordada em bisel dourada com 2,5cm de comprimento e 1,5cm de largura, com a origem fixada no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola e a extremidade virada para o vértice da divisa.

FIGURA N.º 7A- SARGENTO CHEFE DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor verde escuro com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola bordadas à linha dourada e quatro divisas de fitas de sutache douradas, costuradas, com 0,6cm de largura, separadas entre si a 0,4cm de distância, que vão da orla lateral anterior à posterior sendo uma horizontal, paralela a extremidade do lado da manga e as outras três em forma de "Λ" com abertura de 120º, viradas para o sentido da orla do lado da manga e o vértice para a orla do lado da gola.

FIGURA N.º 7 B - SARGENTO CHEFE DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul marinho, com a mesma configuração, dimensões e quatro divisas iguais as descritas na figura nº 6A e duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8 de largura fixadas no eixo maior de passadeira a 1cm do lado da gola a bordas em bisel a linha dourada.

FIGURA N.º 7 C - SARGENTO CHEFE DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul escuro, com a mesma configuração, dimensões e quatro divisas iguais as descritas na figura nº 6A com uma âncora bordada em bisel dourada com 2,5cm de comprimento e 1,5cm de largura, com a origem fixada no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola e a extremidade virada para o vértice da divisa.

FIGURA N.º 8 A - SARGENTO MAIOR DA EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor verde escuro com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola bordadas à linha dourada e cinco divisas de fitas de sutache douradas costuradas com 0,6cm de largura, separadas entre si a 0,4cm de distância, que vão da orla lateral anterior à posterior sendo uma horizontal, paralela a extremidade da orla do lado da manga e as outras quatro em forma de "Λ" com abertura de 120º, viradas para o sentido da manga e o vértice para a orla do lado da gola.

FIGURA N.º 8 B - SARGENTO MAIOR DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul marinho, com a mesma configuração, dimensões e cinco divisas iguais as descritas na figura nº 8A e duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior de passadeira a 1cm da orla do lado da gola bordadas em bisel a linha dourada.

FIGURA N.º 8C - SARGENTO MAIOR DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul escuro, com a mesma configuração, dimensões e cinco divisas iguais as descritas na figura nº 8A com uma âncora bordada em bisel dourada, com 2,5cm de comprimento e 1,5cm de largura, com a origem fixada no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola e a extremidade virada para o vértice da divisa.

FIGURA N.º 9A – ASPIRANTE DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de feltro de cor verde escuro com a forma rectangular de 6cm de largura e 9cm de comprimento com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola bordadas à linha dourada. A passadeira do lado direito possui um galão em fita de sutache dourada com 1cm de largura colocado na diagonal dividindo a passadeira em dois triângulos rectângulos isósceles com o ângulo de 60º na parte traseira da orla do lado da manga e de 30º na parte dianteira da orla do lado gola.

FIGURA N.º 9B – ASPIRANTE DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de feltro de cor azul marinho, com a mesma configuração e dimensões da figura 9A, com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior de passadeira a 1cm da orla do lado da gola bordadas em bisel a linha dourada. A passadeira do lado direito possui um galão em fita de sutache dourada, costurado, com 1cm de largura posicionado na diagonal dividindo a passadeira em dois triângulos rectângulos isósceles com o ângulo de 60º na parte traseira da orla do lado da manga e de 30º na parte dianteira da orla do lado gola.

FIGURA N.º 9C – SUB-TENENTE DA MARINHA

Patente constituída por uma passadeira de feltro de cor azul marinho, com a mesma configuração e dimensões da figura 9A, com duas âncoras de 1,5cm de comprimento cada, cruzadas, formando entre si um ângulo de 120º, fixadas no eixo maior da passadeira a 1cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada e um galão de fita de sutache dourada com 1cm de largura, costurado, colocado na linha paralela à orla do lado da manga a 0,5cm de distância da sua extremidade e uma bóia bordada em bisel dourada e branca em forma de meia lua, com 1,1cm de raio interior e 1,5cm de raio exterior, situada na parte superior do galão.

FIGURA N.º 10A – SUB-TENENTE DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor verde escuro com a forma rectangular de 6cm de largura e 9cm de comprimento com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola bordadas à linha dourada e um galão de fita de sutache dourada com 1cm de largura colocado na linha paralela à orla do lado da manga a 1cm de distância da sua extremidade.

FIGURA N.º 10B – SUB-TENENTE DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul marinho com a mesma configuração e dimensões da figura 10A, com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior da passadeira a 1cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada e um galão de fita de sutache dourada com 1cm de largura colocado na linha paralela à orla do lado da manga a 1cm de distância da sua extremidade.

FIGURA N.º 10C – TENENTE DE CORVETA DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul escuro, com a mesma configuração e dimensões da figura 10A com duas âncoras de 1,5cm de comprimento cada, cruzadas, formando entre si um ângulo de 120º, fixadas no eixo maior da passadeira a 0,5cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada e um galão de fita de sutache dourada com 1cm de largura colocado na linha paralela à orla do lado da manga a 1cm de distância e um leme bordado em bisel dourado em forma de meia lua com 0,6cm de largura e 1,3cm de raio, situada sobre o galão.

FIGURA N.º 11A – TENENTE DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor verde escuro com a forma rectangular de 6cm de largura e 9cm de comprimento com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola bordadas à linha dourada e dois galões em fita de sutache dourada com 1cm

de largura cada, separados entre si a 0,4cm de distância e colocados na linha paralela à orla do lado da manga a 1cm de distância desta.

FIGURA N.º 11B – TENENTE DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul marinho, com a mesma configuração e dimensões da figura n.º 11A com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior de passadeira a 1cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada e dois galões em fita de sutache dourada com 1cm de largura cada, separados entre si a 0,4cm de distância e colocados na linha paralela à orla do lado da manga a 1cm de distância desta.

FIGURA N.º 11C – TENENTE DE FRAGATA DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul escuro com a mesma configuração e dimensões da figura n.º 11A e dois galões em fita de sutache dourada com 1cm de largura cada, separados entre si a 0,4cm de distância e colocados na linha paralela à orla do lado da manga a 1cm de distância desta e um leme bordado em bisel dourado em forma de meia lua com 0,6cm de largura e 1,3cm de raio, situada sobre o galão superior.

FIGURA N.º 12A – CAPITÃO DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor verde escuro com a forma rectangular de 6cm de largura e 9cm de comprimento com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola bordadas à linha dourada e três galões em fita de sutache dourada com 1cm de largura cada, separados entre si a 0,4cm de distância e colocados na linha paralela à orla do lado da manga a 1cm de distância desta.

FIGURA N.º 12B – CAPITÃO DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul marinho, com a mesma configuração, dimensões e três galões iguais aos descritos na figura n.º 12A com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior de passadeira a 1cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada.

FIGURA N.º 12C – TENENTE DE NAVIO DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul escuro com a mesma configuração, dimensões e três galões iguais aos descritos na figura n.º 12A com duas âncoras de 1,5cm de comprimento cada, cruzadas, formando entre si um ângulo de 120º, fixadas no eixo maior da passadeira a 0,5cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada e um leme bordado em bisel dourado em forma de meia lua com 0,6cm de largura e 1,3cm de raio, situada sobre o galão superior.

FIGURA N.º 13A – MAJOR DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor verde escuro com a forma rectangular de 6cm de largura e 9cm de comprimento com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola bordadas à linha dourada e um galão em fita dourada com 1cm de largura, colocado na linha paralela à orla do lado da manga a 1cm de distância desta, e uma estrela dourada bordada em bisel, de cinco pontas inscrita numa circunferência virtual com 1,1cm de raio, fixada no centro, à 2,5cm sobre o galão.

FIGURA N.º 13B – MAJOR DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul marinho, com a mesma configuração, dimensões e um galão igual ao descrito na figura n.º 13A com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior de passadeira a 1cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada.

FIGURA N.º 13C CAPITÃO-DE - CORVETA DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul escuro com as mesmas dimensões da figura n.º 13A com duas âncoras de 1,5cm de comprimento cada, cruzadas, formando entre si um ângulo de 120º, fixadas no eixo maior da passadeira a 0,5cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada e um galão em fita dourada com 1cm de largura, em óculo formando o nó de Nelson, com início na margem esquerda e fim na margem direita da passadeira, para o lado direito do ombro e, início na margem direita e fim na margem esquerda para o lado esquerdo, tendo 1,5cm de diâmetro interior, fixado a 1cm da orla do lado da manga, com uma estrela igual a referida na figura 13 A, fixada no centro, por cima do nó a 1,5cm deste.

FIGURA N.º 14A – TENENTE CORONEL DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor verde escuro com a forma rectangular de 6cm de largura e 9cm de comprimento com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola bordadas à linha dourada e um galão em fita dourada com 1cm de largura, colocado na linha paralela à orla do lado da manga a 1cm de distância desta e duas estrelas iguais a referida na figura 13A, fixadas sobre uma linha paralela ao galão, a 2,5cm de distância deste, separadas 1cm entre si, a partir das respectivas pontas.

FIGURA N.º 14B – TENENTE CORONEL DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul marinho, com a mesma configuração e dimensões da figura n.º 14ª, com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior de passadeira a 1cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada.

FIGURA Nº 14C – CAPITÃO-DE-FRAGATA DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul escuro com a mesma configuração e dimensões da figura n.º 13C, com duas âncoras de 1,5cm de comprimento cada, cruzadas, formando entre si um ângulo de 120º, fixadas no eixo maior da passadeira a 0,5cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada e duas estrelas iguais a referida na figura 13A, fixadas sobre uma linha paralela à orla do lado da manga, a 1,5cm de distância da extremidade superior do nó de Nelson, separadas 1cm entre si, a partir das respectivas pontas.

FIGURA N.º 15A – CORONEL DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor verde escuro com a forma rectangular de 6cm de largura e 9cm de comprimento com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola bordadas à linha dourada e um galão em fita dourada com 1cm de largura, colocado na linha paralela à orla do lado da manga, a 1cm de distância e três estrelas iguais a referida na figura 13A, fixadas sobre os vértices de um triângulo equilátero, com 4cm de lado sendo um dos lados perpendicular ao eixo maior da passadeira, a 1,5cm de distância deste.

FIGURA N.º 15B – CORONEL DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul marinho, com a mesma configuração e dimensões da figura nº 15A com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior de passadeira a 1cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada.

FIGURA N.º 15C – CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA DA MARINHA

Patente constituída por uma passadeira de lã de cor azul escuro com a mesma configuração e dimensões da figura n.º 13C com duas âncoras de 1,5cm de comprimento cada, cruzadas, formando entre si um ângulo de 120º, fixadas no eixo maior da passadeira a 0,5cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada e três estrelas iguais a referida na figura 13A, fixadas sobre os vértices de um triângulo equilátero, com 4cm de lado, sendo um dos lados perpendicular ao eixo maior da passadeira, sobre o nó de Nelson, a 1,5cm de distância deste.

FIGURA N.º 16 A - MAJOR GENERAL DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor verde escuro com a forma rectangular de 6cm de largura 9cm de comprimento com duas armas cruzadas de 3,8cm de comprimento fixadas no eixo maior da passadeira à 0,5cm da orla do lado da gola bordadas em fio dourado, e uma estrela de cinco pontas, inscrita numa circunferência virtual de 1,1cm de raio, bordada em bisel em fio dourado, possuindo no centro a escritura FAA bordada a linha preta e está fixada no eixo maior da

passadeira, envolvida por duas palmas com 13 folhas cada ramo, cruzadas e fixadas a 0,5cm da orla do lado da manga, abertas no sentido do lado da gola e igualmente bordadas em fio dourado.

FIGURA N.º 16 B - MAJOR GENERAL DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor azul marinho, com a mesma configuração e dimensões da figura nº 16A com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior de passadeira a 1cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada e uma estrela de cinco pontas, inscrita numa circunferência virtual de 1,1cm de raio, bordada em bisel em fio dourado, possuindo no centro a escritura FAA bordada a linha preta e está fixada no eixo maior da passadeira, envolvida por duas palmas com 13 folhas cada ramo, cruzadas e fixadas a 0,5cm da orla do lado da manga, abertas no sentido do lado da gola e igualmente bordadas em fio dourado.

FIGURA N.º 16 C – CONTRA - ALMIRANTE DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor azul escuro, com a mesma configuração e dimensões da figura nº 16A e duas âncoras cruzadas em forma de "X", com o centro da cruz fixado a 1,3cm da orla do lado da manga sobre o eixo maior da passadeira atravessadas perpendicularmente por uma muconda de 2,2cm de comprimento e com uma estrela de cinco pontas, inscrita numa circunferência virtual de 1,1cm de raio, bordada em bisel em fio dourado, possuindo no centro a escritura FAA, bordada a linha preta e está fixada no eixo maior da passadeira, envolvida por duas palmas com 13 folhas cada ramo, fixadas a 0,5cm da orla do lado da manga, abertas no sentido do lado da gola e igualmente bordadas em fio dourado.

FIGURA N.º 17 A – TENENTE GENERAL DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor verde escuro com a mesma configuração, dimensões, distintivos da figura nº16B e duas estrelas iguais a descrita na figura 16A, fixadas sobre uma linha paralela a orla do lado da manga e separadas 0,5cm entre as pontas, igualmente envolvidas por duas palmas.

FIGURA N.º 17 B – TENENTE GENERAL DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor azul marinho, com a mesma configuração e dimensões da figura nº 17A com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior de passadeira a 0,5cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada, atravessadas perpendicularmente por uma muconda de 2,2cm de comprimento e duas estrelas iguais iguais a descrita na figura 16A, fixadas sobre uma linha paralela a orla do lado da manga e separadas 0,5cm entre as pontas, igualmente envolvidas por duas palmas.

FIGURA N.º 17 C – VICE - ALMIRANTE DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor azul escuro, com a mesma configuração, dimensões e distintivos da figura n.º 16C e com duas iguais a descrita na figura 16A .

FIGURA N.º 18 A – CORONEL GENERAL DO EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor verde escuro com a mesma configuração, dimensões, distintivos da figura n.º16B e três estrelas iguais iguais a descrita na figura 16A, fixadas sobre os vértices de um triângulo rectângulo de 4cm de lado, sendo um dos lados paralelo a extremidade da orla do lado da manga e separadas 0,5cm entre as pontas, igualmente envolvidas por duas palmas.

FIGURA N.º 18 B – CORONEL GENERAL DA FORÇA AÉREA

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor azul marinho, com a mesma configuração e dimensões da figura n.º 17A com duas asas abertas de 4cm de comprimento e 0,8cm de largura fixadas no eixo maior de passadeira a 0,5cm da orla do lado da gola, bordadas em bisel a linha dourada, atravessadas perpendicularmente por uma muconda de 2,2cm de comprimento e três estrelas iguais a descrita na figura 16A, fixadas sobre os vértices de um triângulo rectângulo de 4cm de lado, sendo um dos lados paralelo a extremidade da orla do lado da manga e separadas 0,5cm entre as pontas, igualmente envolvidas por duas palmas.

FIGURA N.º 18 C – ALMIRANTE DA MARINHA DE GUERRA

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor azul escuro, com a mesma configuração, dimensões e distintivos da figura n.º 16C e com três estrelas iguais a descrita na figura 16A .

FIGURA N.º 19 A – GENERAL-DE-EXÉRCITO

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor verde escuro com a forma rectangular de 5,9 cm de largura 8,8cm de comprimento e quatro estrelas iguais a referida na figura 16A, fixadas sobre os vértices de um quadrado, com 4cm de lado envolvidas por duas palmas com a mesma configuração da figura n.º 16A.

FIGURA N.º 19 B – GENERAL-DE-AVIAÇÃO

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor azul marinho, com a mesma configuração, dimensões e distintivos da figura n.º 18B e quatro estrelas iguais a referida na figura 16A, fixadas sobre os vértices de um quadrado, com 4cm de lado envolvidas por duas palmas com a mesma configuração da figura n.º 16A.

FIGURA N.º 19 C – ALMIRANTE-DA-ARMADA

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor azul escuro, com a mesma configuração, dimensões e distintivos da figura n.º 16C e quatro estrelas iguais a referida na figura 16A, fixadas sobre os vértices de um quadrado, com 4cm de lado envolvidas por duas palmas com a mesma configuração da figura n.º 16A.

FIGURA N.º 20 – GENERAL CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL

Patente constituída por uma passadeira de veludo de cor vermelha com a forma rectangular de 5,9 cm de largura 8,8cm de comprimento com uma insígnia da República de Angola com 1,2cm de largura e 1,5cm de comprimento fixada no eixo maior da passadeira sobre as estrelas, a 0,5cm da orla do lado da gola e quatro estrelas iguais a referida na figura 16A, fixadas sobre os vértices de um quadrado, com 4cm de lado, envolvida por duas palmas com 13 folhas cada ramo, cruzadas e fixadas a 0,5cm da orla do lado da manga, abertas no sentido do lado da gola e igualmente bordadas em fio dourado.

ANEXO 11

REGULAMENTO DA MEDALHA MILITAR DOS SERVIÇOS DISTINTOS

ARTIGO 1º

(CRIAÇÃO)

1. Por determinação da Lei nº ____/2008 de ____ de ____ a Assembleia Nacional criou a Medalha Militar dos Serviços Distintos de várias classes.
2. A outorga da Medalha Militar dos Serviços Distintos reveste a forma de Despacho do Ministro da Defesa Nacional a publicar no Diário da República IIª série.

ARTIGO 2º

(CLASSES)

1. A Medalha Militar dos Serviços Distintos comporta três classes sendo confeccionadas:
 - a. A de 1ª classe em ouro;
 - b. A de 2ª Classe em prata;
 - c. A de 3ª classe em bronze.
2. A atribuição das várias classes da Medalha Militar dos Serviços Distintos decorre da importância do feito e dos pressupostos estabelecidos para a sua atribuição pela comissão representativa da Medalha.

ARTIGO 3º

(CARACTERÍSTICAS)

A Medalha Militar dos Serviços Distintos possui as seguintes características fundamentais:

1. É de três graus, ouro, prata e bronze e é formada por uma rosácea com 50mm de diâmetro com um contorno de 16 facetas, à qual estão sobrepostos, um escudo elipsóide, oito punhais dispostos em círculo, duas palmas que partem da base até ao topo e sobre estes elementos um mapa de Angola. Na parte de cima da medalha existe uma estrela de cinco pontas.
2. O reverso está constituído em baixo relevo pela insígnia das Forças

Armadas, envolvida em forma semicircular pelas inscrições "Forças Armadas Angolanas".

3. A Medalha pende mediante três argolas cruzadas.
4. Segue-se uma fita de "seda chamalotada" de forma rectangular que está sobreposta em forma de leque com 25mm de largura e 30mm de comprimento subdividida da esquerda para a direita da seguinte forma:
 - a. A de Ouro tem onze faixas começando e terminando em preto. As outras faixas são de cor azul claro, azul escuro, vermelho, amarelo e verde.
 - b. A de Prata tem treze faixas começando e terminando em preto. As outras faixas são de cor azul claro, azul escuro, vermelho, amarelo e duas verdes.
 - c. A de Bronze tem nove faixas começando e terminando em preto. As outras faixas são de cor azul claro, azul escuro, vermelho, amarelo e no centro uma verde.
 - d. As Barretes representativas são de forma rectangular medindo 25 mm de largura e 10mm de altura, sendo coberta por uma fita de "seda chamalotada" com as mesmas faixas coloridas que as das fitas onde pendem as medalhas.
 - e. A Barrete e a fita na qual pende a medalha têm no verso um alfinete de segurança

ARTIGO 4º (OUTORGA)

1. A Medalha Militar dos Serviços Distintos é outorgada aos militares das Forças Armadas Angolanas nas seguintes condições:
 - a. Tenham praticado no desempenho de uma importante missão de serviço militar ou alta missão de serviço público, serviços extraordinários ou actos notáveis de grande relevância para as Forças Armadas;
 - b. Tenham prestado um relevante serviço de carácter militar.
2. Considera-se como importante missão de serviço militar o desempenho de funções de Comando, de Direcção e de Estado-maior por Oficiais Generais e por Oficiais Superiores.
3. A Medalha dos Serviços Distintos pode ser outorgada à militares estrangeiros que tenham praticado serviços extraordinários ou actos notáveis de grande relevância para as Forças Armadas Angolanas.

ARTIGO 10º
(RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR)

O agraciado com a Medalha Militar dos Serviços Distintos incorre em responsabilidade disciplinar sempre que viole os deveres previstos na Lei nº 14/02 de 18 de Outubro, na Lei que cria as condecorações militares e no presente regulamento, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, que haja lugar.

ARTIGO 11º
(UTILIZAÇÃO INDEVIDA)

É sancionado nos termos da Lei nº 14/02, de 18 de Outubro, com pena de prisão não superior a seis meses e multa correspondente, a venda, a oferta, a entrega na qualidade de penhor ou garantia, da insígnia ou sua barrete representativa, bem como o seu uso por pessoas não autorizadas.

ARTIGO 12º
(PRIVAÇÃO OU SUSPENSÃO DO DIREITO)

1. O direito ao uso da Medalha Militar dos Serviços Distintos pode ser suspenso ou extinto quando ocorra alguma das circunstâncias seguintes:
 - a. Condenação por delito que provoque indignação pública;
 - b. Manifestação evidente de uma conduta incompatível com a honra de ostentar a Medalha;
 - c. Incumprimento dos deveres estabelecidos no artigo 7º deste regulamento e na Lei nº 14/02 de 18 de Outubro e na Lei que cria as condecorações militares.
2. Cabe a Direcção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General o registo da privação do direito ao uso da condecoração e a instrução do processo relativo à privação ou suspensão da mesma.
3. A entidade a quem se prive ou se suspenda o direito ao uso da Medalha Militar dos Serviços Distintos é obrigada a proceder a devolução de todos os documentos e as insígnias à Direcção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General.

podem assumir a guarda ou a conservação da condecoração, de modo a garantir o prestígio e a dignidade da mesma.

ARTIGO 17º
(DEVER DE INFORMAR)

Os familiares ou outras entidades que tenham conhecimento do falecimento de um agraciado com a Medalha Militar dos Serviços Distintos devem informar à Direcção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General.

Artigo 18º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que suscitarem da interpretação do presente regulamento são resolvidas por recurso à Lei nº 14/02, de 18 de Outubro, bem como ao seu regulamento e decididas pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

Luanda, aos _____ de _____ de 2008.

O Presidente da Assembleia Nacional, **Roberto António Victor Francisco de Almeida.**

O Presidente da República, **José Eduardo dos Santos.**

ANEXO 12

CARACTERIZAÇÃO DOS PROJECTOS

LEI GERAL DO SERVIÇO MILITAR

Assim, Este projecto conceitua o Serviço Militar como o contributo prestado por cada cidadão, no âmbito militar à Defesa da Pátria. Realça a obrigatoriedade do serviço militar e estabelece outras formas de prestação de serviço, O Quadro Permanente e o Quadro de Milicianos, por uma estratégia de recrutamento de voluntários, assente num modelo centralizado com a participação dos Ramos das Forças Armadas ao nível do planeamento e execução, abrindo caminho à evolução para formas semi-profissionalizadas do serviço militar, pelo recurso em tempo de paz ao cidadão que se voluntarie após o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório para a prestação de serviço por um período limitado de tempo. Estabelece o projecto que o ingresso no Quadro de Milicianos, só é possível desde que o cidadão cumpra o Serviço Militar Obrigatório.

O projecto conserva o tempo de duração do Serviço Militar Obrigatório para dois anos, no Exército e três anos na Força Aérea Nacional e Marinha de Guerra, após, o cidadão é licenciado à reserva e à disponibilidade, podendo a Assembleia Nacional prorrogar por mais um ano ou diminuí-lo, quando as condições o permitem.

Desenvolve o Serviço Militar de Reserva de forma a capacitar o reservista mediante instrução periódica para o cumprimento de tarefas militares em situações de excepção, estado de guerra ou calamidade pública. Realça o Serviço Militar de Reserva, com um carácter obrigatório, como factor adicional para a formação da consciência colectiva de defesa e o reforço dos laços entre a sociedade civil e a instituição militar.

Mantém o limite mínimo de 18 anos, contudo, reduz do limite máximo de idade para cumprimento das obrigações militares para 40 anos. Como é natural, o país vive um ambiente de paz e a sociedade vem pressionando para a redução das idades estabelecida para o cumprimento dessas obrigações. Porém, as estatísticas demográficas dos países limítrofes de Angola acautela-nos para a possibilidade de

mobilizar um maior leque de cidadãos e a idade de 40 anos é a ideal para salvaguardar os interesses do país.

A actividade de recenseamento militar mantém-se sob a responsabilidade dos Governos Provinciais, através de órgãos próprios e a incorporação sob a responsabilidade das Forças Armadas, através dos Centros de Recrutamento e Mobilização (CRM). Os Governos Provinciais coordenam com os CRM's toda actividade inerente à convocação dos reservistas e à mobilização dos cidadãos e dos meios da economia nacional.

Em sede dos casos especiais, o projecto estabelece que o cidadão angolano de origem ou de nacionalidade adquirida durante ou após o ano em que completar 18 anos de idade, estão sujeitos às obrigações militares, podendo o angolano de origem ser dispensado do cumprimento do serviço militar obrigatório, desde que comprove ter cumprido idêntico serviço no estrangeiro.

Estabelece ainda que os cidadãos do sexo feminino maior de 18 anos, tem os mesmos direitos e deveres militares que os cidadãos do sexo masculino. No recrutamento geral pode ingressar voluntariamente na Forças Armadas, o exercício destes direitos e deveres é idêntico no recrutamento especial.

É salvaguardado os direitos do cidadão considerado objector de consciência, nos termos do artigo 41º da Constituição. Assim, com fundamento nos princípios da universalidade e da igualdade consignados nos artigos 22º e 23º da Constituição, este cidadão presta o serviço militar na modalidade de serviço cívico adequado a essa situação.

Em sede das disposições finais e transitórias, o projecto estabelece a interdição do cidadão adquirir emprego nos órgãos de Segurança do Estado e na Polícia Nacional, antes do cumprimento do Serviço Militar Obrigatório, podendo sempre que necessário e no interesse do Estado, desde que requisitado e tenha feito a instrução militar básica, o Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do CEMGFAA, dispensar o cidadão do cumprimento de SMO

ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS MILITARES

Em síntese o projecto conceitua o sistema remuneratório com o sendo um conjunto de elementos de natureza pecuniária, que são percebidos pelos militares das FAA e, define o objecto e âmbito da sua aplicação, sistema este assente em dois princípios estruturantes, nomeadamente:

A equidade interna que salvaguarda a relação de proporcionalidade no quadro das responsabilidades inerentes a cada grau e postos elementos característicos da hierarquia militar.

A equidade externa que procura a segurar o equilíbrio entre militares das FAA e demais servidores do Estado em regime especial, salvaguardando as especificidades da função militar.

Como corolário dos princípios estruturantes do sistema remuneratório, o vencimento base dos militares é definido em harmonia com os princípios consagrados para os demais servidores públicos e é apoiada por uma estrutura indiciada tendo em perspectiva os princípios da progressão vertical e horizontal.

O leque de subsídio que incorpora o sistema decorre da aplicação dos decretos-lei nº1/03, de 1 de Janeiro, e 5/05, de 11 de Agosto, ao quais se acrescem outros suplementos que visam dar corpos a natureza e condições próprias do serviço militar, alguns dos quais específicos em função da natureza e formas de prestação de serviço, bem como da situação em relação ao serviço.

O quadro das prestações sociais tem suporte nos pressupostos do decreto-lei 16/94, de 10 de Agosto, cuja remissão visa conferir dignidade questões de correntes da morte e funeral do militar e familiar (casos do velório, cerimonial, encargos com a aquisição da urna, transporte, etc.), bem assim como aspectos atinentes a remuneração dos militares do QP na reserva e ainda a pensão de reforma.

O projecto do estatuto, consagra também elementos de natureza patrimonial e outro tipo de direitos e regalias como forma de conferir dignidade e asseguramento de determinados direitos, como sendo alojamento, transporte, fardamento, pessoal

domiciliar, segurança pessoal e motorista, ajudas de custo, bilhete de passagens, cuja natureza, especificações e forma de atribuição são objecto de regulamentação.

Aos oficiais da classe de Generais com o posto de General de Exército/Aviação/Almirante da Armada, bem como Coronel-General/Almirante, lhes é consagrado em especial o direito ao passaporte diplomático seguro de bagagem bem como a sala protocolar do Estado direito este extensivo ao cônjuge e descendentes menores, cujos níveis de atribuição constituem matéria a publicar em despacho do CEMGFAA.

Um ou outro aspecto em particular diz respeito ao subsídio mensal vitalício que é acumulável com a remuneração da reserva e pensão de reforma, que nos termos do artigo 45º é apenas reservado aos oficiais Generais/Almirantes anteriormente referidos, e outros que tenham atingido o posto do topo ao nível das respectivas armas, serviços e classes.

Em sede das disposições finais e transitórias, procurou-se em primeira instância acautelar a forma de integração na estrutura do vencimento-base que decorre do posto e tempo de permanência neste cuja formalidades de transição são reservadas aos competentes órgãos de pessoal e quadros e ainda a extensão do subsídio da condição militar ao militar do SMO.

Ainda no âmbito das disposições transitórias, o projecto procura acautelar as condições que visam assegurar o processamento e pagamento da remuneração do reservista do QP enquanto não estiverem reunidas tais condições, cuja verba deve transitoriamente passar à tutela e gestão da Caixa de Segurança Social/FAA.

Finalmente e, com base nos pressupostos assentes no direito comparado, teve-se o cuidado especial na construção da tabela indiciária, face a outros servidores da função pública, titulares de cargos Políticos, docentes universitários, magistrados judiciais e do ministério público, como também das carreiras médicas.

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA.....	iii
DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO.....	iv
DEDICATÓRIA.....	v
IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR.....	vi
AGRADECIMENTOS.....	vii
SÍGLAS.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	14
METODOLOGIA.....	16
CAPITULO I	
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	18
1. BREVE HISTÓRIA DE ANGOLA	19
CAPITULO II	
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ANGOLANA	30
1. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ANGOLANA.....	31
1.1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	33
1.2. LIMITES MATERIAIS DA REVISÃO CONSTITUCIONAL.....	36
1.3. FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE.....	38
1.4. DIGNIDADE HUMANA.....	39
1.5. INDEPENDÊNCIA, INTEGRIDADE TERRITORIAL E UNIDADE NACIONAL	40
CAPITULO III	
ESTADO E DEFESA	43

1.	SEGURANÇA NACIONAL E CONSTITUIÇÃO	44
1.2.	O CONCEITO.....	47
1.3.	SEGURANÇA CONSTITUCIONAL	49
1.4.	ORDEM PÚBLICA.....	52
1.5.	POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	56
1.6.	POLÍTICA EXTERNA.....	61

CAPITULO IV

	REEDIFICAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS	64
1.	FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS.....	65
1.1.	ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL	68
1.2.	INSERÇÃO DAS FAA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	70
1.3.	SERVIÇO MILITAR.....	72
2.	LEI GERAL DO SERVIÇO MILITAR.....	74
3.	RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS.....	76
3.1.	PRESIDENTE DA REPÚBLICA “COMANDANTE-EM-CHEFE”	77
4.	MEIOS DISPONÍVEIS.....	79
5.	REEDIFICAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS	82
5.1.	DESAFIOS PARA A REEDIFICAÇÃO DAS FAA.....	89
6.	ESTRUTURA LEGISLATIVA DAS FORÇAS ARMADAS.....	91
	LEI DA DEFESA NACIONAL E DAS FORÇAS ARMADAS.....	92
	LEI-QUADRO DAS LEIS DE PROGRAMAÇÃO MILITAR.....	98
	LEI DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS	98
7.	LEI DAS CARREIRAS DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS	
	107	
7.1.	LEI DOS POSTOS MILITARES	110

7.2. LEI HERÁLDICA DAS FORÇAS ARMADAS E RESPETIVA REGULAMENTAÇÃO	111
7.3. ESTATUTO REMUNERATÓRIA DOS MILITARES	111
7.4. LEI DAS CONDECORAÇÕES MILITARES.....	113
CONCLUSÃO	115
BIBLIOGRAFIA	120
ANEXOS	127